



PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLEIROS



PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Secção III. Informação de apoio

Setembro | 2012



**PINHAL
INTERIOR
SUL**
COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL



 **oleiros** município de

Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Oleiros

Parte IV – Informação complementar

Secção III. Informação de apoio

Câmara Municipal de Oleiros

Data:

6 de Setembro de 2012

EQUIPA TÉCNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS	
Direcção do projecto	
José Santos Marques	Presidente da Câmara Municipal de Oleiros
Coordenação	
Ataide Garcia Guerra	Vereador da Protecção Civil
Equipa técnica	
Luis Manuel Barata Mendes	Técnico Superior
Cláudia Margarida Dias Pina Mendes	Técnica Superior
Maria Filomena Fernandes	Técnica Superior

CIMPIS – Comunidade Intermunicipal Pinhal Interior Sul	
Direcção do projecto	
José Paulo Barata Farinha	(Dr.) Presidente da CIMPIS
Coordenação	
Augusto Fernandes Nogueira	(Dr.) Secretário executivo da CIMPIS

METACORTEX, S.A.	
Direcção técnica	
José Sousa Uva	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); Mestre em Recursos Naturais (ISA-UTL) [cédula profissional n.º 38804]
Gestora de projecto	
Marlene Marques	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); Mestre em Georrecursos (IST-UTL)
Co-gestor de projecto	
Tiago Pereira da Silva	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Equipa técnica	
Marlene Marques	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); Mestre em Georrecursos (IST-UTL)
Tiago Pereira da Silva	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Paula Amaral	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
João Moreira	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Carlos Caldas	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); MBA (UCP)
Mafalda Rodrigues	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Carlos Conde	Lic. Geografia e Desenvolvimento Regional (ULHT)
Nuno Frade	Lic. Geografia e Planeamento Regional (FCSH-UNL); Mestre em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos (FCSH-UNL)
Andreia Malha	Lic. Geografia e Desenvolvimento Regional (ULHT)
Sónia Figo	Lic. Eng. dos Recursos Florestais (ESAC-IPC)

ÍNDICE

<i>Índice de Tabelas</i>	iii
<i>Índice de Figuras</i>	vi
<i>Índice de Modelos</i>	vi
<i>Acrónimos</i>	vii
PARTE IV - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (SECÇÃO III)	1
1. Inventário de meios e recursos	2
2. Lista de contactos.....	21
3. Modelos de relatórios e requisições	38
4. Modelos de comunicados	68
5. Lista de controlo de actualizações do Plano	127
6. Lista de registo de exercícios do Plano	129
7. Lista de distribuição do Plano.....	148
8. Legislação.....	152
8.1 Legislação estruturante	152
8.1.1 Lei de segurança interna	152
8.1.2 Conta de emergência	153
8.1.3 Enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal	154
8.1.4 Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro.....	156
8.1.5 Lei de bases da protecção civil.....	157
8.2 Legislação técnico-operacional.....	159
8.3 Legislação concorrente	159
8.4 Legislação aplicável à autarquia	160
8.4.1 Concessão de auxílios financeiros por calamidade	160
8.4.2 Lei das finanças locais.....	161
8.5 Legislação aplicável aos agentes de protecção civil.....	161
8.6 Legislação relacionada com a prevenção de riscos de origem natural e humana	164
8.6.1 Cheias e inundações.....	165
8.6.2 Secas.....	165
8.6.3 Incêndios urbanos	167

8.6.4	Acidentes industriais	168
8.6.5	Acidentes em infra-estruturas hidráulicas.....	170
8.6.6	Transporte de mercadorias perigosas	170
8.6.7	Defesa da floresta contra incêndios.....	174
8.7	Legislação complementar	175
9.	Bibliografia	177
10.	Glossário.....	182
10.1	Lista de acrónimos	183
11.	Anexos	188
11.1	Procedimentos a seguir na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe associado a riscos naturais.....	189
11.2	Procedimentos a seguir na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe associado a riscos humanos	208
11.3	Acções de reabilitação	232
11.4	Triagem de feridos	240
11.5	Comunicações	244
11.6	Faseamento do Sistema de Gestão de Operações.....	245

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Centro de saúde e extensões de saúde	2
Tabela 2. Hospital de referência	3
Tabela 3. Farmácias	3
Tabela 4. Infra-estruturas desportivas	4
Tabela 5. Empreendimentos turísticos	5
Tabela 6. Supermercados	6
Tabela 7. Restaurantes	7
Tabela 8. Pirotecnia	7
Tabela 9. Empresas de construção civil e maquinaria	8
Tabela 10. Empresas de combustíveis e lubrificantes	9
Tabela 11. Oficinas de reparação automóvel e de venda de peças	9
Tabela 12. Agências funerárias	9
Tabela 13. Viaturas de transporte de mercadorias da Câmara Municipal	10
Tabela 14. Viaturas de transporte de passageiros da Câmara Municipal	12
Tabela 15. Empresas de transporte de mercadorias	13
Tabela 16. Empresas de transporte de passageiros (viaturas ligeiras)	13
Tabela 17. Maquinaria da Câmara Municipal	15
Tabela 18. Maquinaria das Juntas de Freguesia	16
Tabela 19. Meios humanos e materiais do Corpo de Bombeiros Voluntários de Oleiros	17
Tabela 20. Viaturas, equipamento hidráulico de supressão e ferramentas de sapadores do Corpo de Bombeiros Voluntários de Oleiros	18
Tabela 21. Meios humanos e materiais de combate a incêndios florestais da Câmara Municipal de Oleiros e das Juntas de Freguesia	19
Tabela 22. Meios humanos e materiais da GNR	20
Tabela 23. Meios humanos e materiais dos Sapadores Florestais (APFAM)	20
Tabela 24. Contactos da Comissão Municipal de Protecção Civil de Oleiros	22
Tabela 25. Contactos de serviços da Câmara Municipal de Oleiros	26
Tabela 26. Contactos de Jardins-de-Infância e creches	27
Tabela 27. Contactos de escolas do ensino básico e secundário	28
Tabela 28. Contactos de lares de repouso e centros de dia	29
Tabela 29. Contactos dos meios de comunicação	30
Tabela 30. Contactos das Câmaras Municipais vizinhas	32
Tabela 31. Contactos de outros agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio	33

Tabela 32. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de um terramoto.....	74
Tabela 33. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de cheias e inundações.....	78
Tabela 34. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de movimentos de massa	81
Tabela 35. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de ventos fortes, tornados e ciclones violentos.....	82
Tabela 36. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de secas	87
Tabela 37. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de ondas de calor	89
Tabela 38. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de vagas de frio.....	91
Tabela 39. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de nevões.....	93
Tabela 40. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de incêndios florestais.....	97
Tabela 41. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de incêndios urbanos	99
Tabela 42. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de colapso/ estragos avultados em edifícios.....	104
Tabela 43. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de acidentes industriais	105
Tabela 44. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante acidentes em infra-estruturas hidráulicas	111
Tabela 45. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de acidentes viários.....	112
Tabela 46. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de acidentes com transporte de mercadorias perigosas.....	114
Tabela 47. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de concentrações humanas.....	116
Tabela 48. Tipo de informação a disponibilizar à população durante e após a ocorrência de terrorismo	118
Tabela 49. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de epidemias	124
Tabela 50. Controlo de actualizações do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Oleiros.....	128
Tabela 51. Exercícios, respectivos equipamentos e entidades a envolver.....	133
Tabela 52. Exercícios, respectivos cenários e objectivos.....	139

Tabela 53. Registo de exercícios do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Oleiros	144
Tabela 54. Acompanhamento das acções previstas no cenário (ficha de controlo)	145
Tabela 55. Formulário de avaliação do exercício	146
Tabela 56. Distribuição do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Oleiros	148
Tabela 57. Características de perigo das mercadorias perigosas, por classe	171
Tabela 58. Terramotos, cheias e inundações e secas	189
Tabela 59. Ventos fortes, tornados e ciclones violentos, movimentos de massa, onda de calor ou vaga de frio e nevões	197
Tabela 60. Incêndios urbanos, acidentes industriais, acidentes em infra-estruturas hidráulicas e colapso/estrágos avultados em edifícios	208
Tabela 61. Acidentes viários ou aéreos e transporte de mercadorias perigosas.....	216
Tabela 62. Concentrações humanas, terrorismo e contaminação da rede pública de abastecimento de água	221
Tabela 63. Incêndios florestais	229
Tabela 64. Acções de reabilitação a desenvolver e entidades envolvidas	232
Tabela 65. Acondicionamento e recuperação do património cultural e arquivístico afectado	237
Tabela 66. Frequências REPC para o distrito de Castelo Branco (banda alta VHF)	244
Tabela 67. Frequências ROB para o distrito de Castelo Branco.....	244
Tabela 68. Matriz de referência da evolução do Sistema de Gestão de Operações.....	245

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Método START de triagem de vítimas.....	243
---	-----

ÍNDICE DE MODELOS

Modelo 1. Relatório de Situação	39
Modelo 2. Relatório Final.....	50
Modelo 3. Requisição de Meios e Bens	62
Modelo 4. Registo de Deslocados.....	64
Modelo 5. Comunicado de Medidas de Prevenção, Autoprotecção e Aviso.....	70
Modelo 6. Comunicado de Ponto de situação e evolução de ocorrências.....	71
Modelo 7. Comunicado de declaração da situação de alerta de âmbito municipal.....	72

ACRÓNIMOS

ANPC - Autoridade Nacional de Protecção Civil

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

BVO – Corpo de Bombeiros Voluntários de Oleiros

CCOD - Centro de Coordenação Operacional Distrital

CMO – Câmara Municipal de Oleiros

CMPC - Comissão Municipal de Protecção Civil

CNOS - Comando Nacional de Operações de Socorro

CNPC - Comissão Nacional de Protecção Civil

DASC – Divisão de Acção Social e, Cultural

DGS – Direcção-Geral de Saúde

DOSU – Divisão de Obras e Serviços Urbanos

FA – Forças Armadas

GDH – Grupo Data Hora

GNR – Guarda Nacional Republicana

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil

INAG – Instituto da Água

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica

INML – Instituto Nacional de Medicina Legal

ISS – Instituto de Segurança Social

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

NOP – Norma Operacional Permanente

PCO – Posto de Comando Operacional

PCTEA – Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas

PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PMEPCO - Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Oleiros

POM – Plano Operacional Municipal

REPC - Rede Estratégica de Protecção Civil

ROB - Rede Operacional dos Bombeiros

SDT - Serviço de Divulgação e Turismo

SMPC - Serviço Municipal de Protecção Civil

TO - Teatro de Operações

VCOC – Veículo de Comando e Comunicações

VCOT – Veículo de Comando Operacional e Tático

VPCC – Veículo de Planeamento, Comando e Comunicações

Parte I – Enquadramento geral do plano

Parte II – Organização da resposta

Parte III – Áreas de intervenção

Parte IV - Informação complementar

Secção I

Secção II

Secção III

1. INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS

Neste Ponto apresenta-se a lista dos principais meios e recursos (públicos e privados) existentes e mobilizáveis no concelho de Oleiros, incluindo listas detalhadas e actualizadas de peritos individuais nas matérias apropriadas, listas de equipamento especial e localização de estabelecimentos diversos que possam dar apoio às operações durante a emergência.

Tabela 1. Centro de saúde e extensões de saúde

CENTRO DE SAÚDE E EXTENSÕES DE SAÚDE NO CONCELHO DE OLEIROS			
FREGUESIA	NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
OLEIROS	Centro Saúde Oleiros	Largo do Hospital	Tel: 272 680 160 Fax: 272 682 301
CAMBAS	Extensão de Saúde Cambas	Cambas	Tel: 272 680 160
ESTREITO	Extensão de Saúde Estreito	Estreito	Tel: 272 654 164
ISNA	Extensão de Saúde Isna	Isna	Tel: 272 680 160
MADEIRÃ	Extensão de Saúde Madeirã	Madeirã	Tel: 272 680 160
ORVALHO	Extensão de Saúde Foz do Giraldo	Foz do Giraldo	Tel: 272 680 160
ORVALHO	Extensão de Saúde Orvalho	Rua S. Sebastião	Tel: 272 274 613
SARNADAS S. SIMÃO	Extensão de Saúde Sarnadas S. Simão	Sarnadas S. Simão	Tel: 272 680 160
SOBRAL	Extensão de Saúde Sobral	Sobral	Tel: 272 680 160

Tabela 2. Hospital de referência

HOSPITAL DE REFERÊNCIA PARA O CONCELHO DE OLEIROS				
CONCELHO	NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS	N.º DE CAMAS
CASTELO BRANCO	Hospital Amato Lusitano	Av. Pedro Alves Cabral 6000-085 Castelo Branco	Tel.: 272 000 272/ 272 000 100/ 272 000 200 Fax: 272 000 257 geral@chmt.min-saude.pt	297

Tabela 3. Farmácias

FARMÁCIAS NO CONCELHO DE OLEIROS			
FREGUESIA	NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
ESTREITO	Farmácia Martins Gonçalves	Rua João Álvares 1	Tel: 272 654 265
OLEIROS	Farmácia Garcia Guerra	Rua Bombeiros Voluntários	Tel: 272 681 015
ORVALHO	Farmácia Xavier Gomes	Estrada Nacional	Tel: 272 746 136 Fax: 272 746 132

Tabela 4. Infra-estruturas desportivas

INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS NO CONCELHO DE OLEIROS			
FREGUESIA	NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
ESTÁDIOS			
ESTREITO	Campo do Ventoso	Rua do Ventoso	Tel: 272 654 300 Fax: 272 654 300
OLEIROS	Campo Municipal de Oleiros	Rua do Campo Futebol	Tel: 272 681 026
RECINTOS DESPORTIVOS			
OLEIROS	Pavilhão Gimnodesportivo (Oleiros)	Rua do Campo Futebol	Tel: 272 682 890
ESTREITO	Pavilhão Multiosos João Dias	Estreito	Tlm: 962 812 828

Tabela 5. Empreendimentos turísticos

EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS NO CONCELHO DE OLEIROS				
FREGUESIA	NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS	CAP.
ÁLVARO	Casa dos Hospitalários	Rua do Castelo s/n 6160-011 Álvaro	Tlm.: 962 323 515 (Amélia Dias) Tlm.: 93 712 24 16 (alternativo) hospitalarios@ gmail.com	4 quartos
AMIEIRA	Vale de Moses	Vale de Moses 6160-052 Amieira	Tel.: 272 634 006 itscalledmoses@ gmail.com	casa
ESTREITO	S. Torcato Moradal	S. Torcato Moradal S. Torcato 6160-132 Estreito	Tel./Fax: 272 654 008 Tlm: 964 437 401 geral@ s-torcatomoradal.com	5 quartos
	Casa da Ladeira	Rua da Fonte Ameixoeira 6160-101 Estreito	Tlm.: 932 545 722	4 quartos
MADEIRÃ	Vilar dos Condes	Vilar dos Condes 6160 Madeirã	Tlm: 968 632 907 vilardoscondes@ gmail.com	6 casas (20 pessoas)
OLEIROS	Camping Oleiros	Apartado 31 Açude Pinto 6160-301 Oleiros	Tel./Fax: 272 681 106 Tlm.: 926 860 112 geral@ campingoleiros.com	5 bungalows
	Parque de Campismo de Oleiros			

EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS NO CONCELHO DE OLEIROS				
FREGUESIA	NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS	CAP.
OLEIROS	Carteiro	Pontinha 6160-460 Oleiros	Tlm.: 272 682 596	4 quartos
	Casa do Dão	Dão - Milrício 6160-336 Oleiros	Tlm: 932 952 972 casadodao- turismo@gmail.com	casa

Tabela 6. Supermercados

SUPERMERCADOS NO CONCELHO DE OLEIROS			
FREGUESIA	NOME/DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
ESTREITO	Mini-Mercado O Lapacheiro (Estreito)	Lapacheiro-Estreito 6160-115 Estreito	Tel./Fax: 272 654 114
	Luís A Alves Ferreira	Largo São João 16 6160 Estreito	Tel.: 272 654 115
	José Augusto Bártolo	Largo Vale 6160	Tel.: 272 654 232
OLEIROS	Minimercado Do Povo De Lopes Lopes & Luís Lda	Rua Doutor José de Carvalho 6160 Oleiros	Tel.: 272 682 682
	Gracinda De Jesus Martins	Estrada Nacional 238, S/n 6160 Oleiros	Tel.: 272 682 548

Tabela 7. Restaurantes

RESTAURANTES NO CONCELHO DE OLEIROS			
FREGUESIA	NOME/DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
CAMBAS	Slide	Ponte de Cambas	Tel: 272 773 122 Fax: 272 773 128
ESTREITO	A Rotunda	Largo São João 15	Tel: 272 654 266
OLEIROS	O Prontinho	Praça do Município	Tel: 272 682 338
	Casa Peixoto	Rua Doutor Barata Lima 39	Tel: 272 682 250
	O Carteiro	Pontinha	Tel: 272 682 596
	Snack Bar Ideal	Rua Doutor José Carvalho	Tel: 272 682 350
	Regional	Praça do Município	Tel: 272 682 309
	Maria Pinha	Rua Campo de Futebol	Tlm: 934 321 282
	Vitor Manuel Antunes Domingues	Rua Salina	Tel: 272 682 407

Tabela 8. Pirotecnia

PIROTECNIA NO CONCELHO DE OLEIROS				
NOME	RESPONSÁVEL	MATÉRIAS ARMAZENADAS	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Pirotecnia Oleirense	João Paulo Ribeiro	Pólvora	Pinheiros Novos 6160-428 Oleiros	Tlm.: 966 092 746

Tabela 9. Empresas de construção civil e maquinaria

EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E MAQUINARIA NO CONCELHO DE OLEIROS				
FREGUESIA	NOME DA EMPRESA	TIPO DE MÁQUINA	CARACTERISTICAS	CONTACTOS
ESTREITO	João da Conceição Gonçalves	Retroescavadora	Classe 4x4	Tel: 966 353 082
	Construções Povoínhas	Retroescavadora	JCB 4x4	Tel: 938 343 880
	Construções António Silva e Aldina	Retroescavadora	JCB 4x4	Tel: 933 201 365
	Francisco Mateus	Retroescavadora	JCB 4x4	Tel: 932 308 082
ISNA	Coopisna	Tractores agrícolas com cisterna Joper	4x4 60 Hp	Tel: 969 253 561
MADEIRÃ	Alberto Mendes Barata	Máquina de Rasto	Caterpillar D6D	Tel: 936 085 944
	Alberto Mendes Barata	Porta-Máquinas	40 t	Tel: 936 085 944
OLEIROS	Construções Laurantunes	Retroescavadora	JCB 4x4	Tel: 966 092 649
	Isidro Luis	Máquina de Rasto	Komatsu 60 E	Tel: 962 987 512
	José Afonso e Filhos, Lda	Porta-Máquinas	40 t	Tel: 272 680 110
	Manuel Luis	Máquina de Rasto	Komatsu 60 E	Tel: 939 802 444
	Nova Floresta, Lda	Retroescavadora	JCB 4x4	Tel: 964 062 851
	Nova Floresta, Lda	Máquina de Rasto	Komatsu 65 E	Tel: 964 062 851
	Nova Floresta, Lda	Porta-Máquinas	40 t	Tel: 964 062 851
	Terraplanagens Carvalhas	Máquina de Rasto	Komatsu 60 E	Tel: 966 777 270
	Terraplanagens Carvalhas	Porta-Máquinas	40 t	Tel: 966 777 270
VILAR BARROCO	Construções do Muradal	Retroescavadora	JCB 4x4	Tel: 964 039 394

Tabela 10. Empresas de combustíveis e lubrificantes

EMPRESAS DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES NO CONCELHO DE OLEIROS			
FREGUESIA	NOME DA EMPRESA	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
ESTREITO	Estação Serviço Alvelos	Ameixoeira	Tlm: 968968413
OLEIROS	Prio	Oleiros	Tel: 272680210
	Estação Serviço Alvelos	Oleiros	Tel: 272681014 Tlm: 968968413
ORVALHO	Antonio Pires Ramos	Orvalho	Tel: 272 746 157

Tabela 11. Oficinas de reparação automóvel e de venda de peças

OFICINAS DE REPARAÇÃO AUTOMÓVEL E DE VENDA DE PEÇAS NO CONCELHO DE OLEIROS			
FREGUESIA	NOME DA EMPRESA	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
OLEIROS	Tornomecânica, lda	Peso Redondo	Tel: 272 682 541 Fax: 272 682 541

Tabela 12. Agências funerárias

AGÊNCIAS FUNERÁRIAS NO CONCELHO DE OLEIROS			
FREGUESIA	NOME DA EMPRESA	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
OLEIROS	Agência Funerária Família, Lda	Rua Cabo da Devesa 5	Tel: 272 682 489

Tabela 13. Viaturas de transporte de mercadorias da Câmara Municipal

VIATURAS DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS				
TIPO DE VEÍCULO	CAPACIDADE DE CARGA/ N.º DE LUGARES	MATRÍCULA	SERVIÇO DA CM	CONTACTOS
VIATURAS LIGEIRAS				
ligeiro mercadorias	3500 Kg / 5 lugares	82 - 54 - ZN	Obras	Tlm: 937 059 017
ligeiro mercadorias	2500 Kg / 3 lugares	26 - 88 - FA	Obras	Tlm: 937 059 017
ligeiro mercadorias	2500 Kg / 6 lugares	36 - 92 - Ex	Obras	Tlm: 937 059 017
ligeiro mercadorias	3500 Kg / 3 lugares	03 - BO - 06	Obras (Basculante)	Tlm: 937 059 017
ligeiro mercadorias	2500 Kg / 3 lugares	48 - 21 - IL	Obras	Tlm: 937 059 017
ligeiro mercadorias	2500 Kg / 3 lugares	51 - 56 - IO	Obras	Tlm: 937 059 017
ligeiro mercadorias	3500 Kg / 7 lugares	62 - GF - 84	Obras	Tlm: 937 059 017
ligeiro mercadorias	3500 Kg / 7 lugares	74 - 80 - SB	Obras	Tlm: 937 059 017
ligeiro mercadorias	2500 Kg / 3 lugares	52 - 42 - EU	Obras	Tlm: 937 059 017
ligeiro mercadorias	2500 Kg / 6 lugares	XL - 23 - 40	Obras	Tlm: 937 059 017
ligeiro mercadorias	3500 Kg / 6 lugares	57 - 25 - QJ	Obras (Basculante)	Tlm: 937 059 017

VIATURAS DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS				
TIPO DE VEÍCULO	CAPACIDADE DE CARGA/ N.º DE LUGARES	MATRÍCULA	SERVIÇO DA CM	CONTACTOS
VIATURAS PESADAS				
Pesado mercadorias	19 000 Kg / 3 lugares	61 - 30 - LV	Obras (Basculante)	Tlm: 937 059 017
Tractor semi - reboque	40 000 Kg / 2 lugares	47 - 64 - VQ	Obras	Tlm: 937 059 017
Limpeza urbana	19 000 Kg / 3 lugares	NQ - 04 - 24	Ambiente	Tlm: 937 059 017
Limpeza urbana	19 000 Kg / 3 lugares	99 - 76 - MI	Ambiente	Tlm: 937 059 017
Pesado mercadorias	12 000 Kg / 3 lugares	90 - ET - 72	Obras	Tlm: 937 059 017

Tabela 14. Viaturas de transporte de passageiros da Câmara Municipal

VIATURAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS				
TIPO DE VEÍCULO	N.º DE LUGARES	MATRÍCULA	SERVIÇO DA CM	CONTACTOS
VIATURAS LIGEIRAS				
Ligeiro passageiros	5 lugares	52 - 72 - SV		Tlm: 937 059 048
Ligeiro passageiros	5 lugares	07 - 69 - MV		
Ligeiro passageiros	9 lugares	45 67 - XC	Transporte escolar	
Ligeiro passageiros	5 lugares	23 - DH - 46	Transporte escolar	
Ligeiro passageiros	9 lugares	51 - 40 - AI	Obras	
Ligeiro passageiros	5 lugares	05 - 63 - XM	Serviço Aguas	
Ligeiro passageiros	5 lugares	24 - 34 - VE	Obras	
Ligeiro passageiros	5 lugares	88 - 28 - VU	Obras	
Ligeiro passageiros	9 lugares	92 - 05 - OC	Transporte escolar	
VIATURAS PESADAS				
Pesado passageiros	20 lugares	TS - 52 - 14		Tlm: 937 059 048
Pesado passageiros	35 lugares	46 - 94 - IQ		
Pesado passageiros	20 lugares	56 - 33 - XP		

Tabela 15. Empresas de transporte de mercadorias

EMPRESAS DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS NO CONCELHO DE OLEIROS			
NOME DA EMPRESA	CAPACIDADE DE CARGA	MORADA	CONTACTOS
VIATURAS PESADAS			
Transoleiros	2000 t	Zona Industrial Açude Pinto	Tlm: 968 968 413
Victor Figueiredo	50 t	Monte Fundeiro	Tel: 962 720 731
Transportes Manuel Pires	50 t	Mosteiro	Tel: 272 682 175
Transportes Moradal	200 t	Aziral	Tel: 938 375 869
Pinorval	500 t	Orvalho	Tel: 272 740 010

Tabela 16. Empresas de transporte de passageiros (viaturas ligeiras)

EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NO CONCELHO DE OLEIROS			
NOME DA EMPRESA	N.º DE LUGARES	MORADA	CONTACTOS
VIATURAS LIGEIRAS			
Táxis Boa Hora, Lda	5	Rua do Castelo - Álvaro	Tlm: 964 052 625
José Domingues	5	Rua Principal - Rouco de Baixo	Tel.: 272 634 261 Tlm: 933 190 445
António Gomes dos Reis, Lda	5	Av. de S. Sebastião - 12/14 - Orvalho	Tel.: 272 746 256 Tlm: 962 674 108
Automóveis de Aluguer Progresso do Estreito, Lda	10	Rua da Gândara - Estreito	Tel.: 272 654 455 Tlm: 966 773 110
Manuel, José, António Martins, Lda	5	Largo N. Sr.ª das Dores - Isna	Tel.: 274 822 402 Tlm: 966 414 186
José Simão Antunes	5	Picorreia – Sobral	

EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NO CONCELHO DE OLEIROS			
NOME DA EMPRESA	N.º DE LUGARES	MORADA	CONTACTOS
José Lopes & Filhos, Lda	5	Estrada Principal - Mosteiro	Tel.: 272 682 876 Tlm: 919 977 807
Táxi do Vale Souto, Lda	5	Vilar da Carga - Sertã	Tel.: 274 664 228 Tlm: 966 773 700
João Afonso, Lda	5	Praça do Município n.º 20 - Oleiros	Tel.: 272 682 341 Tlm: 935 090 120
Maria Alice Ribeiro Fernandes Garcia	5	Praça da República n.º 5 - Oleiros	Tel.: 272 682 263 Tlm: 964 052 625
Táxis Martins & Conceição, Lda	5	Borralhal	Tel.: 272 682 601 Tlm: 963 735 817
Curvas D'Encanto Transportes de Aluguer de Passageiros, Lda.	5	Chelhinho	Tlm: 910 394 90
José António da Conceição Alves	5	Roda de Cima - Sobral	Tel: 272 664 201 Tlm: 961 889 877
Joaquim Francisco	5	Sardeiras de Baixo - Oleiros	Tel: 272 682 128 Tlm: 919 541 867
António Gomes dos Reis, Lda	50	Av. de S. Sebastião - 12/14 Orvalho	Tel: 272 746 256 Tlm: 962 674 108
Estela Mariza Antunes Nunes Martins	5	Bairro do Sobrainho n.º 4 Foz do Giraldo	Tel: 272 746 255 Tlm: 936 276 255
Os Quatro Unidos, Lda	9	Rua José Luis D. S. Santos - Vilar Barroco	Tel: 272 654 261 Tlm: 936 318 585
José Eduardo Alves Fernandes	5	Alto do Cavalo - Oleiros	Tel: 272 674 163 Tlm: 934 511 083
Os Quatro Unidos, Lda	9	Rua José Luis D.S. Santos - Vilar Barroco	Tel: 272 654 261 Tlm: 936 318 585

Tabela 17. Maquinaria da Câmara Municipal

MAQUINARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS			
TIPO DE MÁQUINA/ EQUIPAMENTO	CARACTERÍSTICAS	NOME DO RESPONSÁVEL	CONTACTOS
Retro-escavadora	Volvo 4x4	Sr. João Alves	Tlm: 937 059 017
Retro-escavadora	Komatsu 4x4		
Retro-escavadora	Ford 4 x 4		
Tractor Agrícola	Carraro 4 x 4		
Buldozer	D 6D		
Motoniveladora	120 G		
Cilindro	Hamm		Tel: 937 059 018
Retroescavadora	Volvo L70; Komatsu; Ford 655 C		
Máquina de Rasto	Caterpillar D6D		
Porta-Máquinas	40 ton		
Tractores agrícolas com cisterna Joper	4x4 80 Hp		
Motoniveladora	Caterpillar 120G		

Tabela 18. Maquinaria das Juntas de Freguesia

MAQUINARIA DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE OLEIROS				
JUNTA DE FREGUESIA	TIPO DE MÁQUINA/EQUIPAMENTO	CARACTERÍSTICAS	NOME DO RESPONSÁVEL	CONTACTOS
Cambas	Tractor Agrícola	Carraro 4 x 4	Srº José Mendes Dias	Tlm: 967 041 446
Oleiros	Retro-escavadora	JCB 4 x 4	Srº Alfredo Martins	Tlm: 964 608 257
Oleiros	Tractor Agrícola	Carraro 4 x 4	Srº Alfredo Martins	Tlm: 964 608 257
Orvalho	Dumper		Srº Paulo Urbano	Tlm: 932 746 400

Tabela 19. Meios humanos e materiais do Corpo de Bombeiros Voluntários de Oleiros

MEIOS HUMANOS E MATERIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLEIROS						
RECURSOS HUMANOS (n.º)	VIATURAS					OBSERVAÇÕES
	TIPOLOGIA	N.º	4x2	4x4	CONDUTORES DA VIATURA	
VEÍCULOS DE APOIO						
20	VCOT	2		x		
	VSAT	1		x		
	VTP	1		x		
	VTP	2		x		
VEÍCULOS DE SAÚDE						
20	ABSC	2	x			
	ABTD	9	x			
	ABTM	1	x			

ABSC – Ambulância de Socorro; ABTD – Ambulância de Transporte de Doentes; ABTM – Ambulância de Transporte Múltiplo; VCOT – Veículo de Comando Tático; VSAT – Veículo de Socorro e Assistência Tático; VTP - Viatura Tática Pesada.

Tabela 20. Viaturas, equipamento hidráulico de supressão e ferramentas de sapadores do Corpo de Bombeiros Voluntários de Oleiros

VIATURAS, EQUIPAMENTO HIDRÁULICO DE SUPRESSÃO E FERRAMENTAS DE SAPADORES DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLEIROS														
RECURSOS HUMANOS (n.º)	VIATURAS				EQUIPAMENTO HIDRÁULICO DE SUPRESSÃO			FERRAMENTA DE SAPADOR (N.º)						
	TIPOLOGIA	N.º	4x2	4x4	CAPACIDADE DE ÁGUA (l)	POTÊNCIA (HP)	COMPRIMENTO TOTAL DE MANGUEIRAS (m)	FOIÇÃO	ANCINHO	ANCINHO/ ENXADA (MCLEOD)	PÁ	ENXADA	ABAFADOR	BOMBA DORSAL
125	VTGC	1		x	20 000		200	1	1	1	1	1	1	1
	VTTR	1		x	8 000		300	1	1	1	1	1	1	1
	VRCI	3		x	1 800		300	1	1	1	1	1	1	1
	VFCI	3		x	1800		300	1	1	1	1	1	1	1
	VSAT	1	x											

VTGC - Veículo Tanque de Grande Capacidade; VTTR - Veículo Tanque Tático Rural; VRCI - Veículo Rural de Combate a Incêndios; VFCI - Veículo Florestal de Combate a Incêndios; VSAT - Veículo de Socorro e Assistência Tático

Tabela 21. Meios humanos e materiais de combate a incêndios florestais da Câmara Municipal de Oleiros e das Juntas de Freguesia

MEIOS MATERIAIS E HUMANOS DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS DA CÂMARA MUNICIPAL E DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE OLEIROS				
ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO	ÁREA DE ACTUAÇÃO	RECURSOS HUMANOS (n.º)	TIPO DE VIATURA	
			TIPOLOGIA	N.º
CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS	Concelho Oleiros	6	Viatura 4*4 com Kit de Incêndios	
JUNTA DE FREGUESIA ALVARO	Freguesia Alvaro	2	Viatura 4*4 com Kit de Incêndios	
JUNTA DE FREGUESIA AMIEIRA	Freguesia Amieira	2	Viatura 4*4 com Kit de Incêndios	
JUNTA DE FREGUESIA CAMBAS	Freguesia Cambas	2	Viatura 4*4 com Kit de Incêndios	
JUNTA DE FREGUESIA ESTREITO	Freguesia Estreito	2	Viatura 4*4 com Kit de Incêndios	
JUNTA DE FREGUESIA ISNA	Freguesia Isna	2	Viatura 4*4 com Kit de Incêndios	
JUNTA DE FREGUESIA MADEIRÃ	Freguesia Madeirã	2	Viatura 4*4 com Kit de Incêndios	
JUNTA DE FREGUESIA OLEIROS	Freguesia Oleiros	2	Viatura 4*4 com Kit de Incêndios	
JUNTA DE FREGUESIA ORVALHO	Freguesia Orvalho	2	Viatura 4*4 com Kit de Incêndios	
JUNTA DE FREGUESIA SARNADAS S. SIMÃO	Freguesia Sannadas S. Simão	2	Viatura 4*4 com Kit de Incêndios	
JUNTA DE FREGUESIA SOBRAL	Freguesia Sobral	2	Viatura 4*4 com Kit de Incêndios	
JUNTA DE FREGUESIA VILAR BARROCO	Freguesia Vilar Barroco	2	Viatura 4*4 com Kit de Incêndios	

Tabela 22. Meios humanos e materiais da GNR

MEIOS MATERIAIS E HUMANOS DA GNR DO CONCELHO DE OLEIROS					
POSTO TERRITORIAL	RECURSOS HUMANOS (n.º)	VIATURA/ MOTO		OUTRO MATERIAL/ EQUIPAMENTO	
		TIPOLOGIA	N.º	DESCRIÇÃO	N.º
Oleiros	16	viatura	3		

Tabela 23. Meios humanos e materiais dos Sapadores Florestais (APFAM)

MEIOS MATERIAIS E HUMANOS DOS SAPADORES FLORESTAIS DO CONCELHO DE OLEIROS			
RECURSOS HUMANOS (n.º)	VIATURA		OUTRO MATERIAL/ EQUIPAMENTO
	TIPOLOGIA	N.º	DESCRIÇÃO
5	Viatura todo o terreno	1	Kit de 1.ª intervenção

2. LISTA DE CONTACTOS

Neste Ponto apresenta-se a lista dos contactos das entidades que fazem parte da Comissão Municipal de Protecção Civil assim como de outros agentes de protecção civil e organismos e entidades de apoio ao PMEPCO, nomeadamente, equipas de especialistas em operações de socorro e salvamento.

Tabela 24. Contactos da Comissão Municipal de Protecção Civil de Oleiros

COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLEIROS							
ENTIDADE	NOME DO REPRESENTANTE	CARGO NA ENTIDADE	MORADA DA ENTIDADE	TELEFONE	TELEMÓVEL	FAX	CORREIO ELECTRÓNICO
Câmara Municipal de Oleiros	José Santos Marques	Presidente da Câmara	Praça do Município 6160 - 409 Oleiros	272 680 170	938 714 816	272 682 446	geral@cm-oleiros.pt
Corpo de Bombeiros Voluntários de Oleiros	António José Lopes Luís	Comandante	Rua dos Bombeiros Voluntários 6160 – 404 Oleiros	272 680 170	927 411 440	272 680 179	
Guarda Nacional Republicana	Victor Jorge Francisco Correia	Comandante do Destacamento da GNR da Sertã	Av. Cidade de ZhuWai 6000 - 077 - Castelo Branco	274 600 730	961 195 059	274 600 738	
Centro de Saúde de Oleiros Autoridade de Saúde do Município			Largo do Hospital 6160 - 680 Oleiros	272 680 160		272 682 301	
Hospital Amato Lusitano			Av. Pedro Alves Cabral 6000-085 Castelo Branco	272 000 272 272 000 100 272 000 200		272 000 257	geral@chmt.min-saude.pt

COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLEIROS							
ENTIDADE	NOME DO REPRESENTANTE	CARGO NA ENTIDADE	MORADA DA ENTIDADE	TELEFONE	TELEMÓVEL	FAX	CORREIO ELECTRÓNICO
Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Castelo Branco	Ana Cristina Fernandes Salgueiro Baptista	Coordenadora NLI	Rua do Loureiro nº 2 6150 - 431 Proença-a-Nova	274 672 399		274 672 892	ana.c.baptista@seg-social.pt
Agrupamento 1080 CNE de Oleiros	António Alves Martins	Chefe do Agrupamento	Rotunda das Piscinas 6160 - Oleiros	272 682 519	965 129 411		amartins.oleiros@sapo.pt
Centro Social do Orvalho	António Ramos Pedro Natário	Presidente da Direcção	Bairro do Lameiro 6160 - Orvalho	272 746 350	964 033 625	272 746 342	centrosocialorvalho@sapo.pt
Centro Paroquial do Estreito	Padre António Marques Neto	Presidente da Direcção	Lapacheiro 6160 -115 - Estreito	272 654 620	969 887 861	272 654 620	
Santa Casa da Misericórdia de Álvaro	José Mateus Nunes	Provedor	Álvaro 6160 - Álvaro	272 674 205	963 849 325	272 674 205	scmalvaro@sapo.pt
Santa Casa da Misericórdia de Oleiros	José Alves Martins	Vogal	Rua do Ramalhal, 21 6160 - 408 - Oleiros	272 682 715	967 646 982		
Agrupamento de Escolas Padre António de Andrade	Isabel Maria de Oliveira Gonçalves	Directora	Rua dos Bombeiros Voluntários 12 6160 – 404 Oleiros	272 680 210	919 113 020	272 682 770	imogcb@hotmail.com

COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLEIROS

ENTIDADE	NOME DO REPRESENTANTE	CARGO NA ENTIDADE	MORADA DA ENTIDADE	TELEFONE	TELEMÓVEL	FAX	CORREIO ELECTRÓNICO
Rádio Condestável	Luís Manuel Corrêa Biscaia	Responsável pela programação	Av. Dr. Abílio Marçal Lote 1B 6100 -267 - Cernache do Bonjardim	274 800 020	938 361 799	274 800 029	lbiscaia@radiocondestavel.pt
EDP - Distribuição			Rua Camilo Castelo Branco, 43 1050-044 Lisboa	210 021 000		210 021 610	
Portugal Telecom	Eng. Henrique Costa Ferreira		R. António Augusto Aguiar, 2 6200 - 050 Covilhã	2755 323 560	966 394 602	275 322 131	henrique.c.ferreira@telecom.pt
Estradas de Portugal	João Manuel Adonis Amaro	Gestor Operacional de Castelo Branco	Cruz de Montalvão 6000 - 050 - Castelo Branco	272 349 220	968 498 797	272 349 221	joao.amaro@estradas de portugal.pt
Junta de Freguesia de Álvaro	Antonio Antunes Correia	Presidente	Praça da Misericórdia 6160 - Álvaro	272 674 267	962 358 421		
Junta de Freguesia de Amieira	José Libério Alves	Presidente	Rua da Igreja		968 787 459		
Junta de Freguesia de Cambas	José Mendes Dias	Presidente	Cambas 6185 -Cambas	272 773 179	937 041 446		
Junta de Freguesia de Estreito	Eugénio Henriques Alves	Presidente	Lapacheiro 6160 -115 - Estreito	272 654 114	966 342 161	272 654 670	

COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLEIROS

ENTIDADE	NOME DO REPRESENTANTE	CARGO NA ENTIDADE	MORADA DA ENTIDADE	TELEFONE	TELEMÓVEL	FAX	CORREIO ELECTRÓNICO
Junta de Freguesia de Isna	Américo Ribeiro Gonçalves	Presidente	Rua de S. Dionísio nº 6 6160 - Oleiros	274 822 307	965 514 400		
Junta de Freguesia de Madeirã	Arnaldo Antunes dos Santos	Presidente	Largo dos Linhares 6160 - Madeirã	272 664 200			
Junta de Freguesia de Mosteiro	José Lopes Martins	Presidente	Mosteiro 6160 - Oleiros	274 601 854	966 0470 947		
Junta de Freguesia de Oleiros	Alfredo Jesus Martins	Presidente		272 682 140	964 608 257		
Junta de Freguesia de Orvalho	Paulo Jorge Brás Urbano	Presidente	Avª S. Sebastião nº 6 6165 301 - Orvalho	272 746 399	932 746 400	272 746 399	rdl.bras@gmail.com
Junta de Freguesia de Sarnadas S. Simão	Alfredo Martins Lourenço	Presidente	6160 - Sarnadas S. Simão	272 654 569			
Junta de Freguesia de Sobral	Virgílio Silva Alves	Presidente	Sobral de Baixo 6160 - Sobral	272 664 160			
Junta de Freguesia de Vilar Barroco	Manuel Eduardo Pinheiro Costa	Presidente	Rua da Praça 6185 - Vilar Barroco	272 654 112	966 932 185		

Tabela 25. Contactos de serviços da Câmara Municipal de Oleiros

SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS			
SERVIÇO	RESPONSÁVEL	CARGO	CONTACTOS
PRESIDÊNCIA	José Santos Marques	Presidente da Câmara Municipal	Tel: 272 680 130 Tlm: 937 059 015 presidencia@cm-oleiros.pt geral@cm-oleiros.pt
VEREAÇÃO	Ataíde Garcia Guerra	Vereador da Protecção Civil	Tlm: 962 986 985
GABINETE TÉCNICO FLORESTAL (SMPC)	Cláudia M. D. P. Mendes	Técnico	Tel: 272 680 130 Tlm: 964 539 950
	Luís Barata Mendes	Técnico	Tel: 272 680 130 Tlm: 936 377 521 gflorestal@cm-oleiros.pt
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	Nuno Cortez	Contabilidade, Taxas e Licenças	nunocortez@cm-oleiros.pt
	Caldeira	Tesouraria	caldeira@cm-oleiros.pt
DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Nuno Abelho	Arquitectura	nunoabelho@cm-oleiros.pt
	Claúdia	Arquitectura	claudia@cm-oleiros.pt
	Manuel Tavares	Eng. Civil	manueltavares@cm-oleiros.pt
		Topografia e Desenho	topografia@cm-oleiros.pt
DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL (DASC)			redesocial-oleiros@iol.pt

Tabela 26. Contactos de Jardins-de-Infância e creches

JARDINS-DE-INFÂNCIA E CRECHES NO CONCELHO DE OLEIROS			
FREGUESIA	NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
JARDINS-DE-INFÂNCIA			
ESTREITO	Jardim-de-Infância do Estreito	Sr. ^a da Penha	Tel: 272 654 001
OLEIROS	Jardim-de-Infância de Oleiros	Rua São Sabastião	Tel: 272 682 196
ORVALHO	Jardim-de-Infância do Orvalho	Rua do Valinho	Tel: 272 746 000
CRECHES			
OLEIROS	Santa Casa da Misericórdia e Centro Social de Oleiros	Praça da República	Tel: 272 682 551

Tabela 27. Contactos de escolas do ensino básico e secundário

ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO NO CONCELHO DE OLEIROS			
FREGUESIA	NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO			
ESTREITO	Escola Básica do 1.º Ciclo do Estreito	Sr.ª da Penha	Tel: 272 654 837
OLEIROS	Escola Básica do 1.º Ciclo de Oleiros (Escola Primária)	Rua S. Sebastião	Tel: 272 682 987
ORVALHO	Escola Básica do 1.º Ciclo de Orvalho	Rua do Valinho	Tel: 272 746 527
ESCOLAS DO ENSINO SECUNDÁRIO			
OLEIROS	Escola Básica e Secundária Padre António de Andrade (EB 2,3/S) [Escola sede do Agrupamento de Escolas Padre António de Andrade]	Rua dos Bombeiros Voluntários, n.º 12 6160-404 Oleiros	Tel: 272 680 210 Fax :272 682 770 <u>Directora:</u> Isabel Maria de Oliveira Gonçalves Tlm.: 919 113 020 imogcb@hotmail.com

Tabela 28. Contactos de lares de repouso e centros de dia

LARES DE REPOUSO E CENTROS DE DIA NO CONCELHO DE OLEIROS			
FREGUESIA	NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
LARES DE REPOUSO			
ESTREITO	Centro Social Paroquial Estreito	Rua Da Gandara	Tel: 272 654 620 Fax: 272 654 620
OLEIROS	Santa Casa da Misericórdia e Centro Social Oleiros	Rua Maria Augusta da Silva	Tel: 272 682 360 Fax: 272 681 027
ORVALHO	Centro Social Padre Tomás Aquino Vaz Azevedo	Rua da Bica	Tel: 272 746 335 Fax: 272 746 372
CENTROS DE DIA			
ÁLVARO	Santa Casa da Misericórdia e Centro Social Álvaro	Álvaro	Tel: 272 674 205 Fax: 272 674 205
SOBRAL	Centro Dia do Sobral	Sobral de Cima	Tlm: 961 226 702

Tabela 29. Contactos dos meios de comunicação

MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA O CONCELHO DE OLEIROS		
NOME/ DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
JORNAIS		
A Comarca da Sertã	Rua Dr. Carlos Martins, 7, 6100-759 Sertã	Tel.: 274602025 – e-mail acomarcadaserta@gmail.com
Diário As Beiras	Rua Abel Dias Urbano, n.º 4, 2.º andar 3000-001 Coimbra	Tel.: 239980280 beirastexto@asbeiras.pt
Expresso do Centro	Av. Gonçalo R. Caldeira, 49, 1.º, Dto. 6100-732 Sertã	Tel.: 274601080 expressodocentro@gmail.com
Expresso do Pinhal	Av. Dr. Ângelo Henriques Vidigal, 1 6100-758 Sertã	Tel.: 274601288 expressodopinhal@gmail.com
Gazeta do Interior	Av. 1.º de Maio, 39, 1.º Dto. 6000-086 Castelo Branco	Tel.: 272320090 redacao@gazetadointerior.pt
Jornal de Oleiros	-	Tlm.: 922 013 273 jornaldeoleiros@sapo.pt
Jornal do Fundão	Rua Jornal do Fundão, 4/60 6231 Fundão Codex	Tel.: 275779350 redacao@jornaldofundao.pt
Jornal Noticias do Pinhal	Rua Dr. António AM Farinha 3270-113 Pedrogão Grande	Tel.: 236488822
Jornal O Concelho de Proença-a-Nova	Rua da Igreja, 1 6150-310 Proença-a-Nova	Tel.: 274671191 jornalproenca@gmail.com
Jornal O Interior	Rua Corredoura, 80, R/C Direito C 6300 Guarda	Tel.: 271212153 ointerior@ointerior.pt
Jornal Reconquista	-	Tel.: 272 340 890 redacao@reconquista.pt

MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA O CONCELHO DE OLEIROS		
NOME/ DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
JORNAIS		
Jornal Voz do Campo	Travessa do Matadouro, Bloco B, 2-A, r/c 6000-306 Castelo Branco	Tel.: 272324585 vozdocampo@vozdocampo. pt
Noticias da Covilhã	Rua Jornal Notícias da Covilhã, 65 6201-015 Covilhã	Telf.: 275 330 700 geral@noticiasdacovilha.pt
Povo da Beira	-	Tel.: 272 324 432 povodabeira@gmail.com
ESTAÇÕES DE RÁDIO		
Rádio Condestável		Tel.: 274 800 020 geral@radiocondestavel.pt

Tabela 30. Contactos das Câmaras Municipais vizinhas

CÂMARAS MUNICIPAIS VIZINHAS DO CONCELHO DE OLEIROS			
CÂMARA MUNICIPAL	NOME DO PRESIDENTE	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
CASTELO BRANCO	Joaquim Morão Lopes Dias	Praça Município 6000-458 Castelo Branco	Tel.: 272 330 330 camara@ cm-castelobranco.pt
FUNDÃO	Manuel Joaquim Barata Frexes	Praça do Município 6230-338 Fundão	Tel.: 275 779 060 Fax: 275 779 079 secretaria.gap@ cm-fundao.pt
PAMPILHOSA DA SERRA	José Brito	Rua Rangel de Lima 3320-229 Pampilhosa da Serra	Tel.: 235 590 320 Fax: 235 590 329 municipio@cm- pampilhosadaserra.pt
PROENÇA-A-NOVA	João Paulo Marçal Lopes Catarino	Largo Dr. Pedro da Fonseca Apartado 24 6154-909 Proença-a-Nova	Tel.: 274 670 000 Fax: 274 672 697 joacatarino@ cm-proencanova.pt
SERTÃ	José Farinha Nunes	Largo do Município 6100-738 Sertã	Tel.: 274 600 300 Fax: 274 600 301 cmsgeral@cm-serta.pt

Tabela 31. Contactos de outros agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio

OUTROS AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO		
AGENTE DE PROTECÇÃO CIVIL/ ORGANISMO/ ENTIDADE	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	Rua da Murgueira, 9/9A Zambujal 7585 - 2611-865 Amadora	Tel.: 214 728 200 Fax: 214 719 074
Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P. (Integrada na APA)	<u>Serviços Centrais:</u> Rua Braamcamp, 7 1250-048 Lisboa	Tel.: 211 554 800/ 801 Fax: 211 554 809 geral@arhtejo.pt
	<u>Pólo de Castelo Branco:</u> Rua da Fonte Nova, n.º 1 Quinta da Fonte Nova 1.º Piso 6000-167 Castelo Branco	Tel.: 272 100 510 Fax: 272 100 511
Instituto da Água (Integrado na APA)	Avenida Almirante Gago Coutinho, 30 1049 – 066 Lisboa	Tel.: 218 430 000 Fax: 218 473 571
Águas do Centro	Rua S. João de Deus, 27 – 4.º 6000-276 Castelo Branco	Tel.: 272 348 700 Fax: 272 348 701
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oleiros	Rua do Bombeiros Voluntários 6160-410 Oleiros	Tel.: 272 680 170
Associação de Produtores Florestais de Alvelos e Muradal	Rua do Campo de Futebol 6160 – 303 Oleiros	Tel.: 272 682 380
IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico	Palácio Nacional da Ajuda 1349-021 Lisboa	Tel.: 213 614 201 Fax: 213 637 047 igespar@igespar.pt
Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC)	Av. do Forte em Carnaxide 2794 - 112 Carnaxide	Tel.: 214 247 100 Fax: 214 247 180 geral@prociv.pt

OUTROS AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO		
AGENTE DE PROTECÇÃO CIVIL/ ORGANISMO/ ENTIDADE	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Castelo Branco	Av. do Empresário, Praça Nercab 6000-767 Castelo Branco	Tel.: 272 329 935 Fax: 272 324 993 cdos.cbranco@prociv.pt
Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR) do Centro	Rua Bernardim Ribeiro, 80 3000-069 Coimbra.	Tel.: 239 400 100 Fax: 239 400 115 geral@ccdrcc.pt
EDP – Serviço Nacional	Praça Marquês de Pombal, 12 1250 – 162 Lisboa	Tel.: 808 501 000 (linha azul) Tel.: 210 01 25 00 Fax: 210 02 14 03
Estado-Maior-General das Forças Armadas	Gabinete de Comunicação e Relações Públicas Ministério da Defesa Nacional Av. Ilha da Madeira,1 1400-204 Lisboa	Tel.: 213 038 520 Fax: 213 019 555 gcrp@sg.mdn.gov.pt
	Gabinete General CEMGFA Assessor Relações Públicas Endereço: Av. Ilha da Madeira, 1 1449-004 Lisboa	Tel.: 213 038 190 Tlm.: 966 226 463 Fax: 213 035 562 emgfa_rp@emgfa.pt
Força Aérea Portuguesa	Avenida Leite de Vasconcelos 2614 – 516 Amadora	Tel.: 214 723 500 Fax: 214 713 237
GNR – Equipas Cinotécnicas da Unidade de Intervenção	Calçada da Ajuda, 231 1349 – 016 Lisboa	Tel.: 213 612 000 Fax: 213 612 044
Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)	Rua C do Aeroporto 1749 – 077 Lisboa	Tel.: 218 447 000 Fax: 218 402 370
Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC)	Rua B, Edifícios 4, 5 e 6, Aeroporto da Portela 1749 – 034 Lisboa	Tel.: 218 423 500 Fax: 218 473 585

OUTROS AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO		
AGENTE DE PROTECÇÃO CIVIL/ ORGANISMO/ ENTIDADE	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) - Direcção Regional de Florestas do Centro Unidade de Gestão Florestal do Pinhal Interior Sul/Beira Interior Sul	Av. 1.º de Maio, 34 - 1.º Dto 6000-086 Castelo Branco	Tel.: 272 321 858 Fax: 272 321 825 jose.bernardino@ afn.min-agricultura.pt
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	Rua de Santa Marta, 55 1169 - 230 Lisboa	Tel.: 213 507 900 Fax: 213 507 984 icnb@icnb.pt
	Av. João Crisóstomo, 26-28 1069-040 Lisboa	Tel.: 213 124 800 Fax: 213 124 988 info@afn.min-agricultura.pt
Instituto de Registos e Notariado – Ministério da Justiça	Av. D. João II, nº 1.8.01D Edifício H Campus da Justiça Apartado 8295 1803-001 Lisboa	Tel.: 217 985 500 Fax: 217 817 693 dgrn@dgrn.mj.pt
Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) Delegação Regional do Centro	Estrada das Eiras - Edifício B - Side 3030-299 Coimbra	Tel.: 239 797 800 Fax: 239 797 825 inem.centro@inem.pt
Instituto Nacional de Medicina Legal (INML), I.P. Delegação do Centro	Largo da Sé Nova 3000 – 213 Coimbra	Tel.: 239 85 42 20 Fax: 239 83 64 70 correio@dcinml.mj.pt
Intoxicações	Nacional	Tel.: 808 250 143
Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)	Avenida do Brasil, 101 1700 – 066 Lisboa	Tel.: 218 44 30 00 Fax: 218 44 30 11

OUTROS AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO

AGENTE DE PROTECÇÃO CIVIL/ ORGANISMO/ ENTIDADE	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Força Especial de Bombeiros	Av. do Forte em Carnaxide 2794 - 112 Carnaxide	Tel.: 214 247 100 Fax: 214 247 180 feb.comando@prociv.pt
Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)	Estrada da Portela Bairro do Zambujal - Alfragide Apartado 7586 2611-901 Amadora	Tel.: 210 924 600/ 1 Tel.: 214 705 400 Fax: + 351 214 719 018 info@lneg.pt
Linha Nacional de Emergência Social	Nacional	Tel.: 144
Linha Saúde Pública	Nacional	Tel.: 808 211 311
Ministério Público Procuradoria-Geral da República	Rua da Escola Politécnica, 140 1269-269 Lisboa	Tel.: 213 921 900 Fax: 213 975 255
Número Nacional de Socorro	Nacional	Tel.: 112
Optimus	Av. D. João II – Lt. 1.06.2.4 1990-095 Lisboa	Tel.: 210 100 000
Polícia Judiciária – Directoria do Centro	Rua Venâncio Rodrigues, 16/18 3000-409 Coimbra	Tel.: 239 863 000 Fax: 239 833 627 Piquete: 239 828 130 direccao.coimbra@pj.pt
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras Delegação Regional de Castelo Branco	Rua Professor Dr. Farias de Vasconcelos, Lote 6, R/C 6000-266 Castelo Branco	Tel.: 272 349 500 Fax: 272 349 519 del.cbranco@sef.pt
TMN	Av. Álvaro Pais, 2 1490 - 041 Lisboa	Tel.: 217 914 400 Fax: 217 914 500

OUTROS AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO

AGENTE DE PROTECÇÃO CIVIL/
ORGANISMO/ ENTIDADE

LOCALIZAÇÃO/ MORADA

CONTACTOS

Vodafone Portugal

Av. D. João II, Lote 1.04.01,
Parque das Nações
1998 – 017 Lisboa

Vodafone Directo: 16911.

Linha de apoio Técnico:
12141214@vodafone.comSuporte Técnico Duplex
ADSL: 16913

3. MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES

Os relatórios têm por objectivo permitir aos órgãos de conduta e coordenação operacional avaliar a situação e a sua evolução em caso de acidente grave ou catástrofe, dando-lhes assim capacidade de intervenção para o mais rapidamente possível se controlar a situação e minimizar os seus efeitos. Trata-se de documentos onde se regista informação (danos, infra-estruturas atingidas, meios necessários, feridos ou vítimas mortais) sobre a ocorrência (acidente grave ou catástrofe) verificada no concelho, ou a sua evolução após intervenção dos agentes da protecção civil. Dessa forma, e mediante o decorrer da situação, é possível, após a análise dos relatórios, difundir para os agentes que se encontram no terreno instruções que permitam controlar a situação o mais rapidamente possível. Neste âmbito existem quatro tipos de relatórios:

1. Relatório Imediato de Situação - tem origem nos agentes ou meios locais de intervenção e/ou no Serviço Municipal de Protecção Civil e destina-se aos órgãos ou comandos de coordenação operacional dos escalões superiores respectivos. Estes devem ser transmitidos, numa fase inicial da ocorrência, por uma via de comunicação rápida, atendendo às circunstâncias, sendo por esse motivo normalmente transmitido verbalmente.
2. Relatório de Situação Geral - pode ter origem em qualquer escalão dos meios de intervenção ou do Sistema de Protecção Civil e destina-se aos escalões imediatamente superiores. Este pode ser periódico, com horário previamente estabelecido, ou solicitado pelas entidades com competência para tal, sendo por esse motivo transmitido por escrito. Em condições excepcionais poderá ser transmitido verbalmente, exigindo, contudo, que seja passado a escrito a curto prazo.
3. Relatório de Situação Especial - é solicitado pelo Presidente da CMO a qualquer agente de Protecção Civil, de forma ao esclarecimento de determinados pontos específicos ou sectoriais da situação. Este tipo de relatório, à semelhança do relatório de Situação Geral, deve ser elaborado durante a evolução da ocorrência, embora não exija a sua passagem a escrito.
4. Relatório Final - estes devem ser elaborados pelo Presidente da CMO, após a desactivação do plano, e devem conter uma descrição da situação de emergência e das principais acções efectuadas, e referir quais os aspectos a melhorar na próxima ocorrência do género.

Nas tabelas seguintes apresentam-se os modelos de Relatório de Situação (Modelo 1) e de Relatório Final (Modelo 2). Para além destes modelos, definiram-se também o modelo de requisição a utilizar no caso de ser necessário requisitar artigos de apoio à população e forças de intervenção (Modelo 3), assim como, o modelo para registo dos deslocados que derem entrada nos centros de acolhimento temporário organizados pela CMO (Modelo 4).

Modelo 1. Relatório de Situação



RELATÓRIO DE SITUAÇÃO

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
VISTO			DESPACHO		
O Presidente da Câmara Municipal _____ ____/____/____					
1. TIPO DE RELATÓRIO					
Relatório Imediato de Situação <input type="checkbox"/>		Relatório de Situação Geral <input type="checkbox"/>		Relatório de Situação Especial <input type="checkbox"/>	
2. LOCALIZAÇÃO					
DISTRITO	Castelo Branco		FREGUESIA		
CONCELHO	Oleiros		LOCALIDADE/ LUGAR		
3. OCORRÊNCIA					
TIPO/ NATUREZA DA OCORRÊNCIA					
COORDENADAS		WGS84	N ° ' "	UTM 29N	N
			W ° ' "		W
DATA	INÍCIO				HORA
	FIM				
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	

RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

3. OCORRÊNCIA

BREVE DESCRIÇÃO DO LOCAL

4. CONDIÇÕES DE OCORRÊNCIA

ALERTA

HORA

FONTE

CAUSAS PROVÁVEIS

PROPAGAÇÃO DA OCORRÊNCIA (breve descrição)

CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS (breve descrição)

RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO				RESERVADO		RESERVADO			
5. MEIOS INTERVENIENTES NAS OPERAÇÕES DE SOCORRO E SALVAMENTO									
ENTIDADE	N.º	N.º DE HOMENS	N.º DE VEÍCULOS	N.º DE MEIOS/ HORA					
				1.ª h	2.ª h	4.ª h	8.ª h	10.ª h h
Câmara Municipal									
Juntas de Freguesia									
Corpo de Bombeiros									
GNR									
INEM									
Forças Armadas									
ICNF									
Outra:.....									
Outra:.....									
Outra:.....									
Outra:.....									
TOTAL									

6. MEIOS INTERVENIENTES NAS ACÇÕES DE VIGILÂNCIA				
ENTIDADE	N.º	N.º DE HOMENS	N.º DE VEÍCULOS	OBSERVAÇÕES
Câmara Municipal				
Juntas de Freguesia				
Corpo de Bombeiros				
GNR				
INEM				
Forças Armadas				
ICNF				
Outra:.....				
Outra:.....				
Outra:.....				
Outra:.....				
TOTAL				

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
-----------	--	-----------	--	-----------	--

RESERVADO		RESERVADO	RESERVADO
7. POSTO DE COMANDO OPERACIONAL/ COMANDANTE DE OPERAÇÕES DE SOCORRO			
LOCALIZAÇÃO DO PCO			
APOIO TÉCNICO NO PCO	ENTIDADE	NOME	
COMANDANTE DE OPERAÇÕES DE SOCORRO	FUNÇÃO/ NOME	GDH	

8. DANOS EM PESSOAS						
ENTIDADE	FL	FG	MT	EV	DL	DP
Câmara Municipal						
Juntas de Freguesia						
Corpo de Bombeiros						
GNR						
INEM						
Forças Armadas						
ICNF						
Outra:.....						
Outra:.....						
Outra:.....						
Outra:.....						
TOTAL						

RESERVADO		RESERVADO	RESERVADO
-----------	--	-----------	-----------

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO			
8. DANOS EM PESSOAS							
POPULAÇÃO		FL	FG	MT	EV	DL	DP
FEMININO	D						
	C						
	J						
	A						
	I						
MASCULINO	D						
	C						
	J						
	A						
	I						
TOTAL							
OBSERVAÇÕES							

FL – Ferido ligeiro; FG – Ferido grave; MT – Morto; EV – Evacuado; DL – Desalojado; DP – Desaparecido;
D – Deficiente; C – Criança; J – Jovem; A – Adulto; I – Idoso

9. DANOS EM ANIMAIS			
ESPÉCIE	MORTO	FERIDO	OBSERVAÇÕES
TOTAL			
RESERVADO		RESERVADO	

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		
10. DANOS EM EDIFÍCIOS						
TIPO	DESTRUÍDOS	CAUSAS	DANOS LIGEIOS	CAUSAS	DANOS GRAVES	CAUSAS
Habitações particulares						
Câmara Municipal						
SMPC						
Património Histórico						
Serviços do Estado						
Indústria						
Comércio						
Hotéis						
Centros de Saúde						
Escolas						
Outros:.....						
Outros:.....						
Outros:.....						
Outros:.....						
Outros:.....						
TOTAL						

11. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO				
TIPO DE VIA	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	INTERROMPIDAS	OBSERVAÇÕES
IP/ IC				
Estrada Nacional				
Estrada Municipal				
Rede viária florestal				
Viadutos				
Outra:.....				
Outra:.....				
RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

12. DANOS EM VEÍCULOS

TIPO DE VEÍCULO	DESTRUÍDOS	DANIFICADOS	OBSERVAÇÕES
Pesado de mercadorias			
Pesado de passageiros			
Ligeiro de mercadorias			
Ligeiro de passageiros			
Maquinaria			
Motociclos			
Aeronaves			
Outros:.....			
Outros:.....			
Outros:.....			
TOTAL			

13. DANOS EM INFRA-ESTRUTURAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO				
TIPO DE REDE	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	INTERROMPIDAS	OBSERVAÇÕES
Rede de água				
Rede de saneamento				
Rede eléctrica				
Rede de distribuição de combustíveis				
Outra:.....				
Outra:.....				
Outra:.....				
Outra:.....				
Outra:.....				
TOTAL				
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO
14. DANOS EM INFRA-ESTRUTURAS DA REDE DE COMUNICAÇÕES				
TIPO DE REDE	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	INTERROMPIDAS	OBSERVAÇÕES
Serviço de telefone fixo				
Serviço de telefone móvel				
Serviço de telefax				
REPC				
ROB				
Radiocomunicação privada da GNR				
Radiocomunicação privada do INEM				
Radiocomunicação privada das Forças Armadas				
Radiocomunicação privada da CMPC				
Radioamadores				
SIRESP				
Internet				
Outra:.....				
TOTAL				

15. DANOS AMBIENTAIS		
TIPO DE ÁREA AFECTADA	ÁREA TOTAL (ha)	OBSERVAÇÕES
Rede hídrica		
Espaços florestais		
Fauna		
Flora		
Outros:		
TOTAL		
RESERVADO		RESERVADO
RESERVADO		RESERVADO

RESERVADO			RESERVADO	RESERVADO
16. DISPONIBILIDADE DE TRANSPORTES				
TIPO DE TRANSPORTE	DISPONIBILIDADE		OBSERVAÇÕES	
	SIM	NÃO		
Centrais de camionagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Outro:.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Outro:.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Outro:.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
17. DISPONIBILIDADE DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO				
TIPO DE REDE	DISPONIBILIDADE		OBSERVAÇÕES	
	SIM	NÃO		
Rede de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Rede de saneamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Rede eléctrica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Rede de distribuição de combustíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
18. DISPONIBILIDADE DE COMUNICAÇÕES				
TIPO DE REDE	DISPONIBILIDADE		OBSERVAÇÕES	
	SIM	NÃO		
Rede telefónica fixa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Rede móvel	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
REPC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
ROB	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Radiocomunicação privada da GNR e CMPC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Radiocomunicação privada do INEM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Radiocomunicação privada das Forças Armadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Radioamadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
SIRESP	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Internet	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
RESERVADO			RESERVADO	RESERVADO

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO
19. NECESSIDADE DE SOCORRO/ ASSISTÊNCIA REQUERIDA				
TIPO DE SOCORRO/ ASSISTÊNCIA	NECESSIDADE		DESCRIÇÃO (o quê e a quem solicitar)	
	SIM	NÃO		
Assistência médica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Evacuação médica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Hospitais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Centros de saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Postos de socorro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Postos de triagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Alimentação/ água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Abrigos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Alojamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Vestuário e agasalhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Meios de transporte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Combustíveis e lubrificantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Equipamentos ou viaturas especiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Material de telecomunicações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Material sanitário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Manutenção e/ou reparação de equipamentos ou viaturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Apoio psicológico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Apoio social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Outros:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Outros:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

20. COMENTÁRIOS FINAIS

Nota: sempre que possível, deverão ser anexas fotografias comprovativas dos danos provocados.

21. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

LOCAL	ENTIDADE
HORA E DATA	RESPONSÁVEL
	(Assinatura)

RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

Modelo 2. Relatório Final



RELATÓRIO FINAL

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		
VISTO			DESPACHO			
<p>O Presidente da Câmara Municipal</p> <p>_____</p> <p>____/____/____</p>						
1. LOCALIZAÇÃO						
DISTRITO	Castelo Branco		FREGUESIA			
CONCELHO	Oleiros		LOCALIDADE/ LUGAR			
2. OCORRÊNCIA						
TIPO/ NATUREZA DA OCORRÊNCIA						
COORDENADAS	WGS84	N ° ' "	UTM 29N	N		
		W ° ' "		W		
DATA	INÍCIO			HORA	INÍCIO	
	FIM				FIM	
BREVE DESCRIÇÃO DO LOCAL						
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		

RESERVADO		RESERVADO	RESERVADO
3. CONDIÇÕES DE OCORRÊNCIA			
ALERTA	HORA		
	FONTE		
PROPAGAÇÃO DA OCORRÊNCIA (breve descrição)			
CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS (breve descrição)			
CAUSA		OBSERVAÇÕES	
TERRAMOTO	<input type="checkbox"/>		
CHEIAS OU INUNDAÇÕES	<input type="checkbox"/>		
MOVIMENTOS DE MASSA	<input type="checkbox"/>		
VENTO FORTE, TORNADO OU CICLONE	<input type="checkbox"/>		
ONDA DE CALOR	<input type="checkbox"/>		
VAGA DE FRIO	<input type="checkbox"/>		
NEVÃO	<input type="checkbox"/>		
INCÊNDIO FLORESTAL	<input type="checkbox"/>		
INCÊNDIO URBANO	<input type="checkbox"/>		
COLAPSO/ ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS	<input type="checkbox"/>		
ACIDENTE INDUSTRIAL	<input type="checkbox"/>		
ACIDENTE EM INFRA-ESTRUTURA HIDRÁULICA	<input type="checkbox"/>		
ACIDENTE VIÁRIO	<input type="checkbox"/>		
ACIDENTE AÉREO	<input type="checkbox"/>		
CONCENTRAÇÕES HUMANAS	<input type="checkbox"/>		
CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	<input type="checkbox"/>		
OUTRA:	<input type="checkbox"/>		
RESERVADO		RESERVADO	RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

4. MEIOS INTERVENIENTES NAS OPERAÇÕES DE SOCORRO E SALVAMENTO

ENTIDADE	N.º	N.º DE HOMENS	N.º DE VEÍCULOS	N.º DE MEIOS/ HORA					
				1.ª h	2.ª h	4.ª h	8.ª h	10.ª h h
Câmara Municipal									
Juntas de Freguesia									
Corpo de Bombeiros									
GNR									
INEM									
Forças Armadas									
ICNF									
Outra:.....									
Outra:.....									
Outra:.....									
Outra:.....									
TOTAL									

5. MEIOS INTERVENIENTES NAS ACÇÕES DE VIGILÂNCIA				
ENTIDADE	N.º	N.º DE HOMENS	N.º DE VEÍCULOS	OBSERVAÇÕES
Câmara Municipal				
Juntas de Freguesia				
Corpo de Bombeiros				
GNR				
INEM				
Forças Armadas				
ICNF				
Outra:.....				
Outra:.....				
Outra:.....				
Outra:.....				
TOTAL				
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		
6. EFICIÊNCIA DOS MEIOS DE RESPOSTA						
ENTIDADE	EFICIÊNCIA					OBSERVAÇÕES
	Muito boa	Boa	Satisfatória	Pouco eficiente	Nada eficiente	
Câmara Municipal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Juntas de Freguesia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Corpo de Bombeiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
GNR	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
INEM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Forças Armadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
ICNF	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Outra:.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Outra:.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Outra:.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Outra:.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
7. POSTO DE COMANDO OPERACIONAL/ COMANDANTE DE OPERAÇÕES DE SOCORRO						
LOCALIZAÇÃO DO PCO						
APOIO TÉCNICO NO PCO	ENTIDADE			NOME		
COMANDANTE DE OPERAÇÕES DE SOCORRO	FUNÇÃO/ NOME			GDH		
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		
8. DANOS EM PESSOAS						
ENTIDADE	FL	FG	MT	EV	DL	DP
Câmara Municipal						
Juntas de Freguesia						
Corpo de Bombeiros						
GNR						
INEM						
Forças Armadas						
ICNF						
Outra:.....						
Outra:.....						
Outra:.....						
Outra:.....						
TOTAL						

POPULAÇÃO		FL	FG	MT	EV	DL	DP
FEMININO	D						
	C						
	J						
	A						
	I						
MASCULINO	D						
	C						
	J						
	A						
	I						
TOTAL							
OBSERVAÇÕES							

FL – Ferido ligeiro; FG – Ferido grave; MT – Morto; EV – Evacuado; DL – Desalojado; DP – Desaparecido;
D – Deficiente; C – Criança; J – Jovem; A – Adulto; I – Idoso

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
-----------	--	-----------	--	-----------	--	-----------	--

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		
9. DANOS EM ANIMAIS						
ESPÉCIE	MORTO	FERIDO	OBSERVAÇÕES			
TOTAL						
10. DANOS EM EDIFÍCIOS						
TIPO	DESTRUÍDOS	CAUSAS	DANOS LIGEIOS	CAUSAS	DANOS GRAVES	CAUSAS
Habitacões particulares						
Câmara Municipal						
SMPC						
Património Histórico						
Serviços do Estado						
Indústria						
Comércio						
Hotéis						
Militares						
Centros de Saúde						
Escolas						
Outros:.....						
Outros:.....						
Outros:.....						
Outros:.....						
TOTAL						
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO
11. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO				
TIPO DE VIA	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	INTERROMPIDAS	OBSERVAÇÕES
Estrada Nacional				
Estrada Municipal				
Rede viária florestal				
Viadutos				
Outra:.....				
12. DANOS EM VEÍCULOS				
TIPO DE VEÍCULO	DESTRUÍDOS	DANIFICADOS	OBSERVAÇÕES	
Pesado de mercadorias				
Pesado de passageiros				
Ligeiro de mercadorias				
Ligeiro de passageiros				
Motociclos				
Aeronaves				
Outros:.....				
Outros:.....				
TOTAL				
13. DANOS EM INFRA-ESTRUTURAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO				
TIPO DE REDE	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	INTERROMPIDAS	OBSERVAÇÕES
Rede de água				
Rede de saneamento				
Rede eléctrica				
Rede de distribuição de combustíveis				
Outra:.....				
Outra:.....				
Outra:.....				
TOTAL				
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO
14. DANOS EM INFRA-ESTRUTURAS DA REDE DE COMUNICAÇÕES				
TIPO DE REDE	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	INTERROMPIDAS	OBSERVAÇÕES
Serviço de telefone fixo				
Serviço de telefone móvel				
Serviço de telefax				
REPC				
ROB				
Radiocomunicação privada da GNR				
Radiocomunicação privada do INEM				
Radiocomunicação privada das Forças Armadas				
Radiocomunicação privada da CMPC				
Radioamadores				
SIRESP				
Internet				
Outra:.....				
TOTAL				

15. DANOS AMBIENTAIS		
TIPO DE ÁREA AFECTADA	ÁREA TOTAL (ha)	OBSERVAÇÕES
Rede hídrica		
Espaços florestais		
Fauna		
Flora		
Outros:		
TOTAL		
RESERVADO		RESERVADO
RESERVADO		RESERVADO

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		
16. ASSISTÊNCIA FORNECIDA À POPULAÇÃO						
TIPO DE ASSISTÊNCIA	FORNECIDA		QUANT.	REQUERIDO POR	FORNECIDO POR	OBSERVAÇÕES
	SIM	NÃO				
Assistência médica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Evacuação médica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Hospitais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Centros de saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Postos de socorro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Postos de triagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Alimentação/ água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Abrigos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Alojamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Vestuário e agasalhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Meios de transporte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Combustíveis e lubrificantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Equipamentos ou viaturas especiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Material de telecomunicações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Material sanitário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Manutenção e/ou reparação de equipamentos ou viaturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Apoio psicológico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Apoio social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Outros:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		

59

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
18. APRECIACÃO GLOBAL DAS OPERAÇÕES E DA ORGANIZAÇÃO					
DESCRIÇÃO		PONTOS FORTES			
Comunicações					
Articulação entre os agentes de protecção civil					
Logística de apoio					
Integração dos grupos de reforço					
Outros:					
Outros:					
DESCRIÇÃO		PONTOS FRACOS E/OU CONSTRANGIMENTOS			
Comunicações					
Articulação entre os agentes de protecção civil					
Logística de apoio					
Integração dos grupos de reforço					
Outros:					
Outros:					
DESCRIÇÃO		SUGESTÕES PARA ALTERAR EVENTUAIS PONTOS FRACOS E/OU CONSTRANGIMENTOS			
Comunicações					
Articulação entre os agentes de protecção civil					
Logística de apoio					
Integração dos grupos de reforço					
Outros:					
Outros:					
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	

RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO
19. ACÇÕES DE REABILITAÇÃO		
REALIZADAS (breve descrição)		
PREVISTAS (breve descrição)		
20. ESTIMATIVA DE CUSTOS		
DANO	Custo (€)	
TOTAL		
21. COMENTÁRIOS FINAIS		
Nota: sempre que possível, deverão ser anexas fotografias comprovativas dos danos provocados.		
22. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO		
HORA E DATA	COORDENADOR DO SMPC	
	(Assinatura)	
RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO

Modelo 3. Requisição de Meios e Bens



REQUISIÇÃO DE MEIOS E BENS

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
VISTO da ENTIDADE			DESPACHO		
<p>_____</p> <p>____/____/____</p>					
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE REQUISITANTE					
NOME DO RESPONSÁVEL PELA REQUISIÇÃO					
ENTIDADE A QUE PERTENCE					
DATA		HORA			
2. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA/ ENTIDADE REQUISITADA					
EMPRESA/ENTIDADE					
MORADA					
PESSOA A CONTACTAR		TELEMÓVEL			
TELEFONE		FAX			
CORREIO ELECTRÓNICO					
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
3. PRODUTO A REQUISITAR					
ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	QUANTIDADE	FINALIDADE		
4. EQUIPAMENTO A REQUISITAR					
ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	QUANTIDADE	FINALIDADE		
5. SERVIÇO A REQUISITAR					
ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	QUANTIDADE	FINALIDADE		
6. RESPONSÁVEL PELA REQUISIÇÃO					
HORA E DATA	RESPONSÁVEL				
	(Assinatura)				
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	

Modelo 4. Registo de Deslocados



REGISTO DE DESLOCADOS

RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO
VISTO da ENTIDADE	DESPACHO	
<div style="border-bottom: 1px solid black; width: 80%; margin: 0 auto; margin-bottom: 10px;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 80%; margin: 0 auto; display: flex; justify-content: space-between;"> ____/____/____ </div>		

1. PESSOA INDIVIDUAL/ RESPONSÁVEL DO AGREGADO FAMILIAR

NOME COMPLETO				F <input type="checkbox"/>	M <input type="checkbox"/>
IDADE	NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO			
PROFISSÃO			N.º BILHETE DE IDENTIDADE		
MORADA					
CÓDIGO POSTAL			CONTACTO		

2. AGREGADO FAMILIAR (caso se aplique)

NOME COMPLETO	IDADE	SEXO	PARENTESCO
		F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>	
		F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>	
		F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>	
		F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>	

RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO
-----------	-----------	-----------

RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO
3. RENDIMENTO FAMILIAR		
< 500 € <input type="checkbox"/>	500 a 1000 € <input type="checkbox"/>	1000 A 1500 € <input type="checkbox"/>
> 1500 € <input type="checkbox"/>		
Indicar o escalão que corresponde ao seu rendimento ou ao do seu agregado familiar		

4. DANOS SOFRIDOS
DESCRIÇÃO

5. BENS MATERIAIS RECEBIDOS		
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
Alimentos (n.º de pessoas)		
Alojamento ou abrigo temporário		
Transporte para o alojamento		
Agasalhos		
Almofadas		
Cobertores		
Colchões		
Fronhas		
Lençóis		
Produtos de higiene		
Outros:		
RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO

RESERVADO		
6. BENS MATERIAIS SOLICITADOS		
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES

7. BENS MATERIAIS DEVOLVIDOS				
DESCRIÇÃO	DEVOLVIDOS		QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
	SIM	NÃO		
Alimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Alojamento ou abrigo temporário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Transporte para o alojamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Agasalhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Almofadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Cobertores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Colchões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Fronhas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Lençóis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Produtos de higiene	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Outros:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		

RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

8. RECLAMAÇÕES OU SUGESTÕES**9. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Para os devidos efeitos, declaro que as informações que constam desta ficha, por mim preenchida, são verdadeiras e que entreguei os artigos acima mencionados no campo 7:

_____, _____ de _____ de _____

(Assinatura)

10. ZONA DE CONCENTRAÇÃO LOCAL (ZCL)**11. ZONA DE ACOLHIMENTO (ZA)****12. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL**

HORA E DATA	RESPONSÁVEL
	(Assinatura)

RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

4. MODELOS DE COMUNICADOS

Uma vez que as actividades de protecção civil têm por fim último proteger a população, estas deverão ter sempre previstas acções de disponibilização de informação aos cidadãos, de forma a não só garantir que aqueles conheçam as necessárias medidas de autoprotecção e de apoio às acções de emergência, como também assegurar o seu direito a conhecerem os riscos a que poderão estar sujeitos.

Por outro lado, a disponibilização de informação relativa às acções que estão a ser desencadeadas para responder à situação de emergência, e os respectivos resultados, são fundamentais para a percepção por parte da população dos esforços que as entidades competentes se encontram a desenvolver para garantirem a sua segurança, evitando-se, assim, possíveis reacções de pânico. Neste sentido, a disponibilização de informação à população deverá ser efectuada antes e durante a ocorrência ou iminência de acidente grave ou catástrofe.

Uma vez que as populações apresentam diferentes níveis culturais e reacções distintas às acções de divulgação e sensibilização, a informação a ser-lhes transmitida deverá ser clara e objectiva, de maneira a que se maximize a sensibilização às mensagens e se obtenha uma efectiva tomada de consciência dos riscos e das medidas a tomar por parte do maior número possível de pessoas.

O Serviço de Divulgação e Turismo (SDT) como já indicado na Parte II, é o responsável pela divulgação de avisos e medidas de autoprotecção da população, bem como pela ligação com os órgãos de comunicação social, sendo fundamental a sua activação quer em situações de emergência como de exercício. É, portanto, tarefa essencial do SDT centralizar, coordenar e preparar toda a informação a disponibilizar, tendo sempre presente a importância fundamental de transmitir apenas informações confirmadas, de forma a evitar-se a divulgação de dados contraditórios ou incorrectos e combater, na medida do possível, a circulação de rumores.

A divulgação de informação à população poderá ser feita através de comunicados difundidos pela comunicação social (meio preferencial na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe), bem como através de outros meios como o sítio da Internet da Câmara Municipal, folhetos, posters, placards, acções de sensibilização direccionadas a grupos específicos, como escolas por exemplo, entre outros (meios de informação e sensibilização a usar antes de situações de emergência).

No que respeita aos comunicados, estes deverão ser anunciados em tempo útil, e serem claros e concisos, tendo-se sempre presente o objectivo fundamental de informar e proteger as populações de modo a evitar o pânico entre as mesmas. Da Tabela 32 à Tabela 49 apresenta-se o resumo da principal informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de situações de emergência associadas a fenómenos naturais ou à acção humana, podendo servir como base de apoio aos modelos de comunicados (Modelo 5 e Modelo 6).

No que se refere à declaração da situação de alerta de âmbito municipal esta é competência do Presidente da Câmara Municipal, devendo o seu teor compreender o previsto nos artigos 14.º e 15.º da Lei de Bases da Protecção Civil (Lei n.º27/2006, de 3 de Julho). Os critérios a ter por base na avaliação da necessidade de declaração de situação de alerta de âmbito municipal encontram-se indicados na Parte I do PMEPCO.

Embora a legislação actualmente em vigor não especifique a obrigatoriedade de à activação dos PMEPCO estar associada a uma declaração prévia de situação de alerta de âmbito municipal, o facto é que tal constituirá uma boa prática, a qual será seguida no concelho. No Modelo 7 define-se a estrutura e o conteúdo que deverá compreender a declaração da situação de alerta de âmbito municipal por parte do Presidente da CMO, tendo em consideração a legislação actualmente em vigor.

Modelo 5. Comunicado de Medidas de Prevenção, Autoprotecção e Aviso¹

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO DE CIVIL

Praça do Município

6160 - 409 Oleiros

Tel.: 272 680 170

Fax: 272 682 446



COMUNICADO N.º ____ - _____
(indicar o objectivo do comunicado)

DATA ____/____/____ Hora ____

Na sequência da informação actualizada e disponibilizada por _____
(indicar a entidade), prevê-se a ocorrência de _____ (indicar o tipo de
ocorrência), durante os dias _____ em _____
(indicar a área territorial/ espacial afectada).

Face as estas informações, prevêem-se os seguintes efeitos (indicar os efeitos da ocorrência):

-
-

Assim, recomenda-se à população a tomada das necessárias medidas de autoprotecção/ regras de
evacuação, nomeadamente (indicar de acordo com o caso):

-
-

Solicita-se ainda especial atenção aos avisos e recomendações das autoridades competentes,
mantendo-se atento ao desenvolvimento da situação.

(Presidente da Câmara Municipal de Oleiros)

Previsão do próximo comunicado: DATA ____/____/____ - Hora _____

¹ De acordo com o tipo de risco, ver a Tabela respectiva referente à informação a disponibilizar à população.

Modelo 6. Comunicado de Ponto de situação e evolução de ocorrências

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO DE
CIVILPraça do Município
6160 - 409 Oleiros

Tel.: 272 680 170

Fax: 272 682 446



COMUNICADO N.º _____

PONTO DE SITUAÇÃO E EVOLUÇÃO DA OCORRÊNCIA²

DATA ____/____/____ Hora _____

Informa-se que se verificou em _____ (indicar a data e a hora em que se verificou a ocorrência), _____ (indicar a ocorrência ou a evolução da ocorrência, de acordo com o comunicado), em _____ (indicar o local da ocorrência). Esta ocorrência provocou, conforme dados provisórios/dados actualizados, _____ (indicar o número de feridos, vítimas ou danos materiais). Foram destacados para o local/ Encontram-se no local _____ (indicar os agentes de protecção civil intervenientes nas operações, os veículos e equipamentos utilizados). Todas as vítimas já foram evacuadas _____ (caso se aplique, indicar o local de evacuação: hospital, centro de saúde, local de abrigo). Prevê-se _____ (indicar a previsão da evolução da situação).

(Presidente da Câmara Municipal de Oleiros)

Previsão do próximo comunicado: DATA ____/____/____ - Hora _____

² De acordo com o tipo de risco, ver a Tabela respectiva referente à informação a disponibilizar à população.

Modelo 7. Comunicado de declaração da situação de alerta de âmbito municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS

DESPACHO N.º _____

DATA: ____/____/____



DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL

1. Natureza do evento

Indicar a hora em que se verificou/prevê o acidente grave ou catástrofe e o seu tipo (terramoto, ventos fortes, etc.)

2. Âmbito territorial e temporal

Indicar a área do concelho afectada sobre a qual incide a declaração da situação de alerta e o período em que a situação de alerta se manterá em vigor

3. Alerta aos elementos da Comissão Municipal de Protecção Civil

Indicar que se procedeu, de acordo com o Artigo 15.º da Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho, ao alerta dos elementos que compõem a CMPC solicitando a sua reunião extraordinária, de modo a articular as acções a serem desenvolvidas.

4. Estrutura de coordenação

A estrutura de coordenação em situação de alerta de âmbito municipal segue o previsto no Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Oleiros, isto é, compreende estruturas de coordenação institucional e de comando operacional

Coordenação institucional

A definição das estratégias de intervenção a operacionalizar pelos agentes de protecção civil e organismos e entidades de apoio, bem como a garantia da sua articulação será assegurada através da CMPC, a qual recorrerá aos meios disponíveis e previstos no Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil.

Caso se considere oportuno deverá ainda indicar-se a periodicidade e local de reunião da CMPC

Comando das operações de socorro no(s) teatro(s) de operações

Em cada (Nos) teatro(s) de operações o comando operacional será assumido pelo(s) Comandante(s) das Operações de Socorro, o(s) qual(is) se articulará(ão) com a CMPC através dos mecanismos previstos no Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil.

5. Medidas preventivas a adoptar/adoptadas

Indicar os procedimentos/medidas que foram implementados pela CMPC, especificando, caso se entenda útil, as entidades responsáveis pelas mesmas

Avisos à população

Indicar ainda, caso se considere necessário, as principais mensagens a difundir à população (ter por base a informação associada aos modelos de comunicados)

Meios de divulgação dos avisos

Os avisos à população serão efectuados seguindo os procedimentos e meios previstos no Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil

Caso se considere necessário, esta matéria poderá ser aprofundada/especificada

Oleiros, ____ de _____ de _____

O Presidente da Câmara Municipal de Oleiros,

(nome)

Tabela 32. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de um terramoto

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE UM TERRAMOTO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE TERRAMOTO	<p>Apesar da impossibilidade de antecipar a ocorrência de terramotos, pode avisar-se a população para a possibilidade do surgimento de réplicas.</p> <p>No âmbito da protecção civil, a ocorrência de terramotos deverá ser gerida a nível nacional, pelo que os avisos deverão ser divulgados tanto a nível nacional como a nível local.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Viaturas da protecção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida)</p>
AVISOS DE EVACUAÇÃO	<p>Caso se pretenda evacuar uma grande extensão de território será útil recorrer a meios de divulgação rápida de modo a informar a população a deslocar para as medidas a tomar (locais para onde se devem dirigir e itinerários a utilizar).</p> <p>(ver Ponto 5, da Parte III, relativo a procedimentos de evacuação)</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Viaturas da protecção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida)</p>
Recomendações preventivas a fazer à população como medidas de autoprotecção que devem ser adoptadas ANTES DA OCORRÊNCIA DE UM TERRAMOTO	<p>§ Informe-se sobre as causas e efeitos possíveis de um terramoto na sua zona;</p> <p>§ Prepare a sua casa de forma a facilitar os movimentos em caso de terramoto, libertando os corredores e passagens, arrumando móveis e brinquedos, etc.;</p> <p>§ Elabore um plano de emergência para a sua família. Certifique-se que todos os seus familiares sabem o que fazer no caso de ocorrer um terramoto. Combine previamente um local de reunião no caso dos membros da família se separarem durante o terramoto;</p> <p>§ Tenha à mão uma lanterna eléctrica, um rádio portátil e pilhas de reserva para ambos, bem como um extintor (verifique o prazo de validade) e um estojo de primeiros socorros;</p> <p>§ Localizar os locais mais seguros distribuindo os seus familiares por eles. Localizar os locais mais perigosos;</p>	<p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Jornais regionais</p> <p>§ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE UM TERRAMOTO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Recomendações preventivas a fazer à população como medidas de autoprotecção que devem ser adoptadas ANTES DA OCORRÊNCIA DE UM TERRAMOTO	<ul style="list-style-type: none"> § Fixe as estantes, as botijas de gás, os vasos e floreiras às paredes da sua casa; § Coloque os objectos pesados ou de grande volume no chão ou nas estantes mais baixas. § Ensine a todos os familiares como desligar a electricidade e cortar a água e gás; § Armazene água em recipientes de plástico fechados e alimentos enlatados para 2 ou 3 dias. Renove-os de tempos a tempos; § Tenha à mão medicamentos correntes mais necessários; § Mantenha a sua vacinação e de toda a sua família em dia, nomeadamente a vacina do tétano. Consulte o seu centro de saúde para obter mais informações; § Tenha à mão em local acessível números de telefone de serviços de emergência; § Tenha à mão agasalhos e sapatos resistentes. 	<ul style="list-style-type: none"> § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Jornais regionais § Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil
Recomendações preventivas a fazer à população com medidas de autoprotecção que devem ser adoptadas DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM TERRAMOTO	<ul style="list-style-type: none"> § Se estiver num dos andares superiores de um edifício não se precipite para as escadas. Abrigue-se no vão de uma porta interior, nos cantos das salas ou debaixo de uma mesa ou cama. Nunca utilize elevadores; § Mantenha-se afastado de janelas, espelhos e chaminés. Tenha cuidado com a queda de candeeiros, móveis ou outros objectos; § Se estiver no rés-do-chão de um edifício e a sua rua for suficientemente larga (por exemplo mais larga que a altura dos edifícios), saia de casa calmamente e caminhe para um local aberto, sempre pelo meio da rua; § Se estiver na rua, dirija-se para um local aberto, com calma e serenidade. Não corra nem ande a vaguear pelas ruas; § Enquanto durar o terramoto não vá para casa; § Mantenha-se afastado dos edifícios, sobretudo dos velhos, altos ou isolados, dos postes de electricidade e outros objectos que lhe possam cair em cima; § Afaste-se de taludes e muros que possam desabar. § Nas fábricas mantenha-se afastado das máquinas, que podem tombar ou deslizar; 	<ul style="list-style-type: none"> § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Jornais regionais § Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE UM TERRAMOTO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Recomendações preventivas a fazer à população com medidas de autoprotecção que devem ser adoptadas DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM TERRAMOTO	<p>§ Se estiver num local com grande concentração de pessoas, não se precipite para as saídas. As escadas e portas são pontos que facilmente se enchem de escombros e podem ficar obstruídos por pessoas tentando deixar o edifício;</p> <p>§ Fique dentro do edifício até o terramoto cessar. Saia depois com calma tendo em atenção as paredes, chaminés, fios eléctricos, candeeiros e outros objectos que possam cair;</p> <p>§ Se estiver a conduzir, pare a viatura longe de edifícios, muros, taludes, postos e cabos de alta tensão e permaneça dentro dela.</p>	<p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Jornais regionais</p> <p>§ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil</p>
Informação básica a difundir APÓS A OCORRÊNCIA DE UM TERRAMOTO	<p>§ Mantenha a calma e conte com a ocorrência de possíveis réplicas;</p> <p>§ Não se precipite para as escadas ou saídas. Nunca utilize elevadores;</p> <p>§ Não fume, nem acenda fósforos ou isqueiros. Pode haver fugas de gás. Utilize lanternas a pilhas;</p> <p>§ Corte a água e o gás, e desligue a electricidade;</p> <p>§ Calce sapatos e proteja a cabeça e a cara com um casaco, uma manta, um capacete ou um objecto resistente e prepare agasalhos se o tempo o aconselhar;</p> <p>§ Verifique se há feridos e preste os primeiros socorros se souber. Se houver feridos graves, não os remova, a menos que corram perigo;</p> <p>§ Verifique se há incêndios. Tente apagá-los. Se não conseguir alerte os bombeiros;</p> <p>§ Ligue o rádio e cumpra as recomendações que forem difundidas;</p> <p>§ Limpe urgentemente os produtos inflamáveis que tenham sido derramados (álcool, tintas, etc.);</p> <p>§ Se puder, solte os animais domésticos. Eles tratarão de si próprios;</p> <p>§ Regresse a casa só quando as autoridades o aconselharem;</p> <p>§ Mantenha a calma e cumpra as instruções que a rádio difundir. Esteja preparado para outros abalos (réplicas) que costumam suceder-se ao terramoto principal;</p> <p>§ Se encontrar feridos graves, chame as equipas de socorro para promover a sua evacuação;</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Viaturas da protecção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Jornais regionais</p> <p>§ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE UM TERRAMOTO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir APÓS A OCORRÊNCIA DE UM TERRAMOTO	<ul style="list-style-type: none"> § Se houver pessoas soterradas, informe as equipas de salvamento. Entretanto, se sem perigo, for capaz de as começar a libertar, tente fazê-lo retirando os escombros um a um. Não se precipite, não agrave a situação dos feridos ou a sua própria; § Evite passar por onde haja fios eléctricos soltos e tocar em objectos metálicos em contacto com eles; § Coma alguma coisa. Sentir-se-á melhor e mais capaz de ajudar os outros; § Não beba água de recipientes abertos sem antes a ter examinado e filtrado por coador, filtro ou simples pano lavado; § Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo; § Não utilize o telefone excepto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.); § Não propague boatos ou notícias não confirmadas; § Se a sua casa se encontrar muito danificada terá de a abandonar. Reúna os recipientes com água, alimentos e medicamentos vulgares e especiais (cardíacos, diabéticos, etc.); § Não reocupe edifícios com grandes estragos, nem se aproxime de estruturas danificadas; § Corresponda aos apelos que forem divulgados e não se desloque para as áreas a ser alvo de operações de socorro; § Caso lhe seja solicitado, colabore com as equipas de socorro; § Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberta-as para as viaturas de socorro. 	<ul style="list-style-type: none"> § Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Viaturas da protecção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida) § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Jornais regionais § Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil

Tabela 33. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de cheias e inundações

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE CHEIAS E INUNDAÇÕES		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES	Apesar de para algumas cheias provocadas por chuvas intensas e repentinas não haver tempo para emitir um aviso em tempo útil, para outras, é possível prever atempadamente através da observação dos níveis de água e das previsões meteorológicas e emitir avisos à população.	§ Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Viaturas da protecção civil com altifalantes (caso a gravidade da situação o exija)
AVISOS DE EVACUAÇÃO	<p>Caso se pretenda evacuar uma grande extensão de território será útil recorrer a meios de divulgação rápida de modo a informar a população a deslocar para as medidas a tomar (locais para onde se devem dirigir e itinerários a utilizar).</p> <p>(Ver Ponto 5 da Parte III relativo a procedimentos de evacuação).</p>	§ Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Viaturas da protecção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida)
Recomendações preventivas a fazer à população com medidas de autoprotecção que devem ser adoptadas ANTES DA OCORRÊNCIA DE CHEIAS	<p>Para além das recomendações básica a difundir face à iminência de uma cheia, deverão ser feitas as seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Procure perceber se mora ou trabalha numa zona de risco e tente informar-se sobre o historial de cheias passadas; § Se vive numa zona de risco, adquira o bom hábito de escutar os noticiários do IPMA do Outono à Primavera; § Identifique pontos altos onde se possa refugiar e que estejam o mais perto possível de casa ou do emprego; § Elabore uma pequena lista dos objectos importantes que deve levar consigo numa possível evacuação; § Pondere a hipótese de fazer um seguro da sua casa e do recheio; § Arranje um anteparo de madeira ou metal para a porta da rua; § Tenha sempre em casa uma reserva para dois ou três dias de água potável e alimentos que não se estraguem; § Mantenha a limpeza do seu quintal, principalmente no Outono devido à queda das folhas. 	§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Jornais regionais § Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE CHEIAS E INUNDAÇÕES		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir na IMINÊNCIA DE UMA CHEIA	<ul style="list-style-type: none"> § Mantenha-se atento aos noticiários da Meteorologia e às indicações da Protecção Civil transmitidas pela rádio e televisão; § Conserve o sangue frio. Transmita calma à sua volta; § Acondicione num saco de plástico os objectos pessoais mais importantes e os seus documentos; § Coloque à mão o seu estojo de emergência; § Transfira os alimentos e os objectos de valor para pontos mais altos da casa; § Liberte os animais domésticos e proceda à evacuação do gado para locais seguros; § Coloque um anteparo à entrada da casa. Retire do seu quintal objectos que possam ser arrastados pelas cheias; § Prepare-se para desligar a água, o gás e a electricidade, se for caso disso. 	<ul style="list-style-type: none"> § Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Jornais regionais
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE UMA CHEIA	<ul style="list-style-type: none"> § Mantenha a serenidade. Procure dar apoio às crianças, aos idosos e aos deficientes; § Continue atento aos conselhos da Protecção Civil; § Prepare-se para a necessidade de ter de abandonar a casa; § Desligue a água, o gás e a electricidade; § Não ocupe as linhas telefónicas. Use o telefone só em caso de emergência; § Não caminhe descalço nem saia de casa para visitar os locais mais atingidos; § Não utilize o carro. Pode ser arrastado para buracos no pavimento, para caixas de esgoto abertas, ou até para fora da estrada; § Não entre em zonas caudalosas. Há o risco de não conseguir suportar a força da corrente, além de que pode ocorrer uma subida inesperada do nível da água; § A água da cheia pode estar contaminada com substâncias indesejáveis. Não a beba; § Procure ter sempre uma atitude prática perante os acontecimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> § Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Jornais regionais § Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE CHEIAS E INUNDAÇÕES		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir APÓS A OCORRÊNCIA DE UMA CHEIA	<ul style="list-style-type: none"> § Siga os conselhos da Protecção Civil. Regresse a casa só depois de lhe ser dada essa indicação; § Preste atenção às indicações difundidas pela comunicação social; § Facilite o trabalho das equipas de remoção e limpeza da via pública; § Ao entrar em casa, faça uma inspecção que lhe permita verificar se a casa ameaça ruir. Se tal for provável, não entre; § Não pise nem mexa em cabos eléctricos caídos. Não se esqueça de que a água é condutora de electricidade; § Mantenha-se sempre calçado e, se possível, use luvas de protecção; § Opte pelo seguro. Deite fora a comida (mesmo embalada) e os medicamentos que estiveram em contacto com a água da cheia, pois podem estar contaminados; § Verifique o estado das substâncias inflamáveis ou tóxicas que possa ter em casa; § Comece a limpeza da casa pela dispensa e zonas mais altas; § Beba sempre água fervida ou engarrafada. 	<ul style="list-style-type: none"> § Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Jornais regionais § Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.

Tabela 34. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de movimentos de massa

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE MOVIMENTOS DE MASSA		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE MOVIMENTOS DE MASSA	Apesar da imprevisibilidade associada ao Movimentos de massa, consideram-se factores de predisposição como a existência de antigos deslizamentos, existência de urbanizações em áreas impróprias para a construção como em encostas ou no sopé de encostas ou ainda em leitos de cheia e em formações litológicas do tipo argiloso. Como factores principais de desencadeamento é de referir as chuvas intensas, o aumento brusco da quantidade de água no solo, e consequentemente o aumento do peso dos solos, levando a uma diminuição da resistência mecânica e ao movimento de grandes quantidades de rocha ou terra por força de gravidade.	§ Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Jornais regionais
RECOMENDAÇÕES A FAZER À POPULAÇÃO	§ Se a sua casa estiver em encostas ou leitos de cheia, esteja atento a indícios de perigo, como sejam surgimento de rachas nas paredes ou muros, sulcos profundos de escoamento que possam levar a rupturas, etc. Caso encontre algum destes sinais, contacte as autoridades. § Não proceda a intervenções correctivas por iniciativa própria. Contacte sempre as autoridades.	§ Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Jornais regionais

Tabela 35. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de ventos fortes, tornados e ciclones violentos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	<p>Ventos fortes:</p> <p>Os ventos fortes, apesar de não apresentarem o potencial destrutivo dos ciclones violentos e tornados são os ventos fortes mais habituais e por isso, face à previsão de ocorrência destes ventos, deverão ser emitidos avisos para que a população tome medidas preventivas. Actualmente, os serviços de meteorologia conseguem antecipar a ocorrência destes ventos.</p> <p>Ciclones violentos:</p> <p>Devido ao processo de formação e evolução lenta dos ciclones violentos, os serviços de meteorologia conseguem prever com antecedência a sua rota, intensidade e tempo de chegada. Podem assim emitir-se avisos, em tempo útil, para que a população tome medidas preventivas para reduzir os efeitos nefastos dos ciclones violentos.</p> <p>Tornados:</p> <p>O emitir de avisos de tornados com antecedência é praticamente impossível. Ao contrário dos ciclones violentos, os tornados têm um comportamento mais imprevisível e súbito.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p>
Informação básica a difundir ANTES DA OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	<p><u>Relativamente à população em geral</u></p> <p>§ Desenvolva um plano de emergência, para si e para a sua família, considerando várias situações (em casa, na rua, no trabalho, na escola) e prevendo os vários locais de abrigo possíveis;</p> <p>§ Conheça bem a zona que habita e adquira um mapa da região, de modo a poder acompanhar a evolução de um furacão pelos boletins meteorológicos;</p> <p>§ Esteja atento à rádio e televisão, de modo a estar actualizado sobre a informação deste tipo;</p> <p>§ Se planear um passeio para fora da sua região, informe-se sobre as previsões meteorológicas e tome as medidas necessárias caso o tempo seja ameaçador;</p> <p>§ Realize exercícios sempre que possível.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Jornais regionais</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES DA OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	<p><u>Relativamente às escolas</u></p> <p>§ Todas as escolas devem ser inspeccionadas e devem ser definidas áreas de abrigo pelas pessoas competentes. As caves oferecem, geralmente, a melhor protecção;</p> <p>§ Tomar as precauções adequadas para alunos com deficiências físicas;</p> <p>§ Os responsáveis pela activação do plano de emergência devem acompanhar a informação relativa ao estado do tempo;</p> <p>§ Deve ter sempre à mão um megafone ou corneta de ar comprimido para activar o alarme, mesmo se o sistema de alarme da escola for eléctrico, pois pode dar-se o caso de falha de electricidade;</p> <p>§ Assegurar a responsabilidade de desligar o gás e electricidade em caso de emergência;</p> <p>§ Manter as crianças na escola fora das horas regulares em caso de aproximação de um furacão;</p> <p>§ Almoços, ou reuniões, em salas grandes devem ser adiados em caso de aproximação de um furacão;</p> <p>§ Deslocar os estudantes rapidamente para o abrigo previsto, ou para as salas interiores no piso mais inferior e, no caso do vento se tornar mais violento, assegurar que todos assumem a seguinte posição.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Jornais regionais</p>
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	<p>DURANTE A APROXIMAÇÃO DE UM TORNADO:</p> <p>§ Se está em casa, desligue a electricidade, água e gás, e desloque-se para um abrigo previsto, como uma cave;</p> <p>§ Caso não tenha hipótese de se deslocar para um abrigo abaixo do solo, dirija-se para a divisão interior da casa, no piso mais inferior e coloque-se debaixo de uma peça de mobiliário resistente ou de um colchão;</p> <p>§ Abra as janelas que se encontram do lado oposto à trajectória do tornado, para equilibrar as pressões, e mantenha-se afastado de todas elas;</p> <p>§ Casas móveis, ou pré-fabricadas, oferecem pouca protecção, abandone-as;</p> <p>§ Não tente fugir de um tornado de automóvel, saia imediatamente do veículo.;</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	<p>§ Se estiver na rua deite-se em qualquer vala ou depressão que encontre fora da estrada, afastado de árvores, postes ou muros, e proteja a cabeça - tenha em atenção que grande parte das mortes e ferimentos provocados pelos tornados são causados pelo arrastamento de objectos e detritos.</p> <p>DURANTE A APROXIMAÇÃO DE UM CICLONE VIOLENTO:</p> <p>§ Siga todas as recomendações das autoridades competentes. Não propague rumores ou informações exageradas sobre a situação;</p> <p>§ Não abra as cortinas, estas servem de protecção contra estilhaços;</p> <p>§ Se a sua casa é segura e situada em altitude, mantenha-se em casa. Abandone zonas de baixa altitude, com risco de inundação;</p> <p>§ Abandone casas móveis (ou pré-fabricadas) e dirija-se para um abrigo mais substancial;</p> <p>§ Coloque faixas cruzadas (em forma de X) de fita adesiva nas janelas para evitar o arremesso de estilhaços, e abra uma janela do lado oposto à direcção do vento, para equilibrar pressões;</p> <p>§ Coloque tábuas, ou persianas resistentes, em janelas grandes;</p> <p>§ Desligue todos os aparelhos dispensáveis e mantenha ligado o rádio a pilhas de modo a receber informação e instruções das autoridades competentes;</p> <p>§ Recolha de frente de sua casa todos os objectos que possam ser arremessados pelo vento e amarre em sítio seguro os demasiado grandes ou pesados;</p> <p>§ Tenha sempre à mão roupa impermeável;</p> <p>§ Cubra com material impermeável todos os objectos que se possam danificar em contacto com a água;</p> <p>§ Certifique-se de que o seu automóvel tem combustível suficiente e que tem a bateria em bom estado.</p> <p>§ Armazene alguma água para consumo, e para fins sanitários, nas banheiras, jarros, garrafas ou outros depósitos;</p> <p>§ Regule o frigorífico no nível máximo de refrigeração e abra-o apenas quando necessário;</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Jornais regionais</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	<ul style="list-style-type: none"> § Feche todos os depósitos de gás; § Desligue todos os aparelhos dispensáveis e mantenha ligado o rádio a pilhas de modo a receber informação e instruções das autoridades competentes; § Recolha de frente de sua casa todos os objectos que possam ser arremessados pelo vento e amarre em sítio seguro os demasiado grandes ou pesados; § Tenha sempre à mão roupa impermeável; § Cubra com material impermeável todos os objectos que se possam danificar em contacto com a água; § Certifique-se de que o seu automóvel tem combustível suficiente e que tem a bateria em bom estado. 	<ul style="list-style-type: none"> § Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Jornais regionais
	<p>DURANTE A PASSAGEM DE UM CICLONE VIOLENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Mantenha-se em casa, no piso mais inferior e na divisão interior, e afastado das janelas; § Vigie constantemente o nível de cheia perto de sua casa; § Feche todas as portas interiores e reforce as exteriores; Se o vento acalmar, não saia de casa, é provavelmente a passagem do “olho” (centro) do furacão, ventos fortes podem voltar a qualquer momento; § No caso do vento se tornar mais violento coloque-se debaixo de uma peça de mobiliário resistente ou de um colchão. § Se for surpreendido na rua, afaste-se de árvores, postes ou muros, e proteja a cabeça. § Mantenha-se em casa, no piso mais inferior e na divisão interior, e afastado das janelas; § Feche todas as portas interiores e reforce as exteriores; Se o vento acalmar, não saia de casa, é provavelmente a passagem do “olho” (centro) do furacão, ventos fortes podem voltar a qualquer momento; § Vigie constantemente o nível de cheia perto de sua casa; § No caso do vento se tornar mais violento coloque-se debaixo de uma peça de mobiliário resistente ou de um colchão. § Se for surpreendido na rua, afaste-se de árvores, postes ou muros, e proteja a cabeça. 	

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir APÓS A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	<ul style="list-style-type: none"> § Siga todas as recomendações das autoridades competentes. Não propague rumores ou informações exageradas sobre a situação. § Se há feridos, reporte-os imediatamente aos serviços de emergência; § Certifique-se de que os seus alimentos estão em condições e não coma nada cru ou de origem duvidosa; § Beba a água potável que armazenou ou ferva a que vai beber; § Limpe cuidadosamente qualquer derrame de substâncias médicas, tóxicas ou inflamáveis; § Inspeccione a sua casa para verificar que não há perigo de colapso; § Permaneça em sua casa, caso esta não tenha sofrido danos; § Mantenha desligados o gás, água e electricidade até estar seguro de que não há fugas nem perigo de curto-circuito; § Certifique-se de que os seus aparelhos eléctricos estão secos antes de os ligar; § Use o telefone unicamente para reportar emergências; § Se tiver que sair evite tocar ou pisar postes ou cabos eléctricos; § Colabore com os seus vizinhos na reparação dos danos; § Em caso de necessidade, solicite a assistência das brigadas de salvamento ou das autoridades mais próximas. 	<ul style="list-style-type: none"> § Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Jornais regionais

Tabela 36. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de secas

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE SECAS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE SECAS	<p>Apesar do aviso de seca, não ter o carácter de urgência imediata de outros tipos de aviso, reveste-se de grande importância para que se possam tomar medidas preventivas de forma a mitigar os seus efeitos.</p> <p>Actualmente, as observações e monitorizações meteorológicas possibilitam fazer previsões sobre o surgimento e duração de períodos de seca com um nível de rigor muito satisfatório. O Instituto da Água é responsável pela previsão e detecção de secas, através do Sistema de Prevenção e Protecção de Secas que, apoiado na monitorização e numa análise de secas regionais, permite identificar as regiões do país em crise e acompanhar a sua evolução.</p> <p>Face à previsão de uma seca, deverá ser dado o aviso de forma a abranger o maior número de pessoas possíveis, com especial relevância para a população mais vulnerável e mais exposta aos seus efeitos (idosos, acamados, etc.).</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Jornais nacionais e locais</p>
AVISOS DE EVACUAÇÃO	<p>Só se aplica quando, em simultâneo, ocorre uma onda de calor, que leve à necessidade de evacuação e realojamento de pessoas em maior risco (idosos, acamados, etc.).</p>	
Recomendações a fazer à população com medidas que devem ser adoptadas em SITUAÇÕES DE NORMALIDADE	<p>§ Manter toda a canalização doméstica em bom estado de forma a não haver perdas nas torneiras, nos autoclismos, nos esquentadores, nas máquinas de lavar e nas junções;</p> <p>§ Instalação de reguladores de caudal nas torneiras;</p> <p>§ Instalação de autoclismos com sistemas de redução de volume de água para descarga;</p> <p>§ Compre e armazene água engarrafada para utilização em casos extremos, em que a seca leva ao corte do abastecimento de água;</p> <p>§ Evite situações que levem ao gasto desnecessário de água (banhos de imersão, deixar a água correr durante a lavagem dos dentes, regar durante as horas de maior calor, etc.).</p>	<p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Jornais regionais</p> <p>§ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE SECAS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir DURANTE UM PERÍODO DE SECA	<p>§ Em caso de cortes no fornecimento de água, não poupe água através da redução da quantidade que bebe. Normalmente, as secas estão associadas a ondas de calor que podem conduzir facilmente a situações de desidratação. Se for necessário, compre e beba água engarrafada;</p> <p>§ Esteja atento a possíveis situações de desidratação nos membros da sua família, especialmente em crianças e idosos;</p> <p>§ Em caso de cortes no fornecimento de água, encher apenas as vasilhas estritamente necessárias para o seu consumo;</p> <p>§ Não encher piscinas;</p> <p>§ Não lavar carros desnecessariamente;</p> <p>§ Reutilizar a água sempre que possível (exemplo: rega);</p> <p>§ Diminuir a quantidade de água no autoclismo colocando no seu depósito uma garrafa de plástico cheia de areia ou de água, para que não fique a flutuar;</p> <p>§ Evite a todo o custo situações que levem ao gasto desnecessário de água (banhos de imersão, deixar a água correr durante a lavagem dos dentes, regar durante as horas de maior calor, etc.).</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Jornais locais e nacionais</p>

Tabela 37. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de ondas de calor

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE ONDAS DE CALOR		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS DE ONDAS DE CALOR	<p>Actualmente, os serviços meteorológicos conseguem prever com grande antecedência a vinda de uma onda de calor. Desta forma, é possível emitir avisos à população em tempo útil, para que esta possa tomar as medidas de autoprotecção mais indicadas.</p> <p>Os avisos deverão abranger o maior número de pessoas que for possível, e ser efectuados com especial ênfase junto da população mais vulnerável e mais exposta à onda de calor (idosos, acamados, etc.).</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Viaturas da protecção civil com altifalantes (caso a gravidade da situação o exija)</p>
AVISOS DE EVACUAÇÃO	Não se aplica. Somente em casos excepcionais de necessidade de evacuação e realojamento de pessoas em risco (ex.: em casas ou lares de idosos com baixo isolamento térmico e fraca capacidade de arrefecimento).	
Informação básica a difundir na IMINÊNCIA OU DURANTE UMA ONDA DE CALOR	<p>§ Equipe a sua casa e local de trabalho com unidades de arrefecimento (ar-condicionado, ventoinhas, etc.);</p> <p>§ Ingira água ou outros líquidos não açucarados com regularidade, mesmo que não sinta sede. Pessoas que sofram de epilepsia, doenças cardíacas, renais ou de figado ou que tenham problemas de retenção de líquidos devem consultar um médico antes de aumentarem o consumo de líquidos;</p> <p>§ Se tem idosos em casa incentive-os a beber pelo menos mais um litro de água por dia para além da que bebem normalmente. Eles vão rejeitar mas deve insistir;</p> <p>§ Procure manter-se dentro de casa ou em locais frescos;</p> <p>§ Em casa, durante o dia, abra as janelas e mantenha as persianas fechadas, de modo a permitir a circulação de ar;</p> <p>§ Durante a noite, abra bem as janelas para que o ar circule e a casa arrefeça;</p> <p>§ Viaje de preferência a horas de menos calor ou à noite;</p> <p>§ Evite sair à rua nas horas de maior calor, mas se tiver de o fazer, proteja-se usando um chapéu ou um lenço;</p> <p>§ Vista roupas leves de algodão e de cores claras. As cores escuras absorvem maior quantidade de calor;</p> <p>§ Evite usar vestuário com fibras sintéticas ou lã. Provocam transpiração, podendo levar à desidratação;</p> <p>§ Nunca viaje com as janelas totalmente fechadas a não ser que tenha ar condicionado no seu carro;</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Jornais regionais</p> <p>§ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE ONDAS DE CALOR		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir na IMINÊNCIA OU DURANTE UMA ONDA DE CALOR	<p>§ Quando viajar de automóvel faça-o por períodos curtos. Se tiver que fazer grandes viagens leve consigo água ou outros líquidos não alcoólicos e não açucarados em quantidades suficientes;</p> <p>§ Proteja os passageiros da exposição ao sol, cobrindo as janelas com telas apropriadas, que não dificultem ou prejudiquem a condução;</p> <p>§ Se viajar com crianças mantenha-as o mais arejadas possível, vestindo-lhes o mínimo de roupa e dando-lhes frequentemente água a beber;</p> <p>§ Se viajar com bebés tenha em atenção que o leite é a sua refeição normal e que no intervalo entre as mamadas devem beber bastante água;</p> <p>§ Tenha atenção aos idosos que viajam consigo. Não devem vestir de negro nem roupas de fibra sintética e devem também beber um suplemento de água;</p> <p>§ Coma poucas quantidades de cada vez e várias vezes ao dia;</p> <p>§ As refeições devem ser ligeiras, sopas frias ou tépidas, saladas, grelhados, comidas com pouca gordura e pouco condimentadas, acompanhadas de preferência com água, chá fraco ou outros líquidos não açucarados;</p> <p>§ Não beba bebidas alcoólicas. Num organismo desidratado são absorvidas rapidamente podendo levar a estados de embriaguez com maior facilidade.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Jornais regionais</p> <p>§ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.</p>
Informação básica a difundir na IMINÊNCIA OU DURANTE UMA ONDA DE CALOR	<p>§ Vá à praia apenas nas primeiras horas da manhã (até às 11 horas) ou ao fim da tarde (depois das 17 horas). Mantenha-se à sombra, use chapéu, óculos escuros e cremes de protecção solar. Uma exposição ao sol prolongada leva a queimaduras de pele que só por si aumentam a perda de líquidos.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p>

Tabela 38. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de vagas de frio

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE VAGAS DE FRIO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE VAGAS DE FRIO	<p>Actualmente, os serviços meteorológicos conseguem prever com grande antecedência a vinda de uma vaga de frio. Desta forma, é possível emitir avisos à população em tempo útil, para que esta possa tomar as medidas de autoprotecção mais indicadas.</p> <p>Os avisos deverão abranger o maior número de pessoas que for possível, e ser efectuados com especial ênfase junto da população mais vulnerável e mais exposta à vaga de frio (idosos, acamados, etc.).</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Viaturas da protecção civil com altifalantes (caso a gravidade da situação o exija)</p>
AVISOS DE EVACUAÇÃO	Não se aplica. Somente em casos excepcionais de necessidade de evacuação e realojamento de pessoas em risco (ex.: em casas ou lares de idosos com baixo isolamento térmico e fraca capacidade de aquecimento).	
Informação básica a difundir na IMINÊNCIA OU DURANTE UMA VAGA DE FRIO	<p>§ Equipe a sua casa e local de trabalho com unidades de aquecimento (ar-condicionado, aquecedores a óleo, radiadores, etc.);</p> <p>§ Previna-se com roupa quente e calçado adequado;</p> <p>§ Verifique se as portas e janelas têm pontos por onde o ar frio possa entrar para dentro de casa. Vede esses espaços, fazendo um bom isolamento da habitação;</p> <p>§ Mantenha-se atento aos noticiários do IPMA e às indicações da ANPC transmitidas pelos órgãos de comunicação social;</p> <p>§ Procure manter-se em casa ou em locais quentes.</p> <p>§ Use várias camadas de roupa em vez de uma única peça de tecido grosso. Evite as roupas muito justas ou as que o façam transpirar;</p> <p>§ O ar frio não é bom para a circulação sanguínea. Evite as actividades físicas intensas que obrigam o coração a um maior esforço e podem até conduzir a um ataque cardíaco;</p> <p>§ Se suspeitar que você ou alguém que o rodeia está com hipotermia ligue imediatamente para o 112;</p> <p>§ Tenha cuidado com as lareiras. Em lugares fechados sem renovação de ar, a combustão pode originar a produção de monóxido de carbono, um gás letal;</p> <p>§ Seja também cuidadoso com os aquecedores devido ao risco de acidentes domésticos;</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Jornais regionais</p> <p>§ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE VAGAS DE FRIO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir na IMINÊNCIA OU DURANTE UMA VAGA DE FRIO	<p>§ O consumo excessivo de electricidade pode sobrecarregar a rede originando falhas locais de energia. Procure poupar energia, desligando os aparelhos eléctricos que não sejam necessários. Tenha à mão lanterna e pilhas, para o caso de faltar a luz;</p> <p>§ Evite uma exposição excessiva ao frio. Saia de casa apenas se tal for estritamente necessário;</p> <p>§ O perigo extremo ocorre quando há vento forte. A situação de desconforto térmico aumenta e sente-se mais frio. Não saia de casa nessas alturas;</p> <p>§ Se vai ter necessidade de passar muito tempo no exterior da casa, use várias peças de roupa, em vez de uma única peça de tecido grosso. Use um chapéu ou gorro para proteger a cabeça. Proteja o rosto. Evite a entrada de ar extremamente frio nos pulmões;</p> <p>§ Mantenha as roupas secas. Mude meias molhadas ou outras peças que possam contribuir para a perda de calor;</p> <p>§ Evite caminhar em zonas com gelo ou neve, para evitar o risco de quedas que podem produzir graves lesões;</p> <p>§ Os idosos, crianças e pessoas com dificuldades de locomoção não devem sair de casa.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Jornais regionais</p> <p>§ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.</p>

Tabela 39. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de nevões

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE NEVÕES		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE NEVÕES	<p>Actualmente, os serviços meteorológicos conseguem prever com grande antecedência a vinda de nevões. Desta forma, é possível emitir avisos à população em tempo útil, para que esta possa tomar as medidas de autoprotecção mais indicadas.</p> <p>Os avisos deverão abranger o maior número de pessoas que for possível, e ser efectuados com especial ênfase junto da população mais vulnerável e mais exposta a nevões e consequente descida de temperatura (idosos, acamados, entre outros).</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Viaturas da protecção civil com altifalantes (caso a gravidade da situação o exija)</p>
AVISOS DE EVACUAÇÃO	<p>Em casos excepcionais de necessidade de evacuação e realojamento de pessoas em risco (ex.: em casas ou lares de idosos com baixo isolamento térmico e fraca capacidade de aquecimento).</p>	
Informação básica a difundir NA IMINÊNCIA OU DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM NEVÃO	<p>ANTES DA OCORRÊNCIA DE UM NEVÃO</p> <p>§ Mantenha-se atento aos noticiários da Meteorologia e às indicações da Protecção Civil transmitidas pelos órgãos de comunicação social;</p> <p>§ Previna-se com roupa quente e calçado adequado.</p> <p>SE VIVE NUMA ZONA PROPENSA A FICAR ISOLADA PELA NEVE</p> <p>§ Prepare um estojo de emergência contendo um rádio e lanterna a pilhas, agasalhos, material de primeiros socorros, pilhas de reserva e medicamentos essenciais.</p> <p>§ Tenha sempre em casa uma reserva de água potável e de alimentos ricos em calorias (chocolates e frutos secos, por exemplo), suficientes para dois ou três dias.</p> <p>§ Tenha também uma botija de gás suplente e faça uma pequena reserva de produtos de higiene pessoal.</p> <p>DURANTE UM NEVÃO</p> <p>§ Mantenha-se atento aos noticiários da Meteorologia e às indicações da Protecção Civil transmitidas pelos órgãos de comunicação social.</p> <p>§ Procure manter-se em casa ou em locais quentes.</p> <p>§ Proteja-se do frio! Use várias camadas de roupa em vez de uma única peça de tecido grosso. Evite as roupas muito justas ou as que o façam transpirar.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Jornais regionais</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE NEVÕES		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir NA IMINÊNCIA OU DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM NEVÃO	<p>§ O consumo excessivo de electricidade pode sobrecarregar a rede originando falhas locais de energia. Procure poupar energia, desligando os aparelhos eléctricos que não sejam necessários. Tenha à mão lanterna e pilhas, para o caso de faltar a luz.</p> <p>§ Tenha cuidado com as lareiras. Em lugares fechados sem renovação de ar, a combustão pode originar a produção de monóxido de carbono, um gás letal.</p> <p>§ Seja também cuidadoso com os aquecedores devido ao risco de acidentes domésticos (queimaduras, choques eléctricos, incêndios domésticos, etc.).</p> <p>§ Doseie os alimentos, a água e outros utensílios essenciais para um possível isolamento.</p> <p>§ Evite beber bebidas alcoólicas. A sensação de calor transmitida por estas bebidas apenas temporária e aparente. Na realidade, o organismo vai ressentir-se dessa ingestão. Consuma sumos ou água.</p> <p>§ Conserve a calma e transmita-a aos que o rodeiam. Procure ter uma atitude prática perante os acontecimentos.</p> <p>§ Use o telefone só para chamadas de emergência.</p> <p>SE TIVER DE SAIR DE CASA...</p> <p>§ Evite uma exposição excessiva ao frio.</p> <p>§ O perigo extremo ocorre quando um nevão é acompanhado de vento forte, pois a situação de desconforto térmico aumenta e sente-se mais frio. Não saia de casa nessas alturas.</p> <p>§ Se vai ter necessidade de passar muito tempo no exterior da casa, use várias peças de roupa, em vez de uma única peça de tecido grosso. Use um chapéu ou gorro para proteger a cabeça.</p> <p>§ Evite caminhar em zonas com gelo, para evitar o risco de quedas que podem produzir graves lesões.</p> <p>§ Os idosos, crianças e pessoas com dificuldades de locomoção não devem sair de casa</p> <p>SE VIAJAR DE AUTOMÓVEL</p> <p>§ Informe-se junto das autoridades dos riscos que vai enfrentar no seu trajecto. Procure conhecer locais de refúgio (povoações, hotéis, estalagens).</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Jornais regionais</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE NEVÕES		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir NA IMINÊNCIA OU DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM NEVÃO	<p>§ Evite deslocações desnecessárias. Se, no entanto, tiver necessidade de utilizar a sua viatura, procure levar consigo um rádio, lanterna, roupa quente e um cobertor. Leve também alimentos ricos em calorias e não se esqueça do telemóvel, se o tiver.</p> <p>§ Antes de iniciar viagem, faça uma revisão rápida do nível de gasolina, luzes e travões. Coloque um líquido anticongelante no radiador e correntes para a neve.</p> <p>§ Viaje de dia e mantenha o rádio ligado para ouvir as informações meteorológicas ou de trânsito. Se a estrada não oferecer condições de segurança volte para trás.</p> <p>§ Conduza cuidadosamente, mantendo a velocidade reduzida e sem fazer movimentos bruscos com o automóvel.</p> <p>§ Resista à tentação de poupar tempo guiando mais depressa do que as condições meteorológicas e do piso o permitem.</p> <p>§ Procure avançar em cima de neve mais recente, evitando sempre as zonas com gelo na estrada.</p> <p>§ Se, durante a viagem, ficar imobilizado pelo nevão, contacte por telefone móvel, caso possa, para o 112 e exponha, com objectividade, a sua situação.</p> <p>§ Se estiver longe de uma povoação, deve manter a calma e permanecer dentro da viatura. O automóvel servirá de barreira ao vento e os pneus actuarão como isolante, em caso de trovoada. Tente colocar um pano colorido na antena para chamar a atenção.</p> <p>§ Ligue o motor cerca de dez minutos em cada hora. Abra uma fresta na janela que se encontra do lado oposto ao vento para deixar renovar o ar e evitar o envenenamento por monóxido de carbono.</p> <p>§ Mantenha o tubo de escape limpo de neve. Não deixe que o fumo chegue ao interior da viatura, pois poderá ficar intoxicado.</p> <p>§ Faça pequenos exercícios com os braços, pernas e dedos para manter a circulação sanguínea. Não adormeça.</p> <p>§ Procure estar atento às indicações difundidas pela Protecção Civil na rádio.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Jornais regionais</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE NEVÕES		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir NA IMINÊNCIA OU DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM NEVÃO	<p>SE É PRATICANTE DE ACTIVIDADES DE MONTANHA</p> <p>§ Informe-se das previsões meteorológicas para a zona que pretende visitar.</p> <p>§ Escolha um local adequado à sua preparação física e ao conhecimento que tem do terreno. Junte-se a pessoas com experiência e procure conhecer as regras de segurança para este tipo de actividades.</p> <p>§ Informe-se da localização de refúgios ou abrigos de montanha, onde se possa resguardar de um nevão súbito, descida brusca de temperatura ou trovoadas.</p> <p>§ Preste atenção aos cartazes e outra sinalização sobre os riscos da montanha, como por exemplo o perigo de avalanches.</p> <p>§ Nunca faça um percurso se estiver nevoeiro, mesmo que conheça o terreno.</p> <p>§ Evite fazer percursos sozinho em zonas remotas. Se não tiver alternativa, assegure-se de alguém conhece o plano detalhado da sua caminhada.</p> <p>§ Aprenda a usar mapas, bússolas e aparelhos de GPS. Durante um nevão a visibilidade fica reduzida e é importante saber orientar-se.</p> <p>§ Procure levar sempre um telemóvel.</p> <p>§ Tenha em conta as mudanças bruscas das condições meteorológicas que são comuns nas zonas montanhosas.</p> <p>§ Se ficar isolado por um nevão contacte por telemóvel para o 112 e exponha, com objectividade, a sua situação.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Jornais regionais</p>

Tabela 40. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de incêndios florestais

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS	<p>Os incêndios florestais constituem uma fonte de perigo em termos materiais e ambientais graves e por vezes humanos. Existem muitas causas, no entanto muitos ocorrem por descuido humano.</p> <p>Face à previsão de elevada temperatura, muito vento e humidade reduzida deverá ser emitido o aviso de forma a abranger o maior número de pessoas possíveis.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Sítio da Internet da ANPC http://www.prociv.pt</p> <p>§ Sítio da Internet da Autoridade Florestal nacional http://www.afn.min-agricultura.pt/</p> <p>§ Jornais (nacionais e regionais)</p>
AVISOS DE EVACUAÇÃO	As autoridades só aconselham à evacuação em caso de existência de risco de vida.	
Recomendações preventivas a fazer à população com medidas de autoprotecção que devem ser adoptadas ANTES DA OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO FLORESTAL	<p>§ Se vir lixo ou mato denso acumulado próximo de habitações avise as autoridades;</p> <p>§ Se morar junto a uma área florestal, limpe o mato à volta da sua habitação;</p> <p>§ Se morar junto a uma área florestal, guarde em lugar seguro e isolado, a lenha, o gasóleo e outros produtos inflamáveis;</p> <p>§ Se morar junto a uma área florestal, tenha sempre à mão algo que possa extinguir um foco de incêndio (extintor, mangueira, enxadas, pás);</p> <p>§ Não deite pela janela do automóvel cinzas ou pontas de cigarro;</p> <p>§ Proibido realizar queimadas e queima de sobranes nos espaços rurais durante o período crítico e desde que o índice de risco de incêndio seja superior ao nível elevado;</p> <p>§ Proibido o lançamento, durante o período crítico, de quaisquer tipos de foguetes.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Sítio da Internet da ANPC http://www.prociv.pt</p> <p>§ Jornais (nacionais e regionais)</p> <p>§ Sítio da Internet da Autoridade Florestal nacional http://www.afn.min-agricultura.pt/</p> <p>§ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO FLORESTAL	<p>§ Se avistar o início de um incêndio florestal, ligue de imediato para o 112, 117 (número de emergência em caso de incêndios florestais) ou para os bombeiros da área;</p> <p>§ Se notar a presença de pessoas com comportamentos de risco, informe as autoridades</p> <p>§ Não prejudique a acção dos Bombeiros e siga as suas instruções;</p> <p>§ Retire a sua viatura dos caminhos de acesso ao incêndio;</p> <p>§ Se o incêndio estiver perto da sua casa corte o gás e a electricidade;</p> <p>§ Se o incêndio estiver perto da sua casa molhe abundantemente as paredes e os arbustos que rodeiam a casa;</p> <p>§ Solte os animais, eles tratam de si próprios.</p> <p>§ Em caso de evacuação, ajude a sair as crianças, idosos e deficientes.</p> <p>§ Se ficar cercado por um incêndio, saia em direcção contrária à do vento, cubra a cabeça e o resto do corpo com roupas molhadas e refugie-se numa zona com água ou com pouca vegetação.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Sítio da Internet da ANPC http://www.prociv.pt</p> <p>§ Sítio da Internet da Autoridade Florestal nacional http://www.afn.min-agricultura.pt/</p> <p>§ Jornais (nacionais e regionais)</p>
Informação básica a difundir APÓS A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO FLORESTAL	<p>§ Há o perigo de reacendimentos, impeça as crianças de brincar no local;</p> <p>§ Colabore com as autoridades sempre que lhe solicitarem ajuda nas operações de rescaldo e vigilância;</p> <p>§ Assegure-se de que a sua casa não está em risco de ruir. Tenha cuidado com fios eléctricos expostos e outros perigos.</p> <p>§ Se houver evacuação regresse só quando os Bombeiros lhe disserem que o pode fazer.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Sítio da Internet da ANPC http://www.prociv.pt</p> <p>§ Jornais (nacionais e regionais)</p>

Tabela 41. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de incêndios urbanos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS URBANOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS DE INCÊNDIOS URBANOS	Avisar a população para a ocorrência de grandes incêndios, recomendando que esta se deverá manter afastada da zona sinistrada de forma a facilitar as operações de emergência.	§ Rádio (locais) § Agentes de protecção civil
AVISOS DE EVACUAÇÃO	Nas situações em que a magnitude do evento determine a evacuação total de uma área, deverá ser comunicada à população residente a necessidade de abandonarem as suas habitações.	§ Rádio (locais) § Agentes de protecção civil (informação porta a porta)
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO DOMÉSTICO	<p>INCÊNDIOS EM HABITAÇÕES</p> <p>§ Mantenha fora do alcance das crianças líquidos inflamáveis, velas, fósforos ou isqueiros;</p> <p>§ Se for de viagem feche as torneiras do gás e o contador da electricidade;</p> <p>§ Tenha um extintor em casa. Aprenda a usá-lo e faça a revisão periódica.</p> <p>Rede Eléctrica:</p> <p>§ Não faça reparações improvisadas;</p> <p>§ Substitua os fios eléctricos em mau estado;</p> <p>§ Use fusíveis adequados;</p> <p>§ Evite sobrecarga - não ligue demasiados aparelhos na mesma tomada, principalmente os de elevado consumo (ex.: máquina de lavar roupa ou loiça e aquecedores);</p> <p>§ Nunca apague com água um incêndio de origem eléctrica. Há perigo de curto-circuito;</p> <p>§ Não aproxime água de instalações eléctricas. Existe o perigo de ficar electrocutado.</p> <p>Rede de gás:</p> <p>§ Faça a revisão periódica das tubagens. Para verificar se há fugas aplique água com sabão. Nunca utilize uma chama;</p> <p>§ Se detectar alguma fuga chame de imediato um técnico qualificado;</p> <p>§ Se cheirar a gás: não faça qualquer tipo de chama; não ligue nem desligue; interruptores ou aparelhos eléctricos; abra as janelas; feche as válvulas de segurança do contador e de corte do redutor; contacte de imediato um técnico qualificado.</p>	<p>§ Rádio locais</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Acções de informação em escolas</p> <p>§ Folhetos</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS URBANOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO DOMÉSTICO	<p>Fonte de Calor:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Afaste os aquecedores de móveis; § Não seque a roupa nos aquecedores; § Afaste os produtos inflamáveis de uma fonte de calor; § Guarde os líquidos inflamáveis em recipientes fechados e coloque-os em locais ventilados; § Proteja devidamente a lareira para que não se torne um foco de incêndio; § Não abandone velas acesas ou mal apagadas; § Nunca se esqueça do ferro de engomar ligado 	<ul style="list-style-type: none"> § Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Acções de informação em escolas § Folhetos
	<p>Cozinha:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Nunca saia de casa com o fogão ou o aquecedor ligado; § Não deixe, junto a janelas abertas, aparelhos a gás ligados; § Se a gordura da frigideira se incendiar: desligue de imediato o gás; não retire a frigideira do fogão, isso só irá espalhar o fogo; use uma tampa, um prato ou uma toalha húmida para extinguir o incêndio. Não utilize água; mude periodicamente o filtro do exaustor; não avive as chamas do fogareiro com álcool, gasolina ou qualquer outro líquido inflamável. 	
	<p>Fumadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Não fume quando manipular produtos inflamáveis; § Não fume na cama ou no sofá se tiver sono; § Use cinzeiros grandes e estáveis; § Apague bem os cigarros antes de os deitar no lixo. 	
	<p>INCÊNDIOS EM HOTEL</p> <p>À chegada:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Se tiver algum tipo de dificuldade, nomeadamente motora, auditiva ou visual, informe a recepção; § Consulte o Plano de Evacuação existente no quarto. 	

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS URBANOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO DOMÉSTICO	<p><u>Localize e memorize:</u> o seu quarto; as saídas de emergência mais próximas; o alarme mais próximo; os equipamentos de extinção de incêndio (extintores e mangueiras); Ponto de Encontro - Combine, quando acompanhado, um local do edifício onde todos possam reunir-se em situação de emergência.</p> <p>No quarto:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Deixe a chave onde possa encontrar facilmente; § Confirme se as janelas abrem e se as pode usar em situação de emergência; § Verifique como ligar e desligar o ar condicionado. <p>Em caso de incêndio:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Active o alarme ou avise a recepção; § Utilize o extintor ou mangueiras próprias; § Nunca tente apagar um incêndio que começa a ficar fora de controlo; § Saia de uma divisão onde as chamas estejam a alastrar. Feche a porta para retardar a progressão do incêndio e a dispersão de fumo; § Leve consigo a documentação e outros valores mas só se tiver a certeza de que tem tempo para o fazer; § Nunca utilize o elevador, vá pelas escadas; § Siga junto à parede com calma, ordem e rapidez; § Se for seguro dirija-se para os pisos inferiores. As chamas e o fumo têm tendência a subir; § Cumpra as orientações dos profissionais do estabelecimento; § Nunca volte ao edifício enquanto estiver a decorrer o combate ao incêndio. <p>Caso se depare com fumo ou chamas:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Gatinhe porque o fumo tem tendência a subir; § Ponha um lenço ou toalha na cara, de preferência molhados, para ajudar a respirar; § Não corra se as roupas começarem a arder. Pare e role sobre o corpo até as chamas se apagarem; § Não tente abrir a porta sem antes confirmar, com a palma da mão, se ela está quente. 	<ul style="list-style-type: none"> § Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Acções de informação em escolas § Folhetos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS URBANOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO DOMÉSTICO	<p>Se a porta está fria:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Abra-a lentamente, mas preparado para a fechar de imediato se houver fumo intenso ou chamas; § Quando sair do quarto leve a chave consigo porque pode ter que regressar; § Vá para a saída de emergência mais próxima. Se tiver intransitável dirija-se para outra. Se não conseguir sair em segurança pode ser preferível regressar e permanecer no quarto ou outro espaço fechado (ex. restaurante ou bar). <p>Se a porta está quente:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Não saia. Do outro lado da porta há chamas e fumo. <p>Enquanto aguarda pelo socorro:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Desligue o ar condicionado para evitar a entrada de fumo; § Molhe a porta e calafete-a com toalhas ou lençóis molhados; § Tenha, junto à porta, água de reserva num caixote do lixo ou outro recipiente; § Encha a banheira com água. Pode ser necessária na luta contra o fogo; § Molhe a sua roupa; § Se ficar retido num compartimento interior bata com força na porta ou paredes. Desta forma pode ser ouvido pelas equipas de socorro; § Nunca salte pela janela se a altura for superior a dois pisos; § Para ser visto acene com um lençol, toalha ou roupas. <p>Lembre-se que muitos acidentes ocorrem porque as pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Acham que têm tempo para reunir as bagagens; § Quando há fumo ficam em pé em vez de "andar de gatas"; § Tentam apagar um incêndio fora de controlo; § Não aplicam a regra - PARAR-DEITAR-ROLAR; § Voltam atrás para ir buscar algo; § Pensam que o sinal de alarme é falso; § Não têm um ponto de encontro, o que pode gerar confusão caso não haja a certeza que todos saíram do edifício. 	<ul style="list-style-type: none"> § Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Acções de informação em escolas § Folhetos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS URBANOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO DOMÉSTICO	INCÊNDIO NO LOCAL DE TRABALHO <ul style="list-style-type: none"> § Não coloque as pontas dos cigarros nas papeleiras ou cestos de papéis; § Não fume nas salas de arquivo ou nas arrecadações; § Desligue todo o equipamento eléctrico antes de abandonar o escritório ou a sala de trabalho; § Verifique, periodicamente, o estado de conservação dos cabos eléctricos do equipamento; § Nunca tape nem pendure roupas ou outros objectos nos extintores; § Saiba onde se encontram os extintores e aprenda a usá-los. Verifique se foi feita a inspecção. 	<ul style="list-style-type: none"> § Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Acções de informação em escolas § Folhetos
	<ul style="list-style-type: none"> § Mantenha-se afastado da zona de risco; § A informação sobre o decorrer das operações será dada regularmente pelos serviços de protecção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> § Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Acções de informação em escolas § Folhetos

Tabela 42. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de colapso/ estragos avultados em edifícios

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE COLAPSO/ ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS	<p>Caso se detecte que um edifício ou habitação apresenta, por qualquer motivo, falhas estruturais graves, deverá ser comunicado à população residente a necessidade de se proceder à evacuação do local, seguindo para tal as indicações dos serviços de protecção civil.</p> <p>Caberá ainda ao serviço municipal de protecção civil proceder à sinalização dos locais onde se encontram construções em risco de derrocada e proceder à vedação do local até que seja restabelecida a segurança no local.</p>	<p>§ Agentes de protecção civil</p> <p>§ Sinalização vertical</p>
INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO.	<p>§ Caso verifique que a sua habitação ou a de um vizinho apresenta, por algum motivo, uma grave falha estrutural saia de imediato do local e avise o serviço municipal de protecção civil ou corporação de bombeiros da sua área;</p> <p>§ Em caso de necessidade de evacuação cumpra as indicações dos agentes de protecção civil;</p> <p>§ Ao sair de casa não se esqueça de levar consigo a sua documentação e os medicamentos de que necessita, assim como os animais de estimação;</p> <p>§ Não feche a porta ao sair de casa. Não dificulte a tarefa dos agentes de protecção civil de retirar os seus bens;</p> <p>§ Não perca a calma com o medo de perder os seus haveres, os agentes de protecção civil desenvolverão todos os esforços para que, em colaboração consigo e dentro dos limites de segurança, se processe à remoção dos seus bens pessoais;</p> <p>§ Mantenha a calma e sossegue as crianças e os mais idosos;</p> <p>§ Caso verifique a existência de sinalização de alerta de risco de derrocada não a ignore, afaste-se do local.</p>	<p>§ Rádios locais</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p>

Tabela 43. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de acidentes industriais

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES INDUSTRIAIS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS DE ACIDENTES INDUSTRIAIS	Apesar da imprevisibilidade associada à ocorrência de acidentes industriais, é importante avisar a população dos acontecimentos e recomendar ao afastamento da população da zona sinistrada. Dependendo do tipo de substâncias presentes na unidade industrial, diferem os tipos de acidentes que podem ocorrer, estes podem ser incêndios, explosões, libertação de gases tóxicos e derrames de substâncias perigosas.	§ Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Agentes da protecção civil § Jornais regionais
AVISOS DE EVACUAÇÃO	Nestes casos os avisos de evacuação deverão ser efectuados pelos agentes municipais de protecção civil. (Ver ponto 5 da Parte III relativo a procedimentos de evacuação).	§ Comunicação presencial por agentes de protecção civil § Viaturas da protecção civil com altifalantes
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ACIDENTE INDUSTRIAL	EXPLOÇÃO No caso de explosões, as ondas de radiação térmica e de sobrepressão são causadoras de danos na população e nos edifícios, podendo atingir distâncias relativamente grandes. Se estiver em casa: § Mantenha a calma; § Não se precipite para as escadas ou saídas. Nunca utilize elevadores. § Verifique se há feridos e preste os primeiros socorros se souber; § Não fume, nem acenda fósforos ou isqueiros. Pode haver fugas de gás. Utilize lanternas a pilhas; § Corte a água e o gás, e desligue a electricidade; § Verifique se há incêndios. Tente apagá-los. Se não conseguir alerte os bombeiros; § Limpe urgentemente os produtos inflamáveis que tenham sido derramados (álcool, tintas, etc.); § Coma alguma coisa. Sentir-se-á melhor e mais capaz de ajudar os outros; § Mantenha a calma e cumpra as instruções que a rádio ou televisão difundir. Esteja preparado para a possibilidade de a sua habitação vir a ser evacuada;	§ Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Agentes da protecção civil § Viaturas da protecção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida) § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES INDUSTRIAIS

TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ACIDENTE INDUSTRIAL	<p>§ Esteja atento aos avisos das autoridades de protecção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis;</p> <p>§ Evite passar por onde haja fios eléctricos soltos e tocar em objectos metálicos em contacto com eles;</p> <p>§ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo;</p> <p>§ Não utilize o telefone excepto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.);</p> <p>§ Não propague boatos ou notícias não confirmadas;</p> <p>§ Se a sua casa se encontrar muito danificada ou se as autoridades lhe derem ordem de evacuação terá de a abandonar. Reúna a sua documentação e recipientes com água, alimentos e medicamentos vulgares e especiais (cardíacos, diabéticos, etc.) e feche à chave as portas para o exterior;</p> <p>§ Não reocupe edifícios com grandes estragos, nem se aproxime de estruturas danificadas;</p> <p>§ Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberta-as para as viaturas de socorro.</p> <p>Se estiver no interior de um edifício:</p> <p>§ Mantenha a calma;</p> <p>§ Não se precipite para as escadas ou saídas. Nunca utilize elevadores;</p> <p>§ Verifique se há feridos e preste os primeiros socorros se souber. Se houver feridos graves, não os remova, a menos que corram perigo;</p> <p>§ Não fume, nem acenda fósforos ou isqueiros. Pode haver fugas de gás. Utilize lanternas a pilhas;</p> <p>§ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo;</p> <p>§ Se houver pessoas soterradas, informe as equipas de salvamento. Entretanto, se sem perigo, for capaz de as começar a libertar, tente fazê-lo retirando os escombros um a um. Não se precipite, não agrave a situação dos feridos ou a sua própria;</p> <p>§ Evite passar por onde haja fios eléctricos soltos e tocar em objectos metálicos em contacto com eles;</p> <p>§ Não utilize o telemóvel excepto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.);</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Agentes da protecção civil</p> <p>§ Viaturas da protecção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES INDUSTRIAIS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ACIDENTE INDUSTRIAL	<p>§ Não propague boatos ou notícias não confirmadas;</p> <p>§ Não se aproxime de estruturas ou edifícios danificados;</p> <p>§ Esteja atento aos avisos das autoridades de protecção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis;</p> <p>§ Corresponda aos apelos que forem divulgados e, se possível, colabore com as equipas de socorro;</p> <p>§ Não vá buscar as crianças às escolas ou creches até que tal lhe seja comunicado pela protecção civil (facilitar o trânsito aos veículos de emergência), elas encontram-se ao cuidado de pessoal responsável;</p> <p>§ Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberta-as para as viaturas de socorro.</p> <p>Se estiver na rua:</p> <p>§ Mantenha a calma;</p> <p>§ Verifique se há feridos e preste os primeiros socorros se souber. Se houver feridos graves, não os remova, a menos que corram perigo;</p> <p>§ Não fume, nem acenda fósforos ou isqueiros. Pode haver fugas de gás ou curto-circuitos. Utilize lanternas a pilhas;</p> <p>§ Se encontrar feridos graves, chame as equipas de socorro para promover a sua evacuação;</p> <p>§ Se houver pessoas soterradas, informe as equipas de salvamento. Entretanto, se sem perigo, for capaz de as começar a libertar, tente fazê-lo retirando os escombros um a um. Não se precipite, não agrave a situação dos feridos ou a sua própria;</p> <p>§ Evite passar por onde haja fios eléctricos soltos e tocar em objectos metálicos em contacto com eles;</p> <p>§ Não utilize o telemóvel excepto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.);</p> <p>§ Esteja atento aos avisos das autoridades de protecção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis;</p> <p>§ Não propague boatos ou notícias não confirmadas;</p> <p>§ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo;</p> <p>§ Corresponda aos apelos que forem divulgados e, se possível, colabore com as equipas de socorro;</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Agentes da protecção civil</p> <p>§ Viaturas da protecção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES INDUSTRIAIS

TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ACIDENTE INDUSTRIAL	<p>§ Esteja atento aos avisos das autoridades de protecção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis;</p> <p>§ Não vá buscar as crianças às escolas ou creches até que tal lhe seja comunicado pela protecção civil (facilitar o trânsito aos veículos de emergência), elas encontram-se ao cuidado de pessoal responsável;</p> <p>§ Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberta-as para as viaturas de socorro.</p> <p>LIBERTAÇÃO DE GASES TÓXICOS</p> <p>No caso de ocorrer libertação de gases tóxicos, a população encontra-se muito vulnerável, relativamente aos edifícios não serão praticamente afectados.</p> <p>Se estiver em casa:</p> <p>§ Mantenha a calma;</p> <p>§ Desligue os sistemas de ventilação e ar condicionado;</p> <p>§ Feche as portas e janelas que dão para o exterior e calafete-as com panos húmidos;</p> <p>§ Mantenha-se afastado das portas e janelas;</p> <p>§ Coloque camadas de papel de jornal ou panos húmidos nas frestas das janelas e portas para reduzir a entrada de ar;</p> <p>§ Se sentir algum cheiro estranho, molhe um lenço e aplique-o no rosto, respire através dele, inspirando superficial mas frequentemente;</p> <p>§ Se sentir ardor nos olhos, lave-os abundantemente com água fria;</p> <p>§ Em caso de queimaduras, tome duche de água fria com urgência;</p> <p>§ Ventile a casa somente após recomendação das autoridades;</p> <p>§ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo;</p> <p>§ Após terminada a situação de emergência deverá remover a água contida em cisternas de captação de águas pluviais;</p> <p>§ Beba água engarrafada;</p> <p>§ Traga para dentro de casa os seus animais domésticos;</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Agentes da protecção civil</p> <p>§ Viaturas da protecção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES INDUSTRIAIS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ACIDENTE INDUSTRIAL	<p>§ Não beba água proveniente de furos ou poços e coma só os alimentos que estiverem dentro de casa;</p> <p>§ Evite consumir os legumes e a fruta colhida recentemente até que seja difundida instrução em contrário.</p> <p>Se estiver no interior de um edifício:</p> <p>§ Mantenha a calma;</p> <p>§ Permaneça no local ou desloque-se para um edifício próximo que lhe dê garantias de segurança (espaço bem vedado);</p> <p>§ Mantenha-se afastado das portas e janelas;</p> <p>§ Se sentir algum cheiro estranho, molhe um lenço e aplique-o no rosto, respire através dele, inspirando superficial mas frequentemente;</p> <p>§ Se sentir ardor nos olhos, lave-os abundantemente com água fria;</p> <p>§ Não utilize o telemóvel excepto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.).</p> <p>§ Não vá buscar as crianças às escolas ou creches até que tal lhe seja comunicado pela protecção civil (facilitar o trânsito aos veículos de emergência), elas encontram-se ao cuidado de pessoal responsável;</p> <p>§ Beba apenas água engarrafada</p> <p>§ Não propague boatos ou notícias não confirmadas;</p> <p>§ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo;</p> <p>§ Esteja atento aos avisos das autoridades de protecção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis;</p> <p>§ Corresponda aos apelos que forem divulgados e, se lhe for pedido, colabore com as equipas de socorro;</p> <p>§ Saia do seu local de refúgio apenas depois de as autoridades o indicarem;</p> <p>§ Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberta-as para as viaturas de socorro;</p> <p>Se estiver na rua:</p> <p>§ Procure, de imediato, refúgio em edifícios fechados;</p> <p>§ Mantenha a calma;</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Agentes da protecção civil</p> <p>§ Viaturas da protecção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES INDUSTRIAIS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ACIDENTE INDUSTRIAL	<p>§ Mantenha-se afastado das portas e janelas;</p> <p>§ Se sentir algum cheiro estranho, molhe um lenço e aplique-o no rosto, respire através dele, inspirando superficial mas frequentemente;</p> <p>§ Se sentir ardor nos olhos, lave-os abundantemente com água fria;</p> <p>§ Não utilize o telemóvel excepto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.);</p> <p>§ Não vá buscar as crianças às escolas ou creches até que tal lhe seja comunicado pela protecção civil (facilitar o trânsito aos veículos de emergência), elas encontram-se ao cuidado de pessoal responsável;</p> <p>§ Beba apenas água engarrafada</p> <p>§ Não propague boatos ou notícias não confirmadas;</p> <p>§ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo;</p> <p>§ Esteja atento aos avisos das autoridades de protecção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis;</p> <p>§ Corresponda aos apelos que forem divulgados e, se lhe for pedido, colabore com as equipas de socorro;</p> <p>§ Saia do seu local de refúgio apenas depois de as autoridades o indicarem;</p> <p>§ Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberta-as para as viaturas de socorro;</p> <p>§ Se circular de automóvel, feche imediatamente os vidros e desligue a ventilação.</p> <p>DERRAMES DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS</p> <p>No caso da existência de derrames de substâncias perigosas a principal consequência é ao nível do ambiente, nomeadamente nos recursos hídricos e no solo.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p> <p>§ Agentes da protecção civil</p> <p>§ Viaturas da protecção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida)</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p>
Recomendações a fazer à população APÓS OCORRÊNCIA DE ACIDENTE INDUSTRIAL	<p>§ Mantenha-se afastado da zona de risco;</p> <p>§ A informação sobre o decorrer das operações será dada regularmente pelos serviços de protecção civil.</p>	<p>§ Televisão (públicas e privadas)</p> <p>§ Rádios (nacionais, regionais e locais)</p>

Tabela 44. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante acidentes em infra-estruturas hidráulicas

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES EM INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS DE ACIDENTES EM INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS	Caso se detecte que uma infra-estrutura apresenta, por qualquer motivo, falhas estruturais graves, deverá ser comunicado à população a necessidade de se proceder à evacuação do local e das áreas em risco de cheia, seguindo para tal as indicações dos serviços de protecção civil.	§ Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Agentes de protecção civil
AVISOS DE EVACUAÇÃO	Os avisos de evacuação podem ser de grande importância face a este tipo de ocorrência, uma vez que, dependendo da severidade da situação, os locais e edifícios mais próximas da infra-estrutura em ruptura podem ser destruídos ou bastante danificados, pondo em perigo as pessoas que aí se encontrem. Este aspecto encontra-se abordado em pormenor, no capítulo referente aos procedimentos de evacuação.	
INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO	§ Se a sua casa estiver na zona de risco de cheia, esteja atento às informações e indicações da protecção civil. § Em caso de necessidade de evacuação cumpra as indicações dos agentes de protecção civil; § Não circule na proximidade da infra-estrutura com risco de ruptura § Não estacione viaturas em zonas de risco § Elabore uma pequena lista dos objectos importantes que deve levar consigo numa possível evacuação; § Coloque um anteparo à entrada da casa para dificultar a entrada de água; § Acondicione num saco de plástico os objectos pessoais mais importantes e os seus documentos; § Coloque à mão o seu estojo de emergência. § Transfira os alimentos e os objectos de valor para pontos mais altos da casa; § Liberte os animais domésticos e proceda à evacuação do gado para locais seguros; § Prepare-se para desligar a água, o gás e a electricidade, se for caso disso.	§ Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Viaturas da protecção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida) § Jornais regionais

Tabela 45. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de acidentes viários

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES VIÁRIOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS	<p>Nas situações em que se preveja ou se verifique a ocorrência de condições meteorológicas adversas para a circulação viária, ou se tenha registado um acidente grave, deverá avisar-se a população. Em concreto, será tarefa do serviço municipal de protecção civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Avisar a população para a existência de constrangimentos à circulação, como ocorrência de nevoeiro, previsão de ventos fortes, precipitações intensas ou formação de geada; § Indicar as zonas que se encontram mais afectadas (nevoeiro por exemplo); § Indicar quais as zonas onde se registaram acidentes; § Indicar vias alternativas a determinado acesso devido à ocorrência de acidente grave ou condições meteorológicas adversas. 	<ul style="list-style-type: none"> § Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A SITUAÇÃO DE RISCO	<p>PROTEGER:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Não fume nem permita que alguém faça lume. Pode haver incêndio ou explosão devido a combustível derramado; § Desligue o motor dos veículos acidentados; § Imobilize os veículos sinistrados com o travão de mão. Se possível coloque calços ou pedras nas rodas; § Cubra com terra as manchas de combustível ou óleo derramado; § Se houver incêndio use um extintor ou terra para o apagar. <p>SINALIZAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Coloque o triângulo de emergência; § Faça, ou peça a alguém, para fazer sinal aos outros condutores para que reduzam a velocidade ao aproximarem-se do local do acidente; <p>ALERTAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Ligue 112 ou utilize os postos avisadores SOS. Nunca parta do princípio que alguém já o fez. Estacione em segurança antes de telefonar. 	<ul style="list-style-type: none"> § Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Acções de informação em escolas § Folhetos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES VIÁRIOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A SITUAÇÃO DE RISCO	INDICAR: § O local do acidente, e o sentido em casa de via com separador; § Número e idades aproximadas das vítimas; § Estado aparente das vítimas e se alguma está encarcerada; § Se há situações de perigo (incêndio, derrame de óleo, estrada bloqueada, etc.); § Número de veículos envolvidos; § Tipo de veículos (ex.: ligeiros, pesados, motociclos, de transporte de mercadorias perigosas); § Em caso de acidente com transporte de mercadorias perigosas não se aproxime do local e tente evitar que outros o façam. Se possível identifique o nome da empresa e os números inscritos no painel laranja (se existirem).	§ Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Acções de informação em escolas § Folhetos
	SOCORRER - COMO PROCEDER COM AS VÍTIMAS: § Tente agir com rapidez, mas se não tiver preparação não lhes mexa. Os primeiros socorros mal prestados podem ocasionar lesões ou agravar as já existentes; § Só numa situação de incêndio deve tentar retirar uma pessoa encarcerada, caso contrário não o faça; § Não tire o capacete a um motociclista acidentado; § Não lhes dê de beber ou comer; § Fale com as vítimas e reconforte-as.	

Tabela 46. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de acidentes com transporte de mercadorias perigosas

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES COM TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS	<p>Nas situações em que ocorra um acidente com transporte de mercadorias perigosas deverá avisar-se a população. Em concreto, será tarefa do serviço municipal de protecção civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Indicar quais as zonas onde se registou o acidente; § Indicar vias alternativas a determinado acesso. 	<ul style="list-style-type: none"> § Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/
AVISOS DE EVACUAÇÃO	<p>Os avisos de evacuação podem ser de grande importância face a este tipo de ocorrência, uma vez que, dependendo da severidade da situação, os locais e edifícios mais próximas do local do acidente podem ser afectados, podem ficar destruídos ou bastante danificados, colocando em perigo as pessoas que aí se localizem. Este aspecto encontra-se abordado em pormenor, no capítulo referente aos procedimentos de evacuação.</p>	
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A SITUAÇÃO DE RISCO	<p>MEDIDAS DE AUTO PROTECÇÃO</p> <p>No caso de encontrar um veículo imobilizado sinalizado com um painel rectangular cor de laranja e que apresente danos visíveis, se detectar cheiro anormal ou se visualizar um derrame de líquidos ou uma fuga de gases:</p> <ul style="list-style-type: none"> § ABANDONE o local, mantendo a calma, se possível sugerindo a outro ocupante do veículo que observe o local e anote a informação a comunicar às autoridades; § ALERTE as autoridades para desencadear o socorro, telefonando para o "112" ou usando um posto "SOS", mencionando o local, o veículo e as pessoas e, se forem visíveis à distância, também: <ul style="list-style-type: none"> ü os números do painel laranja, ü o nome da empresa; § COLABORE com o pessoal dos serviços de emergência, seguindo as instruções das autoridades presentes; ~ § Mantenha-se longe das zonas perigosas, abandonando o local e as vias de acesso logo que a sua colaboração deixe de ser necessária, por um lado, evitando manobras e velocidades arriscadas, e, por outro lado, abstendo-se de circular com lentidão desnecessária. 	<ul style="list-style-type: none"> § Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Acções de informação em escolas § Folhetos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES COM TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A SITUAÇÃO DE RISCO	<p>SE ESTIVER NAS IMEDIAÇÕES DO ACIDENTE DEVE:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Fazer apelo aos seus conhecimentos; § Permanecer sereno; § Acalmar os outros, especialmente crianças e idosos; § Manter-se informado através do rádio e seguir e fazer seguir sem reservas as instruções; § Seguir e fazer seguir sem reservas as instruções difundidas pelas autoridades de protecção civil; § Preparar-se para a eventualidade de ter de ser evacuado; § Usar o telefone apenas em casos de extrema urgência; § Se for a circular de automóvel, respeitar integralmente todos os sinais de trânsito e as instruções das autoridades; § Se for decidida a evacuação, levar consigo os elementos de identificação individual e a quantidade mínima de objectos necessários. § E se o acidente for acompanhado da libertação de gases tóxicos deve: § Fechar as portas e janelas e proceder à sua completa calafetagem com panos molhados; § Se sentir algum cheiro estranho, molhar um lenço, aplicá-lo no rosto respirando através dele e inspirar superficial mas frequentemente; § Se sentir ardor nos olhos, lavá-los abundantemente e em caso de queimaduras tomar duce com urgência, em ambos os casos com água fria; § Se circular de automóvel, fechar imediatamente os vidros e desligar a ventilação; § Não ir buscar os seus filhos à escola. § Quando for reposta a normalidade: § Não deve abandonar o seu abrigo até que lhe seja permitido pelas autoridades de protecção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> § Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Acções de informação em escolas § Folhetos

Tabela 47. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de concentrações humanas

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE CONCENTRAÇÕES HUMANAS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS	Caso, por algum motivo, ocorram motins nas ruas, o serviço municipal de protecção civil deverá avisar a população para evitar andar nas ruas e permanecer em casa até comunicação em contrário.	§ Rádios locais § Viaturas da protecção civil com altifalantes § Agentes de protecção civil
Recomendações a fazer à população com medidas que devem ser adoptadas EM SITUAÇÕES DE GRANDES CONCENTRAÇÕES HUMANAS	<p>O QUE FAZER ANTES:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Leve as crianças pela mão. Preste especial atenção aos idosos ou a quem apresenta alguma dificuldade, nomeadamente motora, visual ou auditiva; § Combine um ponto de encontro no exterior do recinto, para se reunir com quem vai acompanhado, caso se perca; § Observe se o local cumpre as regras de segurança necessárias para lá permanecer; § Se verificar que o local apresenta algum tipo de perigo retire-se, não vale a pena correr riscos; § Não assista aos espectáculos em lugares perigosos (ex.: telhados ou sentado em vedações); § Observe e memorize a localização das saídas, inclusive as de emergência; § Não lance para o ar garrafas ou outros objectos contundentes; § Para os estádios de futebol não é permitido levar objectos que possam pôr em risco a segurança dos espectadores (ex.: em vidro, pirotécnicos, incendiários, contundentes, facas ou canivetes e chapéus de chuva). <p>O QUE FAZER DURANTE:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Tranquillize quem se encontra junto de si; § Abandone o local calma e ordeiramente. Não corra; muitos acidentes graves dão-se porque as pessoas se empurram e atropelam; § Não se dirija para a saída mais utilizada pela multidão sem primeiro pensar se há outras mais seguras por onde possa sair; § Não bloqueie as saídas. Não fique parado junto a portas, escadas e corredores; 	§ Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Acções de informação em escolas § Folhetos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE CONCENTRAÇÕES HUMANAS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Recomendações a fazer à população com medidas que devem ser adoptadas EM SITUAÇÕES DE GRANDES CONCENTRAÇÕES HUMANAS	<p>§ Em caso de incêndio nunca use os elevadores. Vá pelas escadas;</p> <p>§ Avise os organismos de socorro, em situação de emergência pessoal ou colectiva;</p> <p>§ Não grite nem fomenta a violência. Se presenciar discussões ou actos de violência procure afastar-se do local. Não participe e informe as autoridades;</p> <p>§ Siga as indicações das autoridades que se encontram no local para salvaguardar a sua segurança. Recorra a elas sempre que julgue necessário.</p> <p>O QUE FAZER DEPOIS:</p> <p>§ Saia do local ordeiramente se não tem um papel útil no local;</p> <p>§ Colabore no que for necessário, mas não interfira no trabalho das equipas de socorro e de segurança;</p> <p>§ Os primeiros socorros mal prestados podem ocasionar lesões ou agravar as já existentes;</p> <p>§ Se não tiver preparação não mexa nas vítimas, a não ser que corram grave perigo se não o fizer (ex.: caso de incêndio, risco de queda ou esmagamento).</p>	<p>§ Rádios locais</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Acções de informação em escolas</p> <p>§ Folhetos</p>

Tabela 48. Tipo de informação a disponibilizar à população durante e após a ocorrência de terrorismo

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE TERRORISMO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS DE EVACUAÇÃO	Nas situações em que a magnitude do evento determine a evacuação total de uma área, deverá ser comunicada à população residente a necessidade de abandonarem as suas habitações. Deverá, também, pedir-se a colaboração da população em evitar deslocar-se para a proximidade da área evacuada (ver ponto 5 da Parte II relativo a procedimentos de evacuação).	§ Comunicação porta a porta § Rádios locais § Televisão (públicas e privadas)
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ATENTADO (utilização de engenho explosivo ou químico)	<p><u>SE ESTIVER EM CASA</u></p> <p>EXPLOÇÃO:</p> <p>§ Mantenha a calma;</p> <p>§ Não se precipite para as escadas ou saídas. Nunca utilize elevadores.</p> <p>§ Verifique se há feridos e preste os primeiros socorros se souber;</p> <p>§ Não fume, nem acenda fósforos ou isqueiros. Pode haver fugas de gás. Utilize lanternas a pilhas;</p> <p>§ Corte a água e o gás, e desligue a electricidade;</p> <p>§ Verifique se há incêndios. Tente apagá-los. Se não conseguir alerte os bombeiros;</p> <p>§ Limpe urgentemente os produtos inflamáveis que tenham sido derramados (álcool, tintas, etc.);</p> <p>§ Mantenha a calma e cumpra as instruções que a rádio ou televisão difundir. Esteja preparado para a possibilidade de a sua habitação vir a ser evacuada;</p> <p>§ Esteja atento aos avisos das autoridades de protecção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis;</p> <p>§ Evite passar por onde haja fios eléctricos soltos e tocar em objectos metálicos em contacto com eles;</p> <p>§ Coma alguma coisa. Sentir-se-á melhor e mais capaz de ajudar os outros;</p> <p>§ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo;</p> <p>§ Não utilize o telefone excepto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.);</p> <p>§ Não propague boatos ou notícias não confirmadas;</p>	<p>§ Rádios locais</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Acções de informação em escolas</p> <p>§ Folhetos</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE TERRORISMO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ATENTADO (utilização de engenho explosivo ou químico)	<p>§ Se a sua casa se encontrar muito danificada ou se as autoridades lhe derem ordem de evacuação terá de a abandonar. Reúna a sua documentação e recipientes com água, alimentos e medicamentos vulgares e especiais (cardíacos, diabéticos, etc.) e feche à chave as portas para o exterior;</p> <p>§ Não reocupe edifícios com grandes estragos, nem se aproxime de estruturas danificadas;</p> <p>§ Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberta-as para as viaturas de socorro.</p> <p>ATAQUE QUÍMICO OU BIOLÓGICO:</p> <p>§ Mantenha a calma;</p> <p>§ Desligue os sistemas de ventilação e ar condicionado;</p> <p>§ Feche as portas e janelas que dão para o exterior e calafete-as com panos húmidos;</p> <p>§ Mantenha-se afastado das portas e janelas;</p> <p>§ Coloque camadas de papel de jornal ou panos húmidos nas frestas das janelas e portas para reduzir a entrada de ar;</p> <p>§ Se sentir algum cheiro estranho, molhe um lenço e aplique-o no rosto, respire através dele, inspirando superficial mas frequentemente;</p> <p>§ Se sentir ardor nos olhos, lave-os abundantemente com água fria;</p> <p>§ Em caso de queimaduras, tome duche de água fria com urgência;</p> <p>§ Ventile a casa somente após recomendação das autoridades;</p> <p>§ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo;</p> <p>§ Após terminada a situação de emergência de ataque químico ou biológico deverá remover a água contida em cisternas de captação de águas pluviais;</p> <p>§ Beba água engarrafada;</p> <p>§ Traga para dentro de casa os seus animais domésticos;</p> <p>§ Não beba água proveniente de furos ou poços e coma só os alimentos que estiverem dentro de casa;</p> <p>§ Evite consumir os legumes e a fruta colhida recentemente até que seja difundida instrução em contrário.</p> <p>§</p>	<p>§ Rádios locais</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Acções de informação em escolas</p> <p>§ Folhetos</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE TERRORISMO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ATENTADO (utilização de engenho explosivo ou químico)	<p><u>SE ESTIVER NO INTERIOR DE UM EDIFÍCIO</u></p> <p>EXPLOÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Mantenha a calma; § Não se precipite para as escadas ou saídas. Nunca utilize elevadores; § Verifique se há feridos e preste os primeiros socorros se souber. Se houver feridos graves, não os remova, a menos que corram perigo; § Não fume, nem acenda fósforos ou isqueiros. Pode haver fugas de gás. Utilize lanternas a pilhas; § Se houver pessoas soterradas, informe as equipas de salvamento. Entretanto, se sem perigo, for capaz de as começar a libertar, tente fazê-lo retirando os escombros um a um. Não se precipite, não agrave a situação dos feridos ou a sua própria; § Evite passar por onde haja fios eléctricos soltos e tocar em objectos metálicos em contacto com eles; § Não utilize o telemóvel excepto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.); § Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo; § Não propague boatos ou notícias não confirmadas; § Não se aproxime de estruturas ou edifícios danificados; § Esteja atento aos avisos das autoridades de protecção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis; § Corresponda aos apelos que forem divulgados e, se possível, colabore com as equipas de socorro; § Não vá buscar as crianças às escolas ou creches até que tal lhe seja comunicado pela protecção civil (facilitar o trânsito aos veículos de emergência), elas encontram-se ao cuidado de pessoal responsável; § Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberta-as para as viaturas de socorro. <p>ATAQUE QUÍMICO OU BIOLÓGICO:</p> <ul style="list-style-type: none"> § Mantenha a calma; § Mantenha-se afastado das portas e janelas; 	<ul style="list-style-type: none"> § Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Acções de informação em escolas § Folhetos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE TERRORISMO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
<p>Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ATENTADO (utilização de engenho explosivo ou químico)</p>	<p>§ Se sentir algum cheiro estranho, molhe um lenço e aplique-o no rosto, respire através dele, inspirando superficial mas frequentemente;</p> <p>§ Se sentir ardor nos olhos, lave-os abundantemente com água fria;</p> <p>§ Não utilize o telemóvel excepto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.).</p> <p>§ Não vá buscar as crianças às escolas ou creches até que tal lhe seja comunicado pela protecção civil (facilitar o trânsito aos veículos de emergência), elas encontram-se ao cuidado de pessoal responsável;</p> <p>§ Beba apenas água engarrafada;</p> <p>§ Não propague boatos ou notícias não confirmadas;</p> <p>§ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo;</p> <p>§ Esteja atento aos avisos das autoridades de protecção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis;</p> <p>§ Corresponda aos apelos que forem divulgados e, se lhe for pedido, colabore com as equipas de socorro;</p> <p>§ Saia do seu local de refúgio apenas depois de as autoridades o indicarem;</p> <p>§ Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberta-as para as viaturas de socorro;</p>	<p>§ Rádios locais</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Acções de informação em escolas</p> <p>§ Folhetos</p>
	<p><u>SE ESTIVER NA RUA</u></p> <p>EXPLOSÃO:</p> <p>§ Mantenha a calma;</p> <p>§ Verifique se há feridos e preste os primeiros socorros se souber. Se houver feridos graves, não os remova, a menos que corram perigo;</p> <p>§ Não fume, nem acenda fósforos ou isqueiros. Pode haver fugas de gás ou curto-circuitos. Utilize lanternas a pilhas;</p> <p>§ Se encontrar feridos graves, chame as equipas de socorro para promover a sua evacuação;</p> <p>§ Se houver pessoas soterradas, informe as equipas de salvamento. Entretanto, se sem perigo, for capaz de as começar a libertar, tente fazê-lo retirando os escombros um a um. Não se precipite, não agrave a situação dos feridos ou a sua própria;</p>	

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE TERRORISMO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ATENTADO (utilização de engenho explosivo ou químico)	<p>§ Evite passar por onde haja fios eléctricos soltos e tocar em objectos metálicos em contacto com eles;</p> <p>§ Não utilize o telemóvel excepto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.);</p> <p>§ Esteja atento aos avisos das autoridades de protecção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis;</p> <p>§ Não propague boatos ou notícias não confirmadas;</p> <p>§ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo;</p> <p>§ Esteja atento aos avisos das autoridades de protecção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis;</p> <p>§ Corresponda aos apelos que forem divulgados e, se possível, colabore com as equipas de socorro;</p> <p>§ Não vá buscar as crianças às escolas ou creches até que tal lhe seja comunicado pela protecção civil (facilitar o trânsito aos veículos de emergência), elas encontram-se ao cuidado de pessoal responsável;</p> <p>§ Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberta-as para as viaturas de socorro.</p>	<p>§ Rádios locais</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Acções de informação em escolas</p> <p>§ Folhetos</p>
	<p>ATAQUE QUÍMICO OU BIOLÓGICO:</p> <p>§ Caso o atentado se tenha processado através de arma biológica ou química, procure, de imediato, refúgio em edifícios fechados;</p> <p>§ Mantenha a calma;</p> <p>§ Mantenha-se afastado das portas e janelas;</p> <p>§ Se sentir algum cheiro estranho, molhe um lenço e aplique-o no rosto, respire através dele, inspirando superficial mas frequentemente;</p> <p>§ Se sentir ardor nos olhos, lave-os abundantemente com água fria;</p> <p>§ Não utilize o telemóvel excepto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.);</p> <p>§ Não vá buscar as crianças às escolas ou creches até que tal lhe seja comunicado pela protecção civil (facilitar o trânsito aos veículos de emergência), elas encontram-se ao cuidado de pessoal responsável;</p>	

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE TERRORISMO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ATENTADO (utilização de engenho explosivo ou químico)	<ul style="list-style-type: none"> § Beba apenas água engarrafada; § Não propague boatos ou notícias não confirmadas; § Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo; § Esteja atento aos avisos das autoridades de protecção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis; § Corresponda aos apelos que forem divulgados e, se lhe for pedido, colabore com as equipas de socorro; § Saia do seu local de refúgio apenas depois de as autoridades o indicarem; § Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberta-as para as viaturas de socorro; § Se circular de automóvel, feche imediatamente os vidros e desligue a ventilação 	<ul style="list-style-type: none"> § Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Acções de informação em escolas § Folhetos
Recomendações a fazer à população APÓS OCORRÊNCIA DE ATAQUE TERRORISTA	<ul style="list-style-type: none"> § Mantenha-se afastado da zona de risco; § Não vá buscar as crianças às escolas ou creches até que tal lhe seja comunicado pela protecção civil (facilitar o trânsito aos veículos de emergência), elas encontram-se ao cuidado de pessoal responsável; § Não utilize telefones ou telemóveis a não ser em caso de emergência; § Mantenha-se no interior da sua habitação. 	<ul style="list-style-type: none"> § Televisão (públicas e privadas) § Rádios (nacionais, regionais e locais) § Viaturas da protecção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida)

Tabela 49. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de epidemias

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE EPIDEMIAS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS	Nas situações muito graves em que se verifique um elevado número de pessoas afectadas por algum tipo de doença infecto-contagiosa, deverá ser transmitido um aviso à população indicando os locais a evitar e os procedimentos a adoptar.	§ Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Agentes de protecção civil
INFORMAÇÃO BÁSICA A DIFUNDIR	<p>EPIDEMIAS:</p> <p>§ Caso tenha estado recentemente com alguém a quem foi diagnosticada uma doença contagiosa contacte de imediato os serviços de saúde e cumpra as indicações que lhe forem dadas;</p> <p>§ Cumpra as normas e orientações definidas pelas autoridades de saúde;</p> <p>§ Caso tenha estado recentemente num país estrangeiro afectado por uma determinada epidemia e apresente sintomas semelhantes às doenças em causa, contacte de imediato os serviços de saúde e cumpra as indicações que lhe forem dadas.</p> <p>ORIENTAÇÕES SOBRE CUIDADOS COM ALIMENTOS:</p> <p>§ Mantenha a temperatura do frigorífico em torno dos 10°C. Isto irá retardar o crescimento das bactérias - o crescimento bacteriano ocorre muito rapidamente entre 16 e 45°C, e mais lentamente entre 5 e 15°C;</p> <p>§ O congelamento de alimentos não mata as bactérias, apenas retarda o seu crescimento. A temperatura ideal a manter no congelador é de -12 a -15°C;</p> <p>§ Não deixe alimentos congelados degelarem por si. As bactérias podem multiplicar-se na superfície externa de alimentos como carne ou peixe, antes mesmo que a parte interna do alimento esteja descongelada. Assim, aconselha-se a que se descongelem os alimentos no forno microondas ou que sob água corrente;</p> <p>§ Mantenha os alimentos como peixes, carnes, ovos e lacticínios no frigorífico até ao momento de confeccioná-los. A permanência de alimentos fora do congelador, nos períodos de verão, apresenta o risco de possibilitar o desenvolvimento da bactéria Salmonela, causadora de infeções gastrointestinais;</p> <p>§ Em caso de dúvida sobre a qualidade do alimento não o coma!;</p>	§ Rádios locais § Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/ § Acções de informação em escolas § Folhetos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE EPIDEMIAS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
INFORMAÇÃO BÁSICA A DIFUNDIR	<p>§ Os alimentos que sobram de uma refeição devem ser congelados imediatamente, para consumo posterior, ou serem depositados no lixo. Caso sejam guardados, deve-se procurar remover os acompanhamentos (como molhos), tapá-los e congelar imediatamente. Antes de servir novamente estes alimentos, eles devem ser aquecidos a pelo menos a 70°C;</p> <p>§ As ostras e crustáceos devem ser bem cozidos - podem conter, por exemplo, vírus causadores da hepatite, ou bactérias causadoras de intoxicação alimentar.</p> <p>CUIDADOS AO SERVIR OS ALIMENTOS:</p> <p>§ Sirva os alimentos (principalmente carnes e peixes) imediatamente após o cozimento - não aguarde mais de 2 horas para servir o alimento. Nas cantinas, os alimentos frios devem ser colocados a temperaturas próximas de zero graus e os pratos quentes devem ser mantidos aquecidos acima de 60 graus centígrados;</p> <p>§ Os utensílios usados devem ser lavados cuidadosamente antes de receberem novas porções, mesmo que seja do mesmo alimento. Todas as frutas e outros vegetais devem ser cuidadosamente lavados – as saladas que não forem lavadas podem ser causadoras de infecções;</p> <p>§ Ao preparar bolos, não experimente ou consuma a massa crua antes do cozimento - ovos crus podem ser causa de contaminação;</p> <p>§ Cuidado com a água que você consome - na dúvida, beba apenas água engarrafada;</p> <p>§ Lave as mãos e utensílios de cozinha antes de preparar os alimentos. As facas utilizadas no corte de peixes ou carnes devem ser lavadas com água quente e detergente, antes de se iniciar o processo de confecção.</p> <p>§ Coloque as esponjas de cozinha no forno de microondas por 30 a 60 segundos, ou use agentes anti-bacterianos na sua limpeza - isto ajuda a manter a cozinha livre das bactérias;</p> <p>§ Alimentos confeccionados em caravanas ou barracas de praia são sempre arriscados, principalmente quando não se pode avaliar as condições de higiene na sua confecção. Além disso, os vendedores ambulantes de praia, com alimentos contidos em recipientes não refrigerados poderão encontrar-se contaminados devido ao tempo de exposição ao calor;</p>	<p>§ Rádios locais</p> <p>§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/</p> <p>§ Acções de informação em escolas</p> <p>§ Folhetos</p>

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE EPIDEMIAS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
INFORMAÇÃO BÁSICA A DIFUNDIR	AS PRINCIPAIS CAUSAS DE INTOXICAÇÃO ALIMENTAR:	§ Rádios locais
	§ <u>Bacteriana</u> : As principais causas são as bactérias <i>Salmonella</i> ou <i>Estafilococcus</i> . Podem ser originadas na confecção dos alimentos ou ter origem na sua degradação;	§ Sítio da Internet da CMO http://www.cm-oleiros.pt/
	§ <u>Viral</u> : Não é frequente. Alguns virus podem levar a intoxicação alimentar. A hepatite pode ser transmitida por copos ou utensílios que não foram lavados adequadamente;	§ Acções de informação em escolas
	§ <u>Toxinas químicas</u> : Algumas toxinas encontradas em determinados alimentos, como cogumelos, podem ser causadores de intoxicações químicas;	§ Folhetos
	§ Caso se sinta indisposto;	
	§ Caso tenha comido numas instalações onde se registaram casos de intoxicação alimentar e se sinta mal disposto e com náuseas, deverá de imediato dirigir-se para o centro de saúde ou unidade hospitalar mais próximo;	
	§ Se se sentir indisposto, caso os sintomas sejam muito intensos ou demorem mais de três dias a passar, deverá deslocar-se para a unidade de saúde mais próxima;	
	§ Em crianças e idosos, ao aparecimento dos primeiros sintomas de intoxicação alimentar deverá de imediato proceder-se ao seu transporte até à unidade de saúde mais próxima.	

5. LISTA DE CONTROLO DE ACTUALIZAÇÕES DO PLANO

A lista de controlo de actualizações do PMEPCO, tem como objectivo identificar, de forma expedita para quem a consulta, as alterações que foram introduzidas no Plano.

Tabela 50. Controlo de actualizações do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Oleiros

ACTUALIZAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLEIROS							
VERSÃO	DATA DA ALTERAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ACTUALIZAÇÃO OU CORRECÇÃO	PÁGINA(S) ALTERADA(S)	PÁGINA(S) INSERIDA(S)/ ELIMINADA(S)	DATA DE APROVAÇÃO	AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO	OBSERVAÇÕES

6. LISTA DE REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO

A realização de exercícios é uma componente essencial da formação dos vários agentes de protecção civil, possibilitando que estes se familiarizem com os procedimentos a adoptar em situações de emergência, o que se traduzirá na optimização da sua rapidez e eficiência face a acidentes graves ou catástrofes. Por outro lado, os exercícios de emergência constituem uma ferramenta de extrema importância para a avaliação da eficiência da organização operacional prevista no PMEPCO, permitindo identificar os elementos que necessitam de revisão e aperfeiçoamento. Os exercícios possibilitam, portanto, a adequação em permanência dos meios materiais e humanos às diferentes situações de emergência, assim como, das acções de coordenação e comando.

A capacidade de enfrentar e recuperar de uma situação de emergência é directamente proporcional ao grau de preparação dos diversos intervenientes. Assim, importa aqui abordar, para os diversos tipos de riscos, sejam de origem natural ou humana, qual o tipo de preparação a adoptar, nomeadamente, identificando os vários exercícios tipo. Nestes exercícios são simuladas situações de emergência a diferentes escalas, tendo como objectivo avaliar no terreno a capacidade de mobilização, interacção e cooperação entre as várias entidades com responsabilidade ao nível da protecção civil que intervirão no teatro de operações.

Importa salientar que os exercícios que a seguir se indicam encontram-se relacionados com a activação do PMEPCO, ou seja, a operacionalização da estrutura organizacional e operacional descrita na Parte II do Plano. Porém, existem outro tipo de exercícios mais específicos que permitem agilizar procedimentos junto de agentes de protecção civil e de que são exemplos os exercícios de simulacro com procedimentos de evacuação de escolas, desarmadilhamento de engenhos explosivos, entre outros, sendo que estes não serão aqui tratados.

A execução criteriosa de exercícios de emergência, ao exigir uma reunião prévia relativa à natureza do risco simulado e das operações que irão ser desencadeadas, apresenta ainda a vantagem de disponibilizar informação útil aos diferentes agentes de protecção civil no que se refere às potenciais consequências associadas aos diferentes tipos de risco e ao tipo de procedimentos a desencadear por cada uma das forças intervenientes, promovendo-se, assim, a sua sensibilização e familiarização com as temáticas de informação associadas aos diferentes tipos de risco.

Assim, o programa de um exercício (também designado por ordem de operações) engloba (pelo menos):

§ Resumo

- Intervenientes
- Objectivos
- Horas e tempo de duração do exercício

§ Localização e área abrangida pelo exercício

§ Calendarização

§ Descrição do cenário

- Elementos do cenário

§ Objectivos a alcançar

§ Missão dos principais intervenientes

- Indicação sucinta das áreas de intervenção assumidas por cada entidade

§ Execução do exercício

- Conceito específico do exercício e tarefas a serem desenvolvidas em concreto por cada entidade

§ Controlo do exercício

- Identificação do controlador
- Funções do controlador (monitorizar e coordenar alterações ao exercício)
- Documentação do exercício
 - ü Lista cronológica de todos os eventos do cenário
 - ü Resumo do processo de controlo e avaliação

§ Avaliação do exercício

- Identificação do avaliador
- Funções do avaliador (observar, registar, reportar e recolher dados)

§ Comunicações

§ Conclusão

Relativamente aos controladores e avaliadores importa referir as suas responsabilidades:

Responsabilidades do controlador

- ü Monitorizar o progresso do exercício e tomar decisões relativamente a desvios e alterações
- ü Coordenar alterações requeridas
- ü Introduzir, manter e coordenar exercícios de acordo com a lista de eventos
- ü Observar e reportar artificialidades introduzidas no exercício que interferem com o realismo do mesmo

Responsabilidades de um avaliador

- ü Avaliar as várias áreas de actuação dos vários intervenientes
- ü Entender o conceito do exercício e o respectivo cenário
- ü Saber os procedimentos de todos os elementos avaliados
- ü Observar, reportar e registar as acções dos participantes
- ü Assegurar que todo o material de avaliação é devidamente recolhido (ex. formulários de avaliação)

No final do exercício deverá realizar-se nova reunião para avaliar os resultados operacionais com o objectivo de identificar as principais acções efectuadas e, em particular, os aspectos a melhorar na próxima ocorrência/ exercício do género. A realização de exercícios tem como finalidade testar a operacionalidade dos planos, manter a prontidão e assegurar a eficiência de todos os agentes de protecção civil e garantir a manutenção da eficácia do plano e das organizações intervenientes. Na elaboração de exercícios de emergência relacionados com a activação do PMEPCO existem objectivos que são transversais, permitindo uma avaliação, análise e melhoria contínuas, nomeadamente:

- § Avaliar a articulação entre a CMPC e o(s) Comandante das Operações de Socorro;
- § Avaliar a operacionalização dos serviços municipais previstos no PMEPCO;
- § Definir uma estrutura de meios humanos e materiais para fazer face à emergência;
- § Estabelecer procedimentos para agilizar a gestão e coordenação de meios;

- § Avaliar, analisar e melhorar, a operacionalidade e eficácia dos recursos humanos e materiais;
- § Articular a actuação com planos de emergência existentes, caso se justifique;
- § Avaliar a eficiência das operações em zonas de risco, testando estratégias de intervenção em pontos críticos e nevralgicos, nomeadamente:
 - o o acesso terrestre bem como a possível necessidade de desobstrução dos mesmos,
 - o o controlo do risco de derrocadas (infra-estruturas danificados),
 - o a rapidez de acções de evacuação da zona sinistrada,
 - o outros considerados relevantes;
- § Testar a rapidez e eficiência na organização do teatro de operações;
- § Testar, avaliar, prever qual o tipo de apoio administrativo, de telecomunicações, apoio à subsistência e apoio a transportes no local, bem como a sua eficiência;
- § Verificar a adequabilidade dos meios e equipamentos aos diferentes tipos de emergência;
- § Avaliar necessidades de formação, e de realização de novo(s) exercício(s).

Outro aspecto muito importante relacionado com a execução de exercícios prende-se com a determinação dos tempos dispendidos pelas forças intervenientes até chegar ao local do sinistro, o que permite adequar e seleccionar trajectos alternativos de acordo com a intensidade prevista de tráfego rodoviário e determinar quais as zonas que se encontram em maior risco devido a maior morosidade da chegada de meios ao local do sinistro. Integrados na normal actividade da protecção civil, os exercícios de protecção civil são levados a cabo tendo em vista alcançar diferentes objectivos de acordo com o tipo de risco considerado, envolvendo, por esse motivo, diferentes meios humanos e materiais. Desta forma, interessa não só treinar a resposta a dar aos principais riscos existentes no concelho, como também conhecer a necessidade de meios para que se consiga obter uma resposta positiva, uma vez que em situações onde se verifique a ocorrência de vários locais afectados em simultâneo será necessário distribuir de forma eficiente os meios existentes no concelho.

Tendo em consideração que os objectivos atrás referidos se aplicam a situações de risco de uma forma genérica, discrimina-se na Tabela 51. os cenários, os meios materiais e as entidades envolvidas para cada tipo de risco, enquanto na Tabela 52 se definem os objectivos para cada tipo de exercício. Os exercícios a realizar no sentido de testar a adequação do PMEPCO deverão ser monitorizados ao longo da sua execução (Tabela 53). Para tal, o SMPC deverá preencher uma tabela de acompanhamento ao longo do exercício (Tabela 54). Além desta tabela, deverá ser registado no PMEPCO os exercicios efectuados, assim como, as principais conclusões (Tabela 55).

Tabela 51. Exercícios, respectivos equipamentos e entidades a envolver

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	ÂMBITO	TEMPO DE ACTUAÇÃO	MEIOS MATERIAIS ENVOLVIDOS	ENTIDADES PASSÍVEIS DE SEREM ENVOLVIDAS
TERRAMOTOS	CPX ou LivEx	Municipal ou inter-municipal	1 a 2 dias	Escavadoras; veículos tanque de combate a incêndios, veículos plataforma, veículos com escada giratória, camiões; material de desencarceramento; ambulâncias; material de escoramento; material de fixação e estabilização; laboratório de campanha móvel (caso se justifique)	§ Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR (incluindo a equipa cinotécnica) § INEM § ISS – Centro Distrital de Castelo Branco § SMPC
CHEIAS E INUNDAÇÕES	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Ambulâncias; sistemas de comunicação; bombas de média e elevada capacidade fixas e móveis; mangueiras e acoplamentos compatíveis com diferentes normas; meios aquáticos de superfície	§ Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR (incluindo a equipa cinotécnica) § INEM § ISS – Centro Distrital de Castelo Branco § SMPC
MOVIMENTOS DE MASSA	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Escavadoras; camiões; material de desencarceramento; ambulâncias; material de escoramento; material de fixação e estabilização; equipamentos de purificação de águas	§ Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR (incluindo a equipa cinotécnica) § INEM § ISS – Centro Distrital de Castelo Branco § SMPC

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	ÂMBITO	TEMPO DE ACTUAÇÃO	MEIOS MATERIAIS ENVOLVIDOS	ENTIDADES PASSÍVEIS DE SEREM ENVOLVIDAS
VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Escavadoras; camiões; material de desencarceramento; ambulâncias; material de escoramento; material de fixação e estabilização	§ Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR § INEM § ISS – Centro Distrital de Castelo Branco § SMPC
SECAS	CPX	Municipal	1 dia	Cisternas de abastecimento de água; Unidade móvel de armazenamento de água	§ Águas do Centro § Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR § INEM § SMPC
ONDAS DE CALOR	CPX	Municipal	1 dia	Unidade móvel de armazenamento de água; veículos para o transporte de grupos de pessoas mais vulneráveis; ambulâncias; instalações climatizadas	§ Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR § INEM § Santa Casa da Misericórdia de Oleiros § Santa Casa da Misericórdia de Álvaro § Centro Social do Orvalho § Centro Paroquial do Estreito § SMPC

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	ÂMBITO	TEMPO DE ACTUAÇÃO	MEIOS MATERIAIS ENVOLVIDOS	ENTIDADES PASSÍVEIS DE SEREM ENVOLVIDAS
VAGAS DE FRIO	CPX	Municipal	1 dia	Veículos para o transporte de grupos de pessoas mais vulneráveis; ambulâncias; instalações climatizadas; agasalhos para distribuição; anti-congelante	§ Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR § INEM § Santa Casa da Misericórdia de Oleiros § Santa Casa da Misericórdia de Álvaro § Centro Social do Orvalho § Centro Paroquial do Estreito § SMPC
NEVÕES	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Veículos para o transporte de grupos de pessoas mais vulneráveis; ambulâncias; limpa-neves; sal; maquinaria adaptada, ou seja, tractor agrícola equipado com uma pá frontal e um adubador para espalhar sal; instalações climatizadas; agasalhos para distribuição; anti-congelante	§ Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR § INEM § Santa Casa da Misericórdia de Oleiros § Santa Casa da Misericórdia de Álvaro § Centro Social do Orvalho § Centro Paroquial do Estreito § SMPC

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	ÂMBITO	TEMPO DE ACTUAÇÃO	MEIOS MATERIAIS ENVOLVIDOS	ENTIDADES PASSÍVEIS DE SEREM ENVOLVIDAS
INCÊNDIOS FLORESTAIS ³	CPX ou LivEx	Municipal ou inter-municipal	1 dia	Meios terrestres (viaturas e material de combate a incêndios, máquinas de rasto)	§ ICNF – Direcção Regional de Florestas do Centro § Associação dos Produtores Florestais de Alvelos e Muradal § Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR § FEB (Proença-a-Nova) § INEM § ISS – Centro Distrital de Castelo Branco § Sapadores Florestais § SMPC
INCÊNDIOS URBANOS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Veículos tanque de combate a incêndios, veículos plataforma, veículos com escada giratória, escavadoras; camiões; material de desencarceramento; ambulâncias; sistemas de comunicação; material de escoramento; material de fixação e estabilização;	§ Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR (incluindo a equipa cinotécnica) § INEM § ISS – Centro Distrital de Castelo Branco § SMPC
COLAPSO/ ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Meios de estabilização de edifícios e maquinaria para remoção de destroços (bulldozers, retroescavadoras e camiões para transporte de entulhos)	§ Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR (incluindo a equipa cinotécnica) § INEM § ISS – Centro Distrital de Castelo Branco § SMPC

³ De referir que relativamente aos incêndios florestais, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios contém de forma detalhada os meios disponíveis das várias entidades envolvidas na prevenção, vigilância, combate e rescaldo e deve ser tido em consideração na realização do exercício.

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	ÂMBITO	TEMPO DE ACTUAÇÃO	MEIOS MATERIAIS ENVOLVIDOS	ENTIDADES PASSÍVEIS DE SEREM ENVOLVIDAS
ACIDENTES INDUSTRIAIS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Instalações de descontaminação para o pessoal; equipamentos pessoais e de protecção em ambiente contaminado; fatos estanques a gases (se necessário); ambulâncias;	§ Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR § INEM § ISS – Centro Distrital de Castelo Branco § SMPC
ACIDENTES EM INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Meios aquáticos de superfície e meios terrestres para resgate de pessoas e animais; meios de contenção	§ Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR § INEM § ISS – Centro Distrital de Castelo Branco § SMPC
ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Material de desencarceramento; ambulâncias; dispersantes; material de recuperação mecânica (remoção de óleo da superfície); meios terrestres de combate a incêndios	§ Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR (incluindo a equipa cinotécnica) § INEM § ISS – Centro Distrital de Castelo Branco § SMPC

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	ÂMBITO	TEMPO DE ACTUAÇÃO	MEIOS MATERIAIS ENVOLVIDOS	ENTIDADES PASSÍVEIS DE SEREM ENVOLVIDAS
TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Material de desencarceramento; ambulâncias; dispersantes; viaturas e fatos especiais de descontaminação; material de recuperação mecânica (remoção de óleo da superfície; meios terrestres de combate a incêndios; guias; camiões para trasfega	§ Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR (incluindo a equipa cinotécnica) § INEM § ISS – Centro Distrital de Castelo Branco § SMPC
CONCENTRAÇÕES HUMANAS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Material de dispersão de multidões (canhões de água, gás lacrimogénico, balas de borracha, outros); meios para mobilização de massas (viaturas, cavalos, cães)	§ Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR § INEM § SMPC
TERRORISMO	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Os meios e entidades a envolver estão dependentes do tipo de acto terrorista, sendo que os exercícios associados já se encontram indicados nesta tabela como contaminação da rede pública de abastecimento de água, colapso de edifícios, acidentes aéreos, entre outros.	
CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Instalações de descontaminação para o pessoal; equipamentos pessoais e de protecção em ambiente contaminado; fatos estanques a gases (se necessário); ambulâncias; equipamento técnico para contenção e neutralização de perigos	§ Águas do Centro § Autoridade de Saúde § BVO § CDOS de Castelo Branco § Centro de Saúde de Oleiros § GNR § INEM § ISS – Centro Distrital de Castelo Branco § SMPC

Tabela 52. Exercícios, respectivos cenários e objectivos

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO	OBJECTIVOS ⁴
TERRAMOTOS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<p>§ Avaliar as acções de busca técnica e/ou busca com cães</p> <p>§ Detectar e isolar materiais perigosos, caso se justifique</p> <p>§ Avaliar a eficácia de salvamentos com quebra de materiais, abertura de brechas, corte, elevação, deslocação e escoramento</p> <p>§ Desobstruir pontos de acesso ao local</p> <p>§ Simular procedimentos de evacuação e testar percursos alternativos com registo de tempos de acção</p> <p>§ Avaliar a rapidez da activação dos meios necessários para operacionalizar centros de acolhimento temporário e a eficiência da organização do acolhimento</p>
CHEIAS E INUNDAÇÕES	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<p>§ Testar a capacidade de bombeamento em zonas inundadas e avaliar a capacidade de bombeamento de águas com lamas</p> <p>§ Avaliar o acesso de meios terrestres e aquáticos de superfície de e para os locais inundados</p> <p>§ Avaliar e testar a capacidade de evacuação de pessoas ao nível dos meios de transporte e acessibilidades</p> <p>§ Avaliar a rapidez da activação dos meios necessários para operacionalizar centros de acolhimento temporário e a eficiência da organização do acolhimento</p>
MOVIMENTOS DE MASSA	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<p>§ Verificar a eficiência dos meios materiais, sua mobilização para os locais definidos e capacidade de remoção e estabilização de terras e redireccionamento de águas</p> <p>§ Testar a capacidade de bombeamento em zonas inundadas e avaliar a capacidade de bombeamento de águas com lamas</p> <p>§ Testar o fornecimento de água potável e efectuar o controlo da qualidade da água no ponto de saída dos equipamentos de purificação</p>

⁴ Aos objectivos listados acrescem os referidos anteriormente e que são aplicáveis a todos os exercícios, independentemente do tipo de risco.

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO	OBJECTIVOS ⁴
VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	§ Avaliar a eficácia de salvamentos com quebra de materiais, abertura de brechas, corte, elevação, deslocação e escoramento
SECAS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	§ Avaliar e testar a eficácia do abastecimento de água com auxílio de unidades fixas (tanques a localizar em locais estratégicos) e/ou móveis no que se refere à sua localização e capacidade de abastecimento
ONDAS DE CALOR	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	§ Testar a eficiência do abastecimento de água, com auxílio de unidades fixas e/ou móveis
			§ Avaliar a necessidade de transporte de grupos de pessoas mais vulneráveis para locais pré-definidos e se é ajustada ao número de viaturas disponíveis
			§ Avaliar o acesso e a disponibilidade de instalações climatizadas
			§ Avaliar a rapidez da activação dos meios necessários para operacionalizar centros de acolhimento temporário e a eficiência da organização do acolhimento
VAGAS DE FRIO	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	§ Avaliar a necessidade de transporte de grupos de pessoas mais vulneráveis e se é ajustada ao número de viaturas disponíveis § Avaliar o acesso e a disponibilidade de instalações climatizadas e agasalhos § Avaliar a rapidez da activação dos meios necessários para operacionalizar centros de acolhimento temporário e a eficiência da organização do acolhimento § Verificar a necessidade de utilização de produtos anti-congelantes nos equipamentos utilizados, nomeadamente combustíveis e outros componentes vitais ao funcionamento de vários tipos de equipamento
NEVÕES	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	§ Avaliar a necessidade de transporte de grupos de pessoas mais vulneráveis e se é ajustada ao número de viaturas disponíveis
			§ Avaliar a eficiência e disponibilidade da maquinaria para desobstruir as principais vias de comunicação

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO	OBJECTIVOS ⁴
NEVÕES			§ Avaliar o acesso e a disponibilidade de instalações climatizadas e agasalhos
			§ Verificar a necessidade de utilização de produtos anti-congelantes nos equipamentos utilizados, nomeadamente combustíveis e outros componentes vitais ao funcionamento de vários tipos de equipamento
			§ Avaliar a eficiência dos procedimentos para recolha de sal
			§ Avaliar a hierarquização dos locais prioritários de intervenção
INCÊNDIOS FLORESTAIS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	§ Testar a capacidade de bombeamento para fornecimento de água destinada a apoiar o combate a incêndios § Testar o equipamento de comunicação entre as equipas no terreno, meios terrestres e posto de comando
INCÊNDIOS URBANOS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	§ Verificar os acessos a edifícios por parte dos bombeiros
			§ Simulação de operações de evacuação e socorro a vítimas com teste de percursos alternativos com registo dos tempos obtidos e avaliação da quantidade de meios a empenhar de forma a pôr cobro às diferentes situações de emergência
			§ Avaliar e testar a rede de pontos de água urbanos
			§ Testar o dimensionamento dos caminhos de saída para evacuação de acordo com o porte do edifício e o tipo de ocupação
			§ Avaliar a localização e o funcionamento dos sistemas de ventilação para os caminhos de evacuação nos edifícios
COLAPSO/ ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	§ Verificar os acessos a edifícios por parte dos bombeiros § Verificar a eficiência dos meios materiais, sua mobilização para os locais definidos e capacidade de remoção e estabilização de terras/edifícios § Verificar o isolamento dos edifícios a colapsar, bem como o corte das vias de acesso aos mesmos § Avaliar as acções de busca técnica e/ou busca com cães

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO	OBJECTIVOS ⁴
ACIDENTES INDUSTRIAIS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	§ Testar a capacidade para detectar e identificar substâncias químicas e riscos radiológicos
			§ Avaliar a possibilidade de fazer análises quantitativas de produtos químicos industriais tóxicos comuns e agentes de guerra química reconhecidos
			§ Avaliar a capacidade de recolha de amostras, manipulação e preparação de amostras químicas e radiológicas
			§ Aplicar modelos científicos adequados à previsão dos perigos e monitorizar
			§ Apoiar a redução imediata dos riscos: contenção do perigo; neutralização do perigo; assistência técnica a outras equipas
			§ Articular as acções de emergência com as descritas nos PEI, caso existam
ACIDENTES EM INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	§ Articular as acções de emergência com as descritas nos PEI, caso existam
			§ Testar a capacidade de bombeamento em zonas inundadas
			§ Testar a capacidade de evacuação das populações residentes na proximidade do sinistro
			§ Avaliar a capacidade para operar em zonas de difícil acesso
ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	§ Avaliar e testar acções de busca técnica e/ou busca com cães
			§ Testar a eficiência de deslocação dos meios terrestres e aquáticos de emergência
			§ Avaliar e testar a capacidade de remoção e estabilização de estruturas
			§ Avaliar e testar a capacidade de trasfega de materiais perigosos para reservatórios/cisternas em caso de comprometimento da integridade estrutural do reservatório inicial
			§ Testar a limpeza e neutralização de substâncias perigosas na zona afectada, e testar a rapidez do seu isolamento

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO	OBJECTIVOS ⁴
TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<p>§ Testar a utilização de equipamentos (remoção mecânica) e de substâncias dispersantes no caso de se tratar de derrames de petróleo e seus derivados</p> <p>§ Testar a eficiência de deslocação dos meios terrestres e aquáticos de emergência</p> <p>§ Avaliar e testar a capacidade de remoção e estabilização de estruturas</p> <p>§ Avaliar e testar a capacidade de trasfega de materiais perigosos para reservatórios/cisternas em caso de comprometimento da integridade estrutural do reservatório inicial</p> <p>§ Testar a limpeza e neutralização de substâncias perigosas na zona afectada, e testar a rapidez do seu isolamento</p> <p>§ Avaliar e testar a eficiência e disponibilidade da maquinaria e dos fatos especiais de descontaminação</p>
CONCENTRAÇÕES HUMANAS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<p>§ Testar a forma de actuação de agentes a pé e a cavalo, bem como dos agentes com cães pertencentes a brigada(s) cinotécnica(s)</p> <p>§ Avaliar e testar as acções de intimidação e contenção com o auxílio de canhões de água, gás lacrimogénico e balas de borracha</p> <p>§ Avaliar e testar pontos de passagem com estrangulamento e/ou obstrução</p>
TERRORISMO			Os objectivos estão dependentes do tipo de acto terrorista, sendo que os mesmos já se encontram indicados nesta tabela como riscos sanitários, colapso de edifícios, acidentes aéreos, entre outros possíveis cenários de ataque terrorista.
CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<p>§ Detectar e retirar amostra(s) biológica(s)</p> <p>§ Determinar e delimitar a área contaminada – zona de sinistro</p> <p>§ Avaliar a capacidade de recolha, manipulação e preparação de amostras</p> <p>§ Avaliação ou confirmação das medidas de protecção já adoptadas</p> <p>§ Previsão da situação, monitorização e avaliação da dinâmica dos riscos</p> <p>§ Emissão de avisos ou outras medidas</p>

Tabela 53. Registo de exercícios do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Oleiros

[illegible]

⁸ Indicar os ensinamentos recolhidos para futuras revisões do Plano

Tabela 54. Acompanhamento das acções previstas no cenário (ficha de controlo)

ACOMPANHAMENTO DAS ACÇÕES PREVISTAS NO CENÁRIO							
CENÁRIO	LOCAL	HORA ⁹	TEMPO DE EXECUÇÃO	ESTADO DOS INTERVENIENTES ¹⁰	INTERVENIENTES	CONTROLADOR RESPONSÁVEL	RESPOSTA ESPERADA

⁹ A hora registada em minutos é antecedida por um sinal de “-” ou “+”, relativamente à hora de início do exercício “00 min”.

¹⁰ O estado dos intervenientes pode ser A – activo, P – passivo; C – contingência (pode ser chamado a intervir no cenário).

Tabela 55. Formulário de avaliação do exercício



AVALIAÇÃO DO EXERCÍCIO

1. CARACTERIZAÇÃO DO EXERCÍCIO

TIPO			
LOCAL	DATA	HORA	
ÁREAS ALVO			

2. AVALIAÇÃO OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA					OBSERVAÇÕES
	Muito boa	Boa	Satisfatória	Pouco eficiente	Nada eficiente	
Notificação e resposta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Comunicações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Segurança e saúde dos intervenientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Triagem e tratamento de doentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Gestão de fatalidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Eficácia da triagem de doentes e seu acompanhamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Ajustamento do tratamento médico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Avaliação do equipamento e reforços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Organização dos vários sectores e divisão de responsabilidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Comunicação entre sectores e outras entidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Integração das actividades com as forças de segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

3. AVALIAÇÃO DE ÁREAS ÁLVO

NOTIFICAÇÃO E RESPOSTA

QUE INFORMAÇÃO PRELIMINAR FOI DADA ÀS PRIMEIRAS UNIDADES DE RESPOSTA?

RECOMENDAÇÕES

QUE PASSOS FORAM DADOS PELA PRIMEIRA EQUIPA PARA SUA PRÓPRIA PROTECÇÃO?

RECOMENDAÇÕES

4. COMENTÁRIOS FINAIS

5. RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO

HORA E DATA	RESPONSÁVEL
	(Assinatura)

7. LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO

Com o objectivo de assegurar a devida distribuição do Plano, na Tabela 56 identificam-se as entidades a quem será disponibilizado o PMEPCO (componentes públicas e reservadas), designadamente, as entidades integrantes da Comissão Municipal de Protecção Civil. A disponibilização pública das componentes do Plano não reservadas será assegurada através de suportes de tecnologia de informação e comunicação, em particular, através da página da internet da Câmara Municipal de Oleiros.

Tabela 56. Distribuição do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Oleiros

DISTRIBUIÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLEIROS		
ENTIDADE	RESPONSÁVEL DA ENTIDADE	DATA
Câmara Municipal de Oleiros	José Santos Marques	
Corpo de Bombeiros Voluntários de Oleiros	António José Lopes Luís	
Guarda Nacional Republicana	Victor Jorge Francisco Correia	
Centro de Saúde de Oleiros Autoridade de Saúde do Município		
Hospital Amato Lusitano		
Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Castelo Branco	Ana Cristina Fernandes Salgueiro Baptista	
Agrupamento 1080 CNE de Oleiros	António Alves Martins	
Centro Social do Orvalho	António Ramos Pedro Natário	
Centro Paroquial do Estreito	Padre António Marques Neto	
Santa Casa da Misericórdia de Álvaro	José Mateus Nunes	
Santa Casa da Misericórdia de Oleiros	José Alves Martins	

DISTRIBUIÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLEIROS		
ENTIDADE	RESPONSÁVEL DA ENTIDADE	DATA
Agrupamento de Escolas Padre António de Andrade	Isabel Maria de Oliveira Gonçalves	
Rádio Condestável	Luís Manuel Corrêa Biscaia	
EDP - Distribuição		
Portugal Telecom	Eng. Henrique Costa Ferreira	
Estradas de Portugal	João Manuel Adonis Amaro	
Junta de Freguesia de Álvaro	Antonio Antunes Correia	
Junta de Freguesia de Amieira	José Libério Alves	
Junta de Freguesia de Cambas	José Mendes Dias	
Junta de Freguesia de Estreito	Eugénio Henriques Alves	
Junta de Freguesia de Isna	Américo Ribeiro Gonçalves	
Junta de Freguesia de Madeirã	Arnaldo Antunes dos Santos	
Junta de Freguesia de Mosteiro	José Lopes Martins	
Junta de Freguesia de Oleiros	Alfredo Jesus Martins	
Junta de Freguesia de Orvalho	Paulo Jorge Brás Urbano	
Junta de Freguesia de Sarnadas S. Simão	Alfredo Martins Lourenço	
Junta de Freguesia de Sobral	Virgílio Silva Alves	
Junta de Freguesia de Vilar Barroco	Manuel Eduardo Pinheiro Costa	
Câmara Municipal de Castelo Branco	Joaquim Morão Lopes Dias	
Câmara Municipal de Fundão	Manuel Joaquim Barata Frexes	

DISTRIBUIÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLEIROS		
ENTIDADE	RESPONSÁVEL DA ENTIDADE	DATA
Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra	José Brito	
Câmara Municipal de Proença-a-Nova	João Paulo Marçal Lopes Catarino	
Câmara Municipal de Sertã	José Farinha Nunes	
Autoridade Nacional de Protecção Civil	Arnaldo Cruz	
APFAM - Associação dos Produtores Florestais de Alvelos e Muradal		
Águas do Centro		
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Oleiros		
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas		
CDOS de Castelo Branco		
Forças Armadas		
INAC		
APA		
INEM		
Instituto Português do Mar e da Atmosfera		
Instituto de Registos e Notariado - MJ		
Instituto Nacional de Medicina Legal (INML)		
LNEC		
Ministério Público - PGR		
Operadoras de telecomunicações móveis		

DISTRIBUIÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLEIROS		
ENTIDADE	RESPONSÁVEL DA ENTIDADE	DATA
Polícia Judiciária		
Restaurantes		
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras		

8. LEGISLAÇÃO

Neste Ponto encontra-se uma listagem dos diplomas legais relevantes para o PMEPCO. A legislação encontra-se organizada sectorialmente e, dentro desta, por ordem cronológica, da mais actual para a mais antiga e com a devida identificação.

8.1 Legislação estruturante

LEGISLAÇÃO ESTRUTURANTE DE PROTECÇÃO CIVIL
Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto – Lei de Segurança Interna.
Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de Julho - Conta de Emergência, que permite adoptar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofe ou calamidade.
Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de protecção civil e competências do comandante operacional municipal.
Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho - Cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS).
Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho - Lei de Bases da Protecção Civil.

8.1.1 Lei de segurança interna

As medidas previstas na Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto, relativa à segurança interna, destinam-se, em especial a proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública. No âmbito desta Lei foi estabelecido que os órgãos do Sistema de Segurança Interna (SSI) são:

- § Conselho Superior de Segurança Interna - órgão interministerial de audição e consulta em matéria de segurança interna, presidido pelo Primeiro-Ministro. O Conselho assiste o Primeiro-Ministro no exercício das suas competências em matéria de segurança interna, nomeadamente, na adopção das providências necessárias em situações de grave ameaça à segurança interna;

- § Secretário-Geral - é equiparado a secretário de Estado, funciona na directa dependência do Primeiro-Ministro ou, por sua delegação, do Ministro da Administração Interna e dispõe de um gabinete de apoio. As suas competências são de coordenação, direcção, controlo e comando operacional;
- § Gabinete Coordenador de Segurança - órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da actividade das forças e dos serviços de segurança, funcionando na directa dependência do Primeiro-Ministro ou, por sua delegação, do Ministro da Administração Interna. Compete-lhe assistir de modo regular e permanente o Secretário-Geral do SSI no exercício das suas competências.

As forças e os serviços de segurança são organismos públicos, estão exclusivamente ao serviço do povo português, são rigorosamente apolíticos e concorrem para garantir a segurança interna. As entidades que exercem funções de segurança interna são:

- § Guarda Nacional Republicana;
- § Polícia de Segurança Pública;
- § Polícia Judiciária;
- § Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- § Serviço de Informações de Segurança;
- § Órgãos da Autoridade Marítima Nacional;
- § Órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica.

8.1.2 Conta de emergência

Com o objectivo de fazer frente a problemas sociais graves gerados pelas situações de catástrofe ou calamidade, uma vez que nem sempre os mecanismos de assistência pública e privada permitem dar-lhes resposta, foi criado um regime que permite adoptar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofes ou calamidades. Assim, através do Decreto-Lei n.º112/2008, de 1 de Julho, foi aberta no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P., uma conta de emergência titulada pela Autoridade Nacional de Protecção Civil. Esta conta só pode ser accionada para fazer frente a situações de catástrofes ou calamidades, por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna.

8.1.3 Enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal

A Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, estabeleceu o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, assim como, a organização dos serviços municipais de protecção civil e determinou as competências do comandante operacional municipal, completando, assim, o quadro legislativo da actuação dos agentes de protecção civil iniciado com a aprovação da Lei de Bases da Protecção Civil, a 3 de Julho de 2006. Além disso, indica que a actividade de protecção civil de âmbito municipal compreende, entre outros, os seguintes domínios, relativamente aos quais o PMEPCO pretende dar resposta:

- § Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos colectivos do concelho;
- § Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações afectadas;
- § Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível municipal;
- § Estudo e divulgação de formas adequadas de protecção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infra-estruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais existentes no concelho;
- § Previsão e planeamento de acções atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afectadas por riscos no território municipal.

A Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, em conformidade com o estabelecido na Lei de Bases da Protecção Civil, indica a composição da CMPC, assim como as suas competências, que vão desde o parecer favorável ao PMEPCO e determinação do accionamento de planos de emergência, até à difusão de comunicados e avisos às populações e a entidades e instituições, incluindo órgãos de comunicação social. Ainda relativamente ao planeamento de emergência, estabelece que a elaboração do PMEPCO é da responsabilidade da Câmara Municipal devendo, após emissão de parecer prévio pela CMPC, o Plano ser remetido para aprovação pela CNPC.

No que respeita às responsabilidades e poderes do Presidente da Câmara Municipal, este diploma legal, indica que o mesmo constitui a autoridade municipal de protecção civil, cabendo-lhe a responsabilidade de declarar a situação de alerta de âmbito municipal.

Relativamente ao Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC), a Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro estabelece as suas competências, sendo que ao nível do planeamento de emergência se destacam as seguintes:

- § Acompanhar a elaboração e actualização do PME e dos planos especiais, quando estes existam;
- § Inventariar e actualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para o SMPC;
- § Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afectar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, quando possível, a sua manifestação e a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;
- § Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência;
- § Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a accionar em situação de emergência;
- § Elaborar planos prévios de intervenção e preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma actuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas acções de protecção civil.

Para além das competências do SMPC no âmbito do planeamento, a Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, define ainda as suas competências nos domínios da prevenção e segurança, como propor medidas de segurança face aos riscos inventariados no concelho, colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros e realizar acções de sensibilização relativas a questões de segurança e autoprotecção junto das populações. No que respeita ao planeamento de emergência, este diploma legal, refere que o PME deverá ser elaborado de acordo com as directivas emanadas da Comissão Nacional de Protecção Civil, e que compreenderá:

- § A tipificação dos riscos;
- § As medidas de prevenção a adoptar;
- § A identificação dos meios e recursos mobilizáveis em situações de acidente grave ou catástrofe;
- § A definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da protecção civil municipal;
- § Os critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados utilizáveis;

- § A estrutura operacional que irá garantir a unidade de direcção e controlo permanente da situação;
- § Uma carta de risco e um plano prévio de intervenção para cada tipo de risco existente no concelho, que deverão ter em conta, quer a sua frequência e magnitude, quer a gravidade e extensão dos seus efeitos previsíveis.

A 18 de Julho de 2008 a CNPC, através da Resolução n.º 25/2008, definiu o conteúdo e índice dos planos de emergência, bem como a periodicidade da sua revisão e da realização de exercícios (pelo menos de 2 em 2 anos em ambos os casos).

8.1.4 Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro

No seguimento da Lei de Bases da Protecção Civil foi promulgado a 25 de Julho de 2006 o Decreto-Lei n.º 134/2006 que cria e regulamenta o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), o qual define as “estruturas, normas e procedimentos de natureza conjuntural que asseguram que todos os agentes de protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional”.

O SIOPS assenta em estruturas de coordenação e de comando de âmbito nacional e distrital (centro de coordenação operacional nacional e centros de coordenação operacional distritais, e comando nacional e comandos distritais de operações de socorro), remetendo para diploma autónomo a definição do regime dos serviços municipais de protecção civil.

O SIOPS define também o sistema de gestão de operações que constitui a forma de organização operacional que se desenvolve de forma modular, de acordo com a importância e o tipo de ocorrência (garantia de uma cadeia de comando única). Constata-se, portanto, que as entidades que actuam ao nível do concelho em acções de protecção civil terão necessariamente de se articular com o respectivo Centro de Coordenação Operacional Distrital (CCOD) e Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS).

Relativamente aos CCO, importa referir que o seu regulamento de funcionamento encontra-se definido pela Declaração n.º 134/2006, de 17 de Outubro, a qual estabelece, entre outros elementos, as situações que justificam a sua reunião, os actos que poderão realizar e as relações operacionais entre os CCOD e CDOS. O funcionamento e articulação das estruturas de coordenação e comando no âmbito do SIOPS encontram-se definidos em pormenor no Ponto 1, da Secção I (Parte IV).

Este diploma legal define ainda o que se entende por alerta especial, compreendendo o mesmo quatro níveis (azul, amarelo, laranja e vermelho), activados de forma progressiva, conforme a gravidade da situação e o grau de prontidão que esta exige. A Declaração n.º 97/2007, de 16 de Maio, da Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC), define em concreto, de acordo com o grau de probabilidade e gravidade da ocorrência em causa, o nível de alerta especial que deverá ser accionado e a respectiva correspondência no que respeita ao grau de mobilização e prontidão dos agentes de protecção civil.

Ainda no que se refere à declaração do estado de alerta especial, o Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, define no seu artigo 25.º que a determinação do mesmo é da competência exclusiva do Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON). Neste sentido, será conveniente evitar que os estados de alerta declarados pelos Presidentes das Câmaras Municipais tenham também eles diferentes níveis, de forma a evitar confusões nesta matéria.

No que se refere a acções de busca e salvamento, este diploma legal, estabelece que o SMPC, bem como os Corpo de Bombeiros e outras entidades integrantes do sistema de protecção e socorro devem informar, de forma célere, o CDOS, e este o CNOS (Comando Nacional de Operações de Socorro), de qualquer iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe ou envolvendo aeronaves.

Por fim, no que se refere à figura do Comandante Operacional Municipal (COM), a Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, estabelece que o mesmo depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara Municipal, a quem compete a sua nomeação, actuando exclusivamente no âmbito territorial do respectivo município.

Ao nível das competências do COM, a Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, estabelece ainda que caberá ao mesmo, para além da promoção de planos prévios de intervenção e de reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no PME, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros.

8.1.5 Lei de bases da protecção civil

A actividade de protecção civil tem sofrido nos últimos anos uma significativa reformulação legislativa, tendo-se iniciado com a aprovação da Lei de Bases da Protecção Civil a 3 de Julho de 2006 (Lei n.º 27/2006). Esta Lei, para além de definir o enquadramento, coordenação, direcção e execução da política de protecção civil, estabelece a colaboração a prestar pelas forças armadas em caso de emergência, e define importantes conceitos de protecção civil como acidente grave ou catástrofe, assim como, o que se entende por situação de alerta, contingência e calamidade (ver Secção I, da Parte IV).

Relativamente à actividade de protecção civil de âmbito municipal, a Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, define não só as responsabilidades do Presidente de Câmara e das Comissões Municipais de Protecção Civil, como também a composição desta última. De forma resumida, os aspectos essenciais da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, a reter relativamente à actividade de protecção civil de âmbito municipal são os seguintes:

- § Compete ao Presidente da Câmara Municipal declarar a situação de alerta de âmbito municipal (artigo 13.º), bem como, no exercício de funções de responsável municipal da política de protecção civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as acções de protecção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso, sendo para tal apoiado pelo serviço municipal de protecção civil e pelos restantes agentes de protecção civil de âmbito municipal (artigo 35.º).
- § Cabe ao Presidente da ANPC ¹¹ declarar a situação de alerta ou contingência, no todo ou em parte do seu âmbito territorial de competência, precedida da audição, sempre que possível, dos Presidentes das Câmaras Municipais dos municípios abrangidos (artigos 13.º e 16.º).
- § A declaração da situação de calamidade é da competência do Governo e reveste a forma de resolução de Conselho de Ministros (Artigo 19.º); é concedido o direito de preferência aos municípios nas transmissões a título oneroso, entre particulares, dos terrenos ou edifícios situados na área delimitada pela declaração de calamidade; os particulares que pretendam alienar imóveis abrangidos pelo direito de preferência dos municípios devem comunicar a transmissão pretendida ao Presidente da Câmara Municipal.
- § A declaração de situação de alerta compreende necessariamente a obrigatoriedade de convocação da CMPC; o estabelecimento dos procedimentos adequados à coordenação técnica e operacional dos serviços e agentes de protecção civil, bem como dos recursos a utilizar; o estabelecimento das orientações relativas aos procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança; e a adopção de medidas preventivas adequadas à ocorrência (artigos 14.º e 15.º).
- § No concelho existe a Comissão Municipal de Protecção Civil cujas competências são as previstas para as comissões distritais adequadas à realidade e dimensão do concelho (artigo 40.º; ver a este respeito o Ponto 2, da Secção I da Parte IV).

¹¹ Ao abrigo do artigo 16.º da Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro.

8.2 Legislação técnico-operacional

LEGISLAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL
Resolução da Comissão Nacional de Protecção Civil n.º 25/2008, de 18 de Julho – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de protecção civil.
Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de Outubro – Regulamento de Segurança de Barragens.
Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho – Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas.
Declaração da Comissão Nacional de Protecção Civil n.º 97/2007, de 16 de Maio – Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS).
Decreto-Lei n.º 174/2002, de 25 de Julho – Estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica, transpondo para a ordem jurídica interna as disposições do título IX, "Intervenção", da Directiva n.º 96/29/EURATOM.
Decreto-Lei n.º 165/2002, de 17 de Julho – Protecção contra Radiações Ionizantes.
Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de Setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo.

8.3 Legislação concorrente

LEGISLAÇÃO CONCORRENTE
Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro - Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República.
Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro - Transferência de competências dos governos civis para outras entidades da Administração Pública, no âmbito da competência legislativa do Governo, regula a liquidação do património dos governos civis e define o regime legal aplicável aos seus funcionários.
Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

8.4 Legislação aplicável à autarquia

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À AUTARQUIA
Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de Setembro - Estabelece as regras referentes à concessão de auxílios financeiros às autarquias locais bem como o regime associado ao Fundo de Emergência Municipal.
Resolução da Comissão Nacional de Protecção Civil n.º 25/2008, de 18 de Julho – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de protecção civil.
Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro – Define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de protecção civil (SMPC) e determina as competências do comandante operacional municipal.
Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro - Aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.
Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de Agosto - Lei da estabilidade orçamental.
Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho - Reforça as garantias do contribuinte e a simplificação processual, reformula a organização judiciária tributária e estabelece um novo regime geral para as infracções tributárias.
Lei n.º 33/1998, de 18 de Julho - Criação dos Conselhos Municipais de Segurança.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/95, de 22 de Agosto – Ratificação do Plano Director Municipal de Oleiros
Decreto-Lei n.º 363/88, de 14 de Outubro - Disciplina a concessão de auxílio financeiro do Estado às autarquias locais.

8.4.1 Concessão de auxílios financeiros por calamidade

A Lei das Finanças Locais prevê a possibilidade de concessão de auxílios financeiros às autarquias em situação de calamidade. O Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de Setembro veio definir o regime de concessão de auxílios financeiros nas situações em que o governo tenha declarado a situação de calamidade, bem como o tratamento associado ao Fundo de Emergência Municipal.

Podem celebrar contratos de concessão de auxílio financeiro, no âmbito de declaração de situação de calamidade, os municípios, as comunidades intermunicipais e as áreas metropolitanas. As candidaturas a contratos de auxílio financeiro são apresentadas junto da comissão de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), sendo as candidaturas apresentadas em formulário próprio a aprovar através de portaria do membro do Governo responsável pela área das autarquias locais.

No que respeita ao Fundo de Emergência Municipal, o Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de Setembro define que o Orçamento de Estado contém anualmente uma autorização de despesa no montante máximo equivalente a 1% do Fundo de Equilíbrio Financeiro dos municípios do continente, do ano em questão, destinada exclusivamente a auxílios financeiros à administração local, em caso de declaração de situação de calamidade. A gestão do fundo é competência da Direcção-Geral das Autarquias Locais.

8.4.2 Lei das finanças locais

A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, relativa às finanças locais, estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias. De salientar, em matéria de protecção civil, que o Governo pode tomar providências orçamentais necessárias à concessão de auxílios financeiros às autarquias locais, nas situações de calamidade pública e em circunstâncias graves que afectem drasticamente a operacionalidade das infra-estruturas e dos serviços municipais de protecção civil.

A concessão de auxílios financeiros às autarquias locais em situações de calamidade pública é regulada em diploma próprio, o qual procede igualmente à criação do Fundo de Emergência Municipal. Além disso, são excepcionados do limite geral dos empréstimos dos municípios, previsto no n.º 2, do artigo 39.º, os empréstimos e as amortizações destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por situações de calamidade pública.

8.5 Legislação aplicável aos agentes de protecção civil

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL – GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR)

Despacho n.º 10393/2010, de 22 de Junho de 2010 - Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana.

Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de Outubro - Aprova o Estatuto do Militar da Guarda, com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 92/2009, de 27 de Novembro.

Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro - Aprova a Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Portaria n.º 798/2006, 11 de Agosto - São definidos os termos em que se processa a coordenação da actividade dos serviços dependentes dos diferentes ministérios no âmbito da legislação florestal e ambiental.

Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de Fevereiro - Lei Orgânica do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS), da Guarda Nacional Republicana - define os termos da coordenação da GNR na estrutura Nacional da Protecção Civil.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL - BOMBEIROS

Despacho n.º 11535/2010, de 15 de Julho - Alteração ao Regulamento de Especificações Técnicas de Veículos e Equipamentos Operacionais dos Corpo de Bombeiros.

Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil n.º 20915/2008, de 11 de Agosto – Regulamento do modelo organizativo dos Corpo de Bombeiros.

Portaria n.º 571/2008, de 3 de Julho – Serviço Operacional dos Bombeiros Voluntários.

Portaria n.º 1358/2007, de 15 de Outubro - Equipas de Intervenção Permanente.

Despacho do Secretário de Estado da Protecção Civil n.º 22396/2007, de 26 de Setembro – Força Especial de Bombeiros.

Lei n.º 32/2007, de 13 de Agosto – Define o regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros, bem como as regras da sua associação em confederação e federações.

Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de Junho – Define o regime Jurídico dos Corpo de Bombeiros.

Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de Junho – Define o regime jurídico dos Bombeiros Portugueses, no Território Nacional.

Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de Abril - Estabelece o estatuto de pessoal dos bombeiros profissionais da administração local.

Lei n.º 12/1997, de 21 de Maio – Regula a actividade de transporte de doentes por Corpo de Bombeiros e Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL – SAÚDE

Lei n.º 81/2009, de 21 de Agosto - Institui um sistema de vigilância em saúde pública, que identifica situações de risco, recolhe, actualiza, analisa e divulga os dados relativos a doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública, bem como prepara planos de contingência face a situações de emergência ou tão graves como de calamidade pública.

Decreto-Lei n.º 102/2009, de 11 de Maio – Altera o Decreto-lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, em particular, no que se refere à identificação, por grupo profissional, dos recursos humanos a afectar a cada agrupamento, e não a cada centro de saúde.

Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de Abril - Estabelece o regime jurídico da designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridades de saúde – Revogação do D.L. 336/93, de 29 de Setembro

Decreto-Lei n.º 81/2009, de 2 de Abril - Reestruturação da organização dos serviços operativos de saúde pública a nível regional e local, articulando com a organização das administrações regionais de saúde e dos agrupamentos de centros de saúde – Revogação do D.L. n.º 286/99, de 27 de Julho, com excepção do seu artigo 24.º

Portaria n.º 274/2009, de 18 de Março – Cria o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Pinhal Interior Sul (onde se insere o concelho de Oleiros), integrados na Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL – SAÚDE

Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro - Estabelece o enquadramento legal necessário à criação dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde, abreviadamente designados por ACES, e estabelece o seu regime de organização e funcionamento.

Decreto-Lei n.º 39/2002, de 26 de Fevereiro - Alteração ao Decreto-Lei n.º 157/99, de 10 de Maio, nomeadamente, a forma de designação da direcção técnica dos centros de saúde.

Decreto-Lei n.º 286/99, de 27 de Julho - Organização dos Serviços de Saúde Pública.

Decreto-Lei n.º 157/99, de 10 de Maio - Regime de criação, organização e funcionamento dos Centros de Saúde.

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Decreto-Lei n.º 449/2001, de 5 de Maio – Cria o Sistema de Socorro e Luta contra incêndios (SSLI).

Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de Setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo.

8.6 Legislação relacionada com a prevenção de riscos de origem natural e humana

Na Figura 1 apresentam-se os principais diplomas legais que regulamentam diferentes matérias de interesse para a prevenção de riscos naturais e humanas no âmbito municipal.

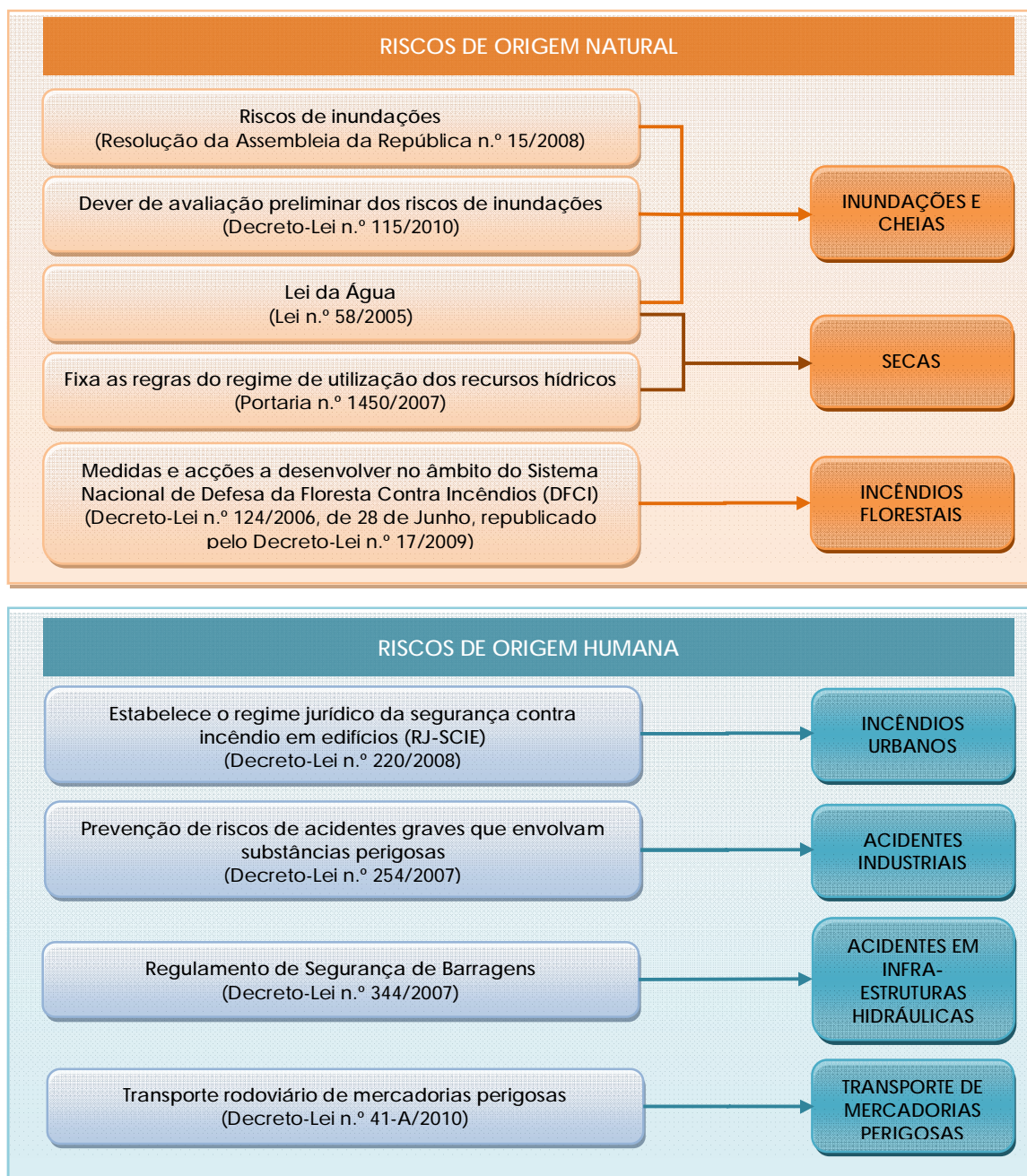


Figura 1. Legislação específica de diferentes áreas relacionadas com a prevenção de riscos

8.6.1 Cheias e inundações

LEGISLAÇÃO RELATIVA AO RISCO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES

Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de Outubro – Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objectivo de reduzir as suas consequências prejudiciais, e transpõe a Directiva n.º 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro.

Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro - Lei da Água: medidas de protecção contra cheias e inundações; medidas de protecção contra secas; medidas de protecção contra acidentes graves de poluição; medidas de protecção contra rotura de infra-estruturas hidráulicas.

Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de Novembro - Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias.

8.6.2 Secas

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS RECURSOS HÍDRICOS

Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio - Regime de Protecção das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público e das Lagoas ou Lagos de Águas Públicas.

Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de Outubro - Estabelece o regime de protecção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração.

Portaria n.º 1450/2007, de 12 de Novembro – Fixa as regras do regime de utilização dos recursos hídricos.

Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio - Estabelece o regime de utilização dos recursos hídricos.

Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro - Lei da Água: medidas de protecção contra cheias e inundações; medidas de protecção contra secas; medidas de protecção contra acidentes graves de poluição; medidas de protecção contra rotura de infra-estruturas hidráulicas.

Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro - Estabelece a titularidade dos recursos hídricos.

Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de Fevereiro - Regula o processo de planeamento de recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos.

Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro – Lei da Água

- § Artigo 40.º - Medidas de protecção contra cheias e inundações - Este artigo indica que as zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias (áreas contíguas à margem dos cursos de água ou do mar que se estendam até à linha alcançada pela maior cheia com probabilidade de ocorrência num período de retorno de um século) deverão ser objecto de medidas especiais de prevenção e protecção, delimitando-se as áreas em que é proibida ou condicionada a edificação. Neste artigo indica-se ainda que é competência da autoridade nacional da água (actualmente a APA), em articulação com a ANPC e a Administração da Região Hidrográfica (actualmente integrada na Agência Portuguesa do Ambiente) competente, a criação de sistemas de alerta para salvaguarda de pessoas e bens.
- § Artigo 41.º - Medidas de protecção contra secas - É indicada a necessidade de os programas de intervenção em situação de seca compreenderem a definição das metas a atingir e as das medidas a aplicar, indicando-se ainda que deverá ser prioritariamente assegurada a disponibilização de água para o abastecimento público e só depois o abastecimento para as actividades vitais dos sectores agro-pecuário e industrial.
- § Artigo 42.º - Medidas de protecção contra acidentes graves de poluição - Neste artigo é indicado que os programas de prevenção e de combate a acidentes graves de poluição, nomeadamente os constantes nos planos de recursos hídricos devem identificar e avaliar os riscos de poluição de todas as fontes potenciais (unidades industriais, estações de tratamento de águas residuais, minas abandonadas, depósitos de resíduos e circulação de veículos de transporte de substâncias de risco), bem como todas as utilizações que poderão ser afectadas. Os supracitados programas deverão ainda definir as medidas destinadas às diversas situações previsíveis nos sectores de actividade de maior risco. O mesmo artigo refere ainda que deverá ser estabelecido um sistema de aviso e alerta, cabendo em primeiro lugar à entidade responsável pelo acidente a obrigação de alertar as autoridades competentes.
- § Artigo 43.º - Medidas de protecção contra rotura de infra-estruturas hidráulicas - A regulamentação sobre a segurança de barragens foi posteriormente redefinida pelo Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de Outubro, cuja análise se faz de seguida.
- § Artigo 44.º - Estado de emergência ambiental - Em caso de catástrofes naturais ou acidentes provocados pelo homem que danifiquem ou causem um perigo muito significativo de dano grave e irreversível da saúde humana, segurança das pessoas e qualidade das águas, pode o Primeiro-Ministro declarar, em todo ou em parte do território nacional o estado de emergência ambiental. Nesta situação as administrações das regiões geográficas poderão, entre outras acções, modificar o conteúdo dos actos que autorizam utilizações dos recursos hídricos e definir prioridades de utilização dos mesmos. O estado de emergência ambiental terá a duração máxima de três meses.

8.6.3 Incêndios urbanos

LEGISLAÇÃO RELATIVA À SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM EDIFÍCIOS

Portaria n.º 773/2009, de 21 de Julho – Procedimento de Registo, na Autoridade Nacional de Protecção Civil, das Entidades que exerçam a actividade de Comercialização, Instalação e ou Manutenção de Produtos e Equipamentos de Segurança Contra Incêndio em Edifícios.

Portaria n.º 610/2009, de 8 de Junho – Regulamenta o funcionamento do sistema informático previsto no n.º 2 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro.

Portaria n.º 64/2009, de 22 de Janeiro - Estabelece o regime de credenciação de entidades pela ANPC para a emissão de pareceres, realização de vistorias e de inspecções das condições de segurança contra incêndios em edifícios (SCIE).

Despacho n.º 2074/2009, de 15 de Janeiro, do Presidente da ANPC, conforme previsto no n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-lei n.º 220/2008 de 12 de Novembro - Critérios técnicos para determinação da densidade de carga de incêndio modificada.

Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro - Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (RT-SCIE).

Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro - Estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RJ-SCIE).

8.6.4 Acidentes industriais

LEGISLAÇÃO RELATIVA A ACIDENTES INDUSTRIAIS

Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho - Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para o homem e o ambiente

LEGISLAÇÃO RELATIVA À ACTIVIDADE INDUSTRIAL

Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro - Estabelece o regime de exercício da actividade industrial (REAI) e revoga o Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de Abril, e respectivos diplomas regulamentares.

Decreto-Lei n.º 127/2008, de 21 de Julho - Relativo à criação do Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes.

Portaria n.º 966/2007, de 22 de Agosto - Aprova os requisitos e condições de exercício da actividade de verificador do sistema de gestão de segurança de estabelecimentos de nível superior de perigosidade.

Portaria n.º 1188/2003, de 10 de Outubro - Regula os pedidos de licenciamento de combustíveis.

Portaria n.º 473/2003, de 11 de Junho - Define os termos de apresentação dos pedidos de instalação ou de alteração dos estabelecimentos industriais. Revoga a Portaria n.º 314/94, de 24 de Maio.

Portaria n.º 464/2003, de 6 de Junho - Estabelece um novo regime legal para o exercício da actividade industrial. Revoga a Portaria n.º 744-B/93, de 18 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 70/2003, de 10 de Abril - Estabelece o regime do licenciamento das áreas de localização empresarial.

Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de Abril - Estabelece as normas disciplinadoras do exercício da actividade industrial.

Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro - Estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis.

Decreto-Lei n.º 282/93, de 17 de Agosto - Estabelece normas disciplinadoras do exercício da actividade industrial (altera o Decreto-Lei n.º 109/91, de 15 de Março).

Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho¹² - prevenção de riscos de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas

- § Artigo 3.º - Âmbito de aplicação - O Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho, aplica-se aos estabelecimentos onde estejam presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às quantidades indicadas no anexo I do supracitado decreto.
- § Artigo 17.º - Planos de emergência - O operador de estabelecimento de nível superior de perigosidade (definido no anexo I do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho) e a Câmara Municipal elaboram, respectivamente, planos de emergência internos e externos de controlo de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para o homem e para o ambiente. Os planos de emergência são revistos e, se necessário, actualizados, com uma periodicidade máxima de três anos.
- § Artigo 19.º - Planos de emergência externos - O operador do estabelecimento de nível superior de perigosidade fornece à câmara municipal as informações necessárias à elaboração do plano de emergência externo (PEE) nas seguintes situações: (1) previamente à entrada em funcionamento de estabelecimento novo; (2) no prazo de 3 meses a contar da data em que o estabelecimento se enquadra no nível superior de perigosidade. A Câmara Municipal analisa a informação prestada, podendo solicitar informação complementar ao operador no prazo de 45 dias. O PEE é elaborado pelo SMPC no prazo de 120 dias a contar da data de envio das informações à Câmara Municipal. A elaboração ou a actualização do PEE é sujeita a consulta pública por prazo não inferior a 30 dias. O SMPC realiza exercício de simulação do PEE com uma periodicidade máxima de três anos, os quais deverão ser comunicados à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e à ANPC com uma antecedência mínima de 10 dias. O SMPC, sempre que for activado o PEE, deverá indicá-lo à APA, à ANPC e à Inspecção-Geral do Ambiente e Ordenamento do Território.
- § Artigo 20.º - Informação sobre as medidas de autoprotecção - O SMPC é responsável pela elaboração e divulgação junto das população susceptível de ser afectada por acidente grave envolvendo substâncias perigosas da informação sobre as medidas de autoprotecção e comportamento a adoptar em caso de acidente. A informação a divulgar é preparada pelo SMPC com a colaboração do operador e inclui, pelo menos, os elementos constantes do anexo VI do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho, devendo ser renovada com o intervalo máximo de cinco anos.

¹² Este Decreto-Lei transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/82/CE, do Conselho, de 9 de Dezembro, relativa à prevenção de riscos de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas (Directiva SEVESO II). Esta foi posteriormente alterada ainda pela Directiva n.º 96/82/CE, de 16 de Dezembro.

8.6.5 Acidentes em infra-estruturas hidráulicas

LEGISLAÇÃO RELATIVA À SEGURANÇA DE INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS

Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de Outubro - Aprova o regulamento de segurança de barragens, e revoga o Decreto-Lei n.º 11/90, de 6 de Janeiro.

Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro - Lei da Água: medidas de protecção contra cheias e inundações; medidas de protecção contra secas; medidas de protecção contra acidentes graves de poluição; medidas de protecção contra rotura de infra-estruturas hidráulicas.

8.6.6 Transporte de mercadorias perigosas

LEGISLAÇÃO RELATIVA A SUBSTÂNCIAS E MERCADORIAS PERIGOSAS

Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de Abril - Aprova o regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/90/CE, da Comissão, de 3 de Novembro, e a Directiva n.º 2008/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Setembro.







Aplica-se às operações de transporte de mercadorias perigosas, incluindo as operações de carga e de descarga, as transferências de um modo de transporte para outro e as paragens exigidas pelas condições do transporte, realizadas nas vias do domínio público, bem como em quaisquer outras vias abertas ao trânsito público, excluindo -se as operações realizadas unicamente dentro do perímetro de uma ou várias empresas sem utilização de vias abertas ao trânsito público.





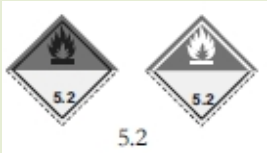
- § As disposições constantes do anexo I (ADR - Acordo Europeu Relativo ao Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Estrada) aplicam-se ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas.
- § As disposições constantes do anexo II (RID - Regulamento Relativo ao Transporte Internacional Ferroviário de Mercadorias Perigosas) aplicam-se ao transporte ferroviário de mercadorias perigosas.



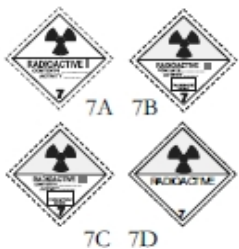



Decreto-Lei n.º 138/96, de 14 de Agosto - Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 92/3/EURATOM, do Conselho, de 3 de Fevereiro de 1992, e estabelece as regras a que devem obedecer a transferência e o reenvio de resíduos radioactivos entre Portugal e os restantes Estados membros da Comunidade e entre Portugal e Estados terceiros, bem como o trânsito por Portugal dos resíduos dessa natureza, desde que os mesmos excedam, em quantidade e concentração, os valores fixados no anexo II do Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril.

Na Tabela 57 apresentam-se as características de perigo das mercadorias perigosas, por classe, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de Abril.

Tabela 57. Características de perigo das mercadorias perigosas, por classe

ETIQUETAS E PAINÉIS DE PERIGO	CARACTERÍSTICAS DE PERIGOS
<p>Matérias e objectos explosivos</p> 	<p>Apresentam uma larga gama de propriedades e de efeitos tais como explosão em massa, projecção de fragmentos, incêndio/fluxo de calor intenso, formação de luz demasiado intensa, ruído intenso ou fumo.</p> <p>Sensíveis aos choques e/ou impactos e/ou ao calor.</p>
<p>Matérias e objectos explosivos</p> 	<p>Ligeiro risco de explosão e de incêndio</p>
<p>Gases inflamáveis</p> 	<p>Risco de incêndio.</p> <p>Risco de explosão.</p> <p>Podem estar sob pressão.</p> <p>Risco de asfixia.</p> <p>Podem provocar queimaduras e/ou úlceras do frio.</p> <p>Os recipientes de confinamento podem explodir sob o efeito do calor.</p>
<p>Gases não inflamáveis, não tóxicos</p> 	<p>Risco de asfixia.</p> <p>Podem estar sob pressão.</p> <p>Podem provocar úlceras do frio.</p> <p>Os recipientes de confinamento podem explodir sob o efeito do calor.</p>
<p>Gases tóxicos</p> 	<p>Risco de intoxicação.</p> <p>Podem estar sob pressão.</p> <p>Podem provocar queimaduras e/ou úlceras do frio.</p> <p>Os recipientes de confinamento podem explodir sob o efeito do calor.</p>
<p>Líquidos inflamáveis</p> 	<p>Risco de incêndio.</p> <p>Risco de explosão.</p> <p>Os recipientes de confinamento podem explodir sob o efeito do calor.</p>

ETIQUETAS E PAINÉIS DE PERIGO	CARACTERÍSTICAS DE PERIGOS
<p>Matérias sólidas inflamáveis, matérias auto-reactivas e explosivas dessensibilizadas</p> 	<p>Risco de incêndio.</p> <p>As matérias inflamáveis ou combustíveis podem pegar fogo em caso de calor, faíscas ou chamas.</p> <p>Podem conter matérias autoreactivas susceptíveis de decomposição exotérmica sob o efeito do calor, quando do contacto com outras substâncias (ácidos, compostos de metais pesados, ou aminas), fricção ou choque. Isso pode ocasionar emanações de gases ou de vapores nocivos e inflamáveis.</p> <p>Os recipientes de confinamento podem explodir sob o efeito do calor.</p>
<p>Matérias sujeitas a combustão espontânea</p> 	<p>Risco de inflamação espontânea se as embalagens forem danificadas ou se o seu conteúdo for derramado.</p> <p>Podem apresentar uma forte reacção com a água.</p>
<p>Matérias que em contacto com a água libertam gases inflamáveis</p> 	<p>Risco de incêndio e de explosão em caso de contacto com a água.</p>
<p>Matérias comburentes</p> 	<p>Risco de inflamação e de explosão.</p> <p>Risco de forte reacção em caso de contacto com matérias inflamáveis</p>
<p>Peróxidos orgânicos</p> 	<p>Risco de decomposição exotérmica em caso de fortes temperaturas, de contacto com outras matérias (ácidos, compostos de metais pesados ou aminas), de fricção ou de choques. Isso pode desencadear emanações de gases ou de vapores nocivos e inflamáveis.</p>

ETIQUETAS E PAINÉIS DE PERIGO	CARACTERÍSTICAS DE PERIGOS
<p>Matérias tóxicas</p>  <p>6.1</p>	<p>Risco de intoxicação.</p> <p>Risco para o meio aquático e para as redes de esgotos.</p>
<p>Matérias infecciosas</p>  <p>6.2</p>	<p>Risco de infecção.</p> <p>Risco para o meio aquático e para as redes de esgotos.</p>
<p>Matérias radioactivas</p>  <p>7A 7B 7C 7D</p>	<p>Risco de absorção e de radiação externa.</p>
<p>Matérias cindíveis</p>  <p>7E</p>	<p>Risco de reacção nuclear em cadeia.</p>
<p>Matérias corrosivas</p>  <p>8</p>	<p>Risco de queimaduras.</p> <p>Podem reagir fortemente entre elas, com a água ou com outras substâncias.</p> <p>Risco para o meio aquático e para as redes de esgotos.</p>
<p>Matérias e objectos perigosos diversos</p>  <p>9</p>	<p>Risco de queimaduras.</p> <p>Risco de incêndio.</p> <p>Risco de explosão.</p> <p>Risco para o meio aquático e para as redes de esgotos.</p>

8.6.7 Defesa da floresta contra incêndios

LEGISLAÇÃO RELATIVA À DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Despacho n.º 14031/2009, de 22 de Junho (DR n.º 118, Série II) - Aprova o Regulamento do Fogo Técnico, que define as normas técnicas e funcionais para a sua aplicação; os requisitos para a formação profissional, e os pressupostos da credenciação das pessoas habilitadas a planear e a executar fogo controlado e fogo de supressão.

Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de Maio - Estabelece o regime jurídico aplicável à criação e funcionamento das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua actividade.

Portaria n.º 35/2009, de 16 de Janeiro - Aprova o regulamento de organização e funcionamento do dispositivo de prevenção estrutural.

Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro - Estabelece as medidas e acções estruturais e operacionais relativas à prevenção e protecção das florestas contra incêndios, a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (republicação e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho e revoga a Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio).

Portaria n.º 133/2007, de 26 de Janeiro - Define as normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro e construção dos pontos de água, integrantes das redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI).

Portaria n.º 1140/2006, de 25 de Outubro - Define as especificações técnicas em matéria de defesa da floresta contra incêndios a observar na instalação e funcionamento de equipamentos florestais de recreio inseridos no espaço rural.

Portaria n.º 1139/2006, de 25 de Outubro - Estabelece as condições a que devem obedecer os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio - Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI).

Resolução da Assembleia da República n.º 56/2005, de 7 de Outubro - Criação de uma comissão eventual de acompanhamento e avaliação das medidas para a prevenção, vigilância e combate aos fogos florestais e de reestruturação do ordenamento florestal.

Portaria n.º 1061/2004, de 21 de Agosto - Estabelece o Regulamento do Fogo Controlado, bem como define os requisitos dos técnicos habilitados a planear e a exercer a técnica de uso do fogo.

Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto - Lei de Bases da Política Florestal Nacional.

Portaria n.º 341/90, de 7 de Maio - Aprova as normas regulamentares anexas sobre prevenção, detenção e combate dos fogos florestais. Cria a Rede Nacional de Postos de Vigia e as brigadas móveis de fiscalização, prevenção e vigilância.

8.7 Legislação complementar

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR DE PROTECÇÃO CIVIL

Portaria n.º 1358/2007, de 15 de Outubro – Equipas de Intervenção Permanente.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/2007, de 12 de Outubro – Aprova as opções fundamentais da reorganização do modelo de funcionamento do número único de emergência 112.

Despacho do Secretário de Estado da Protecção Civil n.º 22396/2007, de 26 de Setembro – Força Especial de Bombeiros.

Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março - Aprovação da Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2003, de 8 de Abril – Redefine as condições de instalação do SIRESP – Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal - e determina a adopção de várias medidas concretas necessárias à respectiva implementação.

Decreto-Lei n.º 38-B/2001, de 8 de Fevereiro - São criadas linhas de crédito especiais com o objectivo de minimizar os danos que, por efeito de condições meteorológicas excepcionais, sejam sofridos na actividade comercial, industrial e de serviços.

LEGISLAÇÃO RELATIVA AO TRANSPORTE DE DOENTES

Portaria n.º 402/2007, de 10 de Abril – Altera o regulamento de transporte de doentes.

Portaria n.º 1147/2001, de 28 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1301-A/2002, de 28 de Setembro, e pela Portaria n.º 402/2007, de 10 de Abril – Aprova o regulamento de transporte de doentes.

Lei n.º 12/97, de 21 de Maio – Regula a actividade de transporte de doentes por Corpo de Bombeiros e Cruz Vermelha Portuguesa.

Decreto-Lei n.º 38/92, de 28 de Março – Estabelece as normas básicas de enquadramento da actividade de transporte de doentes efectuado por via terrestre, como actividade complementar da prestação de cuidados de saúde.

LEGISLAÇÃO RELATIVA À REMOÇÃO DE CADÁVERES

Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 138/2000, de 13 de Julho – Estabelece o Regime Jurídico de remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres, bem como alguns desses actos relativos a ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas, e ainda da mudança de localização de um cemitério.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de Agosto - Estabelece o regime jurídico relativo à prevenção e controlo integrados da poluição, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/1/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Janeiro.

Decreto-Lei n.º 150/2008, de 30 de Julho - Aprova o regulamento do Fundo de Intervenção Ambiental.

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho - Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e revoga os Decretos-lei n.º 264/79, de 1 de Agosto, e 19/93, de 23 de Janeiro.

Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho - Sujeita a uma avaliação de impacte ambiental os planos e projectos que, pela sua localização, dimensão ou características, sejam susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente.

Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de Março - Disciplina o regime geral de revelação e aproveitamento dos recursos geológicos.

Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março - Aprova o regulamento de depósitos minerais.

Lei n.º 11/1987, de 7 de Abril - Lei Bases do Ambiente.

OUTRA LEGISLAÇÃO RELEVANTE

Lei n.º 48/1998, de 11 de Agosto - Lei Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo.

Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro - Aprova o Estatuto das Colectividades de Utilidade Pública, alterado pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, introduzindo mecanismos de simplificação administrativa na concessão da declaração de utilidade pública.

9. BIBLIOGRAFIA

Águas do Centro . (2009). Sistema de Abastecimento de Água. Consulta em Fevereiro de 2009:

<http://www.aguasdocentro.pt/abastecimento.asp>

ANPC. (2008). Cadernos Técnicos PROCIV #3. Manual de apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Protecção Civil. Lisboa: ANPC.

ANPC. (2009). Cadernos Técnicos PROCIV #8. Manual de intervenção em emergências radiológicas. Lisboa: ANPC.

ANPC. (2009). Cadernos Técnicos PROCIV #9. Guia para a Caracterização de Risco no Âmbito da Elaboração de Planos de Emergência de Protecção Civil. Lisboa: ANPC.

ANPC. (2009). Guia Metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de sistemas de informação geográfica (SIG) de base municipal. Lisboa: ANPC.

ANPC. (2009). Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes (PEERS-AML-CL). Lisboa: ANPC.

ANPC. (2009). Prevenção e Protecção. Riscos naturais e tecnológicos. Consulta em Março de 2009:

<http://www.prociv.pt/PrevencaoProteccao/Pages/Apresentacao.aspx>

ANPC. (2010). Autoridade Nacional de Protecção Civil. Consulta de Maio de 2009 a Junho de 2010:

<http://www.prociv.pt/>

ANPC. (2010). Directiva Operacional Nacional n.º 1 – DIOPS, Dispositivo Integrado das Operações de Protecção e Socorro. Lisboa: ANPC.

ANPC. (2011). Norma Operacional Permanente (NOP 4101 – 2011). Indicativos Rádio. Lisboa. ANPC.

ANPC. (2012). Norma Operacional Permanente (NOP 1401 – 2012). Sistema de Gestão de Operações. Lisboa. ANPC

ANSR (2004-2008). Dados de Sinistralidade Rodoviária: 2004 a 2008. Consulta em Outubro de 2009:

<http://www.ansr.pt/default.aspx?tabid=57>

APA. (2010). Agência Portuguesa de Ambiente. Consulta em Julho de 2010: <http://www.apambiente.pt/>

ARSLVT (2011). Protecção Civil e Autoridade de Saúde – Estrutura, articulação e atribuições. Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo I. P. 34p.

- Cabral, J. e Ribeiro, A. (1988). Carta Neotectónica de Portugal Continental. Escala 1:1 000 000. Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa, Serviço Geológico de Portugal, Gabinete Prot. Seg. Nuclear. Lisboa, Instituto Geológico e Mineiro.
- Câmara Municipal de Oleiros (1995). Plano Director Municipal de Oleiros.
- Câmara Municipal de Oleiros (1999). Plano Municipal de Emergência de Oleiros.
- Câmara Municipal de Oleiros (2010). Cartografia de infra-estruturas do concelho de Oleiros.
- Câmara Municipal de Oleiros (2010). Câmara Municipal de Oleiros. Consulta de Maio de 2009 a Junho de 2010: <http://www.cm-oleiros.pt/>
- Canterbury Council. (2008). Canterbury City Council. Emergency Plan. Consulta em Janeiro de 2009: <http://www.canterbury.gov.uk/buildpage.php?id=1577>
- Centers for Disease Control and Prevention (2006). Radiation effects. Consulta em Janeiro de 2009: <http://www.cdc.gov>
- CIA (1996). CIA handbook of International Economic Statistics. In: The University of Texas at Austin – Libraries.
- CMDFCI de Oleiros. (2009). Plano Operacional Municipal 2009 de Oleiros. (49 p.)
- CMDFCI de Oleiros. (2008). Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Oleiros. Caderno I. Plano de Acção (188 p.) e Caderno II. Informação de Base (45 p.).
- Community Emergency Response Team – Los Angeles. (2010). Simple Triage and Rapid Treatment (START). Consulta em Abril de 2010 em: <http://www.cert-la.com/triage/start.htm>
- Dias, J. Alveirinho. (2000). Geologia ambiental. Universidade do Algarve. Consulta em Janeiro de 2009: <http://w3.ualg.pt/~jdias/GEOLAMB>
- Direcção-Geral da Saúde (2008). Plano de Contingência Nacional do Sector de Saúde para a Pandemia de Gripe. Ministério da Saúde. 2.ª Edição.
- Direcção-Geral da Saúde (2011). Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas. Ministério da Saúde.
- GSE Respond. (2009). GMES Services Supporting Humanitarian Relief, Disaster Reduction & Reconstruction. Consulta em Fevereiro de 2009: <http://www.respond-int.org/respondlive/>

Instituto da Água I.P., (INAG, I.P.) (2009). Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo. Consulta em Maio de 2009: <http://www.inag.pt/>

Instituto da Água. (2009). Zonas inundáveis - Continente. Consulta em Janeiro de 2009 em Atlas da Água: <http://snirh.pt>

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (2009). NIG - Núcleo de Informação Geográfica. Consulta em Outubro de 2009: <http://portal.icn.pt/ICNPortal/vPT/Artigos/Files/NIG++Nucleo+de+Informacao+Geografica.htm>

Instituto de Meteorologia (1961-1990). Normais climatológicas 1961-1990 da estação meteorológica de Castelo Branco. Lisboa.

Instituto de Meteorologia. (1996). Sismicidade histórica e actual (1755-1996). in: Atlas do Ambiente Digital – Agência Portuguesa do Ambiente. 1:100 000.

Instituto de Meteorologia. (2011). Avisos meteorológicos. Consulta em Fevereiro de 2011: <http://www.meteo.pt/pt/>

Instituto de Meteorologia. (2009). Ciclones Tropicais. Consulta em Março de 2009: http://www.meteo.pt/pt/areaeducativa/fenomenos_meteorologicos/ciclones_tropicais/index.html

Instituto de Meteorologia. (2009). Climatologia. Fenómenos extremos – Ondas de Calor. Consulta em Maio de 2009: http://www.meteo.pt/pt/clima/clima_ondacalor.html

Instituto de Seguros de Portugal (2002). Cobertura do Risco Sísmico em Portugal. Circular n.º 30/2002.

Instituto Geográfico Português e SNIG. (2006). Atlas de Portugal. Consulta em Fevereiro de 2009: www.igeo.pt

Instituto Geográfico Português. (2010). Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) v10. Consulta em Setembro de 2010: <http://www.igeo.pt>

Instituto Nacional de Aviação Civil. (2008). Carta Aeronáutica OACI. Portugal continental (Ref. 2318-2347). Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística, IP - Portugal. (2001). Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) de 2001 do concelho de Oleiros.

Instituto Nacional de Estatística, IP - Portugal. (2001). Censos 2001 – XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação, Estatísticas Demográficas 2001. Consulta em Outubro de 2009: www.ine.pt

Instituto Nacional de Estatística, IP - Portugal. (2002). Censos – Resultados definitivos. Região Centro. 2001. Consulta em Setembro de 2009: <http://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística, IP - Portugal. (2007). Estatísticas dos transportes. Consulta em Março de 2008: <http://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística, IP - Portugal. (2008). Actividades dos transportes. Consulta em Dezembro de 2008: <http://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística, IP - Portugal. (2008). O País em números. v3. Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, IP - Portugal. (2009). Anuário estatístico (2004-2008). Consulta em Janeiro de 2010: <http://www.ine.pt>

London Resilience Partnership. (2007). London Strategic Emergency Plan. Consulta em Fevereiro de 2009: <http://www.londonprepared.gov.uk>

NAV Portugal. (2009). Corredores aéreos do espaço inferior. Consulta em Abril de 2009 em: <http://www.nav.pt/>

Oliveira C.S. (1977). Sismologia, Sismicidade e Risco Sísmico. Aplicações em Portugal. Processo 36/11/4394, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa.

Portal de Saúde Pública. (2009). Saneamento básico - Abastecimento de água. Importância da água em saúde pública. Consulta em Março de 2009: <http://www.saudepublica.web.pt/>

Portal Viseu Digital. (2009). Acidentes e catástrofes. Consulta em Agosto de 2009: <http://www.viseudigital.pt/>

Prevention, C. f. (2006). Radiation effects. Consulta em Novembro de 2006: <http://www.cdc.gov>

Robalo, J., Diegues, P., Weigert, C., & Batalha, L. (2008). Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas 2008. Direcção-Geral da Saúde.

Santos, F., & Miranda, P. (2006). Alterações climáticas em Portugal. Cenários, impactos e medidas de adaptação. Projecto SIAM II

Serviço Meteorológico Nacional. (1974). Intensidade sísmica – Zonas de intensidade máxima. *in*: Atlas do Ambiente Digital – Agência Portuguesa do Ambiente. 1:100 000.

Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos. (2010). Rede de monitorização do SNIRH. Estação de Proença-a-Nova. Consulta em Fevereiro de 2010: <http://snirh.pt/>

Tower Hamlets. (2005). Borough Major Emergency Plan. Consulta em Fevereiro de 2009
<http://217.33.198.63/data/living-safely/>

U.S. Army. (2005). A military guide to terrorism in the twenty-first century. Kansas, USA.

USGS, A. d. (2008). Earthquake Hazards Program. Measuring earthquakes. Consulta em Fevereiro de 2009:
<http://earthquake.usgs.gov/learning/faq.php?categoryID=2&faqID=29>

Zêzere, J. L. (2000). Rainfall triggering of landslides in the area north of Lisbon (Portugal). *In*: E. Bromhead, N. Dixon; M.-L. Ibsen (eds.), *Landslides in Research, Theory and Practice*, Proceedings of the 8th International Symposium on Landslides, Vol. 3, Thomas Telford, London: 1629-1634.

Zêzere, J.L.; Ramos, C.; Reis, E.; Garcia, R.; Oliveira, S. (2007/2008). Perigos naturais, tecnológicos e ambientais na região do Oeste e Vale do Tejo. *Inforgéo*, 37-49.

10. GLOSSÁRIO

A Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) elaborou um glossário relativo à temática da Protecção Civil, com a explicação dos principais conceitos técnicos utilizados: o Glossário de Protecção Civil aprovado pela Comissão Nacional de Protecção Civil e publicado no sítio da internet da ANPC:

<http://www.prociv.pt/GLOSSARIO/Pages/default.aspx>

Este glossário pretende fornecer aos agentes de protecção civil e à população em geral uma selecção de termos e definições recolhidas junto de diversas fontes e de alguns diplomas legais recentemente publicados no âmbito da Protecção Civil e áreas afins. Neste âmbito, a ANPC reuniu os contributos das diferentes unidades orgânicas da ANPC, de alguns glossários específicos já elaborados por diversas entidades e ministérios (Administração Interna, Defesa Nacional, Ambiente Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Agricultura Desenvolvimento Rural e das Pescas, Saúde, Ciência Tecnologia e Ensino Superior).

A organização deste glossário integra todos os termos e definições até ao momento recolhidos pela ANPC e encontram-se ordenados alfabeticamente nas diversas áreas específicas, agrupando-se, provisoriamente, em 17 famílias. Em cada uma das entradas a ANPC identificou a origem da informação, para eventual desenvolvimento mais detalhado do assunto. Nos conceitos gerais, incluíram-se determinados termos e definições que reúnem consenso internacional, como por exemplo, os utilizados pela ONU e pela NATO. Uma vez que frequentemente é aprovada legislação referente à temática da protecção civil, a ANPC pretende actualizar o glossário trimestralmente, de modo a contemplar os devidos conceitos e termos que possam surgir no âmbito da Protecção Civil.

10.1 Lista de acrónimos

De referir ainda que em cada uma das Partes que compõe o PMEPCO encontra-se, no seu início, uma lista de acrónimos (ou siglas) que fazem parte do mesmo e que se apresentam na listagem seguinte.

AFN – Autoridade Florestal Nacional

ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

APC - Agentes de Protecção Civil

APFAM - Associação dos Produtores Florestais de Alvelos e Muradal

BGRI – Base Geográfica de Referenciação da Informação

BVO – Corpo de Bombeiros Voluntários de Oleiros

CCO - Centro de Coordenação Operacional

CCOD - Centro de Coordenação Operacional Distrital

CCON - Centro de Coordenação Operacional Nacional

CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro

CDPC - Comissão Distrital de Protecção Civil

CM – Caminho Municipal

CMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

CMO – Câmara Municipal de Oleiros

CMPC - Comissão Municipal de Protecção Civil

CNOS - Comando Nacional de Operações de Socorro

CNPC - Comissão Nacional de Protecção Civil

CODIS – Comandante Operacional Distrital

COM - Comandante Operacional Municipal

COS - Comandante das Operações de Socorro

CPD - Centro de Prevenção de Detecção

CPX - Comand Post Exercise

DASC – Divisão de Acção Social e, Cultural

DFCI - Defesa da Floresta Contra Incêndios

DGS - Direcção-Geral da Saúde

DM – Dano Material

DOSU – Divisão de Obras e Serviços Urbanos

DRAP – Direcção Regional de Agricultura e Pescas

EDP – Energias de Portugal

EM – Estrada Municipal

EN – Estrada Nacional

ETA - Estação de Tratamento de Água

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

FA – Forças Armadas

FEB – Força Especial de Bombeiros Canarinhos

FWI - Fire Weather Index

GDH – Grupo Data Hora

GNR – Guarda Nacional Republicana

IC – Itinerário Complementar

ÍCARO - Importância do Calor: Repercussões sobre os Óbitos

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

IDF – Intensidade-Duração-Frequência

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IM – Instituto de Meteorologia

INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil

INAG – Instituto da Água

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica

INML – Instituto Nacional de Medicina Legal

INSA – Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

IPE - Itinerários Primários de Evacuação

IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS – Instituto de Segurança Social

LivEx - Live Exercise

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia

MDT – Modelo Digital do Terreno

NEP – Norma de Execução Permanente

NOP – Norma Operacional Permanente

PBH - Plano de Bacia Hidrográfica

PBHT - Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo

PCO – Posto de Comando Operacional

PCT - Posto de Controlo de Tráfego

PCTEA - Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas

PDEPCCB - Plano Distrital de Emergência de Protecção Civil de Castelo Branco

PDM – Plano Director Municipal

PGR - Procuradoria-Geral da República

PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PME – Plano Municipal de Emergência

PMEPC - Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil

PMEPCO - Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Oleiros

POM – Plano Operacional Municipal

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

REPC - Rede Estratégica de Protecção Civil

RNPV - Rede Nacional de Postos de Vigia

ROB - Rede Operacional dos Bombeiros

ROB - Rede Operacional dos Bombeiros

SDT - Serviço de Divulgação e Turismo

SEPNA - Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente

SGO – Sistema de Gestão de Operações

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SIOPS - Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro

SIRESP - Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal

SMPC - Serviço Municipal de Protecção Civil

SNIRH - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

TO - Teatro de Operações

VCOC – Veículo de Comando e Comunicações

VCOT – Veículo de Comando Operacional e Tático

VPCC – Veículo de Planeamento, Comando e Comunicações

ZA – Zona de Apoio

ZCL - Zonas de Concentração Local

ZCR – Zona de Concentração e Reserva

ZRR – Zona de Recepção de Reforços

ZS – Zona de Sinistro

11. ANEXOS

Neste Ponto apresenta-se informação complementar ao PMEPCO. Assim, da Tabela 58 à Tabela 63 indicam-se os procedimentos a seguir na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe associado a riscos naturais (Ponto 11.1) e humanos (Ponto 11.2).

No Ponto 11.3 encontram-se definidas as acções de reabilitação em que na Tabela 64 se identificam as principais acções que deverão ser considerados ao longo das acções de reabilitação e as responsabilidades das entidades envolvidas e na Tabela 65 resumem-se os principais procedimentos a ter em consideração na remoção e estabilização do património cultural e arquivístico afectado por diferentes tipos de eventos.

Caso se verifique a necessidade de se proceder à triagem de feridos, no Ponto 11.4 encontram-se descritos os procedimentos do modelo START (*Simple Triage and Rapid Treatment*) a serem utilizados pelas equipas de saúde.

Com esta organização pretende-se clarificar não só as diferentes medidas que deverão ser implementadas no terreno e as entidades a contactar, como também auxiliar na definição de prioridades e na coordenação de meios públicos e privados.

No Ponto 11.5, na Tabela 66 e na Tabela 67 identificam-se, em pormenor, as frequências de rádio da Rede Estratégica de Protecção Civil (REPC) e da Rede Operacional dos Bombeiros (ROB) para o distrito de Castelo Branco.

No Ponto 11.6 apresenta-se a matriz de referência da evolução do Sistema de Gestão de Operações definida na Norma Operacional Permanente (NOP) 1401/2012, de 13 de Abril. Esta matriz tipifica os meios a envolver e o número máximo de sectores a criar de acordo com as quatro fases previstas.

11.1 Procedimentos a seguir na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe associado a riscos naturais

Tabela 58. Terramotos, cheias e inundações e secas

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	TERRAMOTOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO	<p>§ Após a ocorrência de um terramoto de intensidade VIII ou superior (escala de Mercalli) a CMPC deverá activar o PMEPCO o qual compreende, ao nível da estrutura municipal, a imediata activação de equipas da Divisão de Obras e Serviços Urbanos (DOSU) as quais deverão encontrar-se permanentemente em estado de prontidão para imediata intervenção caso venha a ser considerado necessário. Em paralelo deverá encontrar-se em estado de prontidão o SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal).</p> <p>§ Os serviços da CMO responsáveis pela disponibilização de informação à população (Serviço de Divulgação e Turismo - SDT) deverão igualmente encontrar-se em estado de prontidão.</p> <p>§ A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de Castelo Branco de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação actualizada da situação.</p>	<p>§ Caso se preveja a ocorrência de regime especialmente intenso de chuvas (ver ponto 2.3 da Parte IV- Secção I), ou estas tenham já causado inundações significativas no concelho, o presidente da CMO deverá declarar, consoante o grau de gravidade do evento (ver Ponto 7.2 da Parte I), a situação de alerta de âmbito municipal, ou convocar a CMPC para se poder activar o PMEPCO.</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a activação em regime de prevenção de equipas das entidades que compõem a CMPC, e de serviços municipais como: DOSU e o SDT.</p> <p>§ Adicionalmente, a activação do PMEPCO (competência da CMPC) compreenderá a passagem para o estado de prontidão (permanente) das equipas da DOSU responsáveis por maquinaria de obras públicas e limpezas, e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal).</p> <p>§ A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de Castelo Branco de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação actualizada da situação.</p>	<p>§ Nas situações em que quebras de precipitação tenham afectado, ou se preveja que num curto espaço de tempo venham a afectar significativamente a capacidade de abastecimento público de água, o Presidente da Câmara Municipal deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ Embora não se preveja que situações de seca venham a apresentar um grau de gravidade suficientemente elevado para originar a activação do PMEPCO, tal cenário não poderá ser excluído, cabendo à CMPC proceder à sua activação.</p> <p>§ A declaração de situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a activação de equipas em prevenção dos BVO, da empresa Águas do Centro, do Serviço de Água, Saneamento e Abastecimento (DOSU) e do SDT.</p> <p>§ A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de Castelo Branco de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação actualizada da situação.</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	TERRAMOTOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
<p>AValiação da Capacidade de Resposta dos Agentes de Protecção Civil e dos Organismos e Entidades de Apoio, e Informação de que o Presidente da Câmara declarou a situação de alerta de âmbito municipal ou que solicita a activação do PMEPCO</p>	<p>§ Após a activação imediata de equipas em estado de prontidão o Presidente da Câmara Municipal deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC indicando que pretende activar o PMEPCO.</p> <p>§ Ao contactar as entidades que compõem a CMPC deverá ainda averiguar-se se a sua capacidade operacional foi ou não comprometida pelo evento e, caso tenha sido, em que medida.</p> <p>§ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações.</p>	<p>§ Após a activação imediata de equipas de prevenção (ou prontidão) e dos gabinetes de apoio ao Presidente da CMO, este último deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC indicando que declarou a situação de alerta de âmbito municipal ou que solicita a activação do PMEPCO.</p> <p>§ Ao contactar as entidades que compõem a CMPC deverá ainda averiguar-se se a sua capacidade operacional foi ou não comprometida pelo evento e se sim, em que medida.</p> <p>§ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações.</p>	<p>§ Em casos de seca extrema em que se justifique a declaração da situação de alerta de âmbito municipal ou a activação do PMEPCO, a Câmara Municipal deverá contactar os elementos que compõem a CMPC de modo a estes delinearem as acções a desenvolver e os meios a empenhar (a ocorrência de secas não deverá levar a significativos constrangimentos operacionais dos agentes de protecção civil e das entidades e organismos de apoio).</p>
GARANTIR ARTICULAÇÃO COM O NÍVEL DISTRITAL	§ Entrar e permanecer em contacto com o CDOS recorrendo aos meios de comunicação disponíveis no local de reunião da CMPC (ver Ponto 3 da Parte III).		
ALERTAR ENTIDADES DE APOIO	<p>§ Alertar (quando considerado necessário) entidades que poderão prestar apoio nas acções de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de contactos). As principais entidades a alertar são: Estradas de Portugal, EDP, Operadoras de telecomunicações, serviços de segurança (públicos e privados), Instituto Nacional de Medicina Legal, IPSS do concelho, instituições e/ou empresas responsáveis por transportes e comunicações, rádios locais, APA e Escuteiros.</p>	<p>§ Alertar (quando considerado necessário) entidades que poderão prestar apoio nas acções de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de contactos).</p> <p>§ As principais entidades a alertar são: EDP, Serviços de segurança (públicos e privados), IPSS do concelho, instituições e/ou empresas responsáveis por transportes e comunicações, rádios locais, APA e os Escuteiros.</p>	<p>§ Contactar a empresa Águas do Centro de modo a avaliar os potenciais locais afectados e definirem-se as estratégias de mitigação a serem adoptadas.</p> <p>§ Alertar os BVO e a DOSU para a possibilidade de se adoptarem medidas extraordinárias, como o racionamento da água fora das horas de maior utilização (isto é, entre as 10:00h e 12:00; 15:00h e 19:00h e entre as 24:00h e as 6:00h) e distribuição de água por camiões cisterna nas zonas mais afectadas (ver lista de meios - Secção III da Parte IV).</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	TERRAMOTOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
AVALIAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍTIMAS E/OU DANOS MATERIAIS E AMBIENTAIS	<p>§ Contactar as forças presentes no terreno e fazer uma avaliação preliminar da existência de feridos ou mortos e a extensão dos danos sofridos pelas infra-estruturas.</p> <p>§ Fazer deslocar equipas do SMPC para o terreno de modo a proceder a um levantamento prévio das zonas afectadas (equipas de reconhecimento e avaliação da situação).</p>		<p>§ Avaliar no terreno quais as dificuldades sentidas pela população. Verificar ainda a necessidade de se proceder à disponibilização de água para animais.</p>
ACTIVAÇÃO DE MEIOS MATERIAIS E HUMANOS	<p>§ Activar de imediato meios de desobstrução de vias como retroescavadoras e bulldozers (isto é, estes meios deverão ser automaticamente activados, mesmo antes de se saber ao certo se existem vias obstruídas por destroços), os quais deverão ser enviadas para as principais vias de acesso às zonas sinistradas (itinerários de emergência).</p> <p>§ Após efectuada a avaliação preliminar dos danos materiais e humanos nas zonas de maior impacto, estudar conjuntamente com Comandante das Operações de Socorro a necessidade de se activarem meios adicionais a serem estacionados na Zona de Apoio do teatro de operações. Ponderar o envio de meios materiais e humanos para a Zona de Concentração de Reserva do teatro de operações (meios não necessários no momento mas que se preveja alguma probabilidade de poderem vir a ser úteis, i.e., pré-posicionamento de meios).</p>		<p>§ Avaliar se existe a necessidade de accionar meios adicionais, para além dos já existentes na Câmara Municipal e nos BVO.</p>
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Cabe ao(s) COS indicar ao COM a necessidade de se proceder à evacuação da zona sob sua responsabilidade, despoltando o COM, posteriormente, os necessários procedimentos em coordenação com a CMPC.</p> <p>§ Na Parte III do presente Plano indica-se a metodologia de evacuação prevista para o concelho (incluindo tipos de locais a recorrer para acolhimento das populações).</p> <p>§ Decidir qual o centro de acolhimento a activar, tendo como alternativa unidades hoteleiras e infra-estruturas públicas como as escolas e pavilhões desportivos indicados no Ponto 1.</p> <p>§ As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confecção das refeições a distribuir pelos desalojados.</p> <p>§ Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente plano (consultar Parte III).</p> <p>§ A informação recolhida deverá ser imediatamente disponibilizada ao SDT (consultar Parte III).</p>		<p>§ Embora não se preveja que situações de seca venham a justificar a evacuação de locais, este cenário não será de excluir. Em caso de necessidade deverá deslocar-se as pessoas mais vulneráveis para locais climatizados, garantindo-se a disponibilização de água nesses centros através de água engarrafada ou de autotanque (ver lista de infra-estruturas de apoio no Ponto 1).</p> <p>§ As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confecção das refeições a distribuir pela população deslocada (isto se os mesmos não forem alojados em unidades hoteleiras).</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	TERRAMOTOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO (apenas associado à activação do PMEPCO)			<p>§ Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente plano (consultar Parte III).</p> <p>§ A informação recolhida deverá ser imediatamente disponibilizada ao SDT (consultar Parte III).</p>
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE ACTIVAÇÃO DE MEIOS ADICIONAIS DE MORTUÁRIA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Averiguar no terreno a necessidade de transportar as vítimas mortais para locais temporários de reunião de mortos. Estes poderão ser, para além das morgues de hospitais (Hospital Amato Lusitano), casas mortuárias de agências funerárias e dos cemitérios, pavilhões desportivos ou outro tipo de pavilhões, instalações militares ou mesmo grandes áreas refrigeradas (indústrias agro-alimentares ou grandes superfícies comerciais), tomando-se as necessárias medidas de higiene (para mais informações ver ponto relativo a serviços mortuários – Parte III do PMEPCO). Esta acção é da responsabilidade do Ministério Público.</p>		<p>§ O tipo de evento em questão não apresenta potencial para gerar um número de mortos elevado o suficiente para esgotar a capacidade de recepção de mortos das casas mortuárias do concelho.</p>
GARANTIR A CONSTITUIÇÃO DE PERÍMETROS DE SEGURANÇA	<p>§ Garantir que os diferentes sectores do(s) teatro(s) de operações se encontram definidos e que as Zonas de Sinistro e de apoio se encontram vedadas (o controlo do acesso aos sectores do teatro de operações será da responsabilidade das forças de segurança do concelho).</p>		Não se aplica
GARANTIR O CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO NOS ITINERÁRIOS DE EMERGÊNCIA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Garantir que os itinerários de emergência definidos se encontram desobstruídos de trânsito.</p> <p>§ O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho.</p>	<p>§ Avaliar a necessidade de se condicionar a circulação nos principais itinerários de acesso às zonas afectadas (itinerários de emergência).</p> <p>§ Garantir que os itinerários de emergência se encontram desobstruídos de trânsito (proceder ao reboque de viaturas se necessário).</p>	Não se aplica

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	TERRAMOTOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
GARANTIR O CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO NOS ITINERÁRIOS DE EMERGÊNCIA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se accionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.).</p>	<p>§ O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho.</p> <p>§ Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se accionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.).</p>	Não se aplica
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Evitar pilhagens fazendo circular também pelas zonas menos afectadas forças de segurança pública e/ou elementos de serviços de segurança privada, ou mesmo elementos do SMPC (as zonas mais afectadas terão já elementos das forças de segurança).</p> <p>§ Para além das zonas residenciais mais isoladas ter também como um dos alvos privilegiados de acções de vigilância as zonas comerciais.</p>	<p>§ Garantir que o normal patrulhamento do concelho pelas forças de segurança não é comprometido.</p>	Não se aplica
GARANTIR A EFICIÊNCIA DAS ACÇÕES DE AUXÍLIO MÉDICO (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Em função do cenário verificado nos diversos locais afectados, o INEM e a Autoridade de Saúde do município deverão determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades.</p> <p>§ A Autoridade de Saúde do município deverá articular-se com o COM para requerer todos os meios necessários para a sua actividade como alimentos, agasalhos, viaturas de transporte, etc.</p>	<p>§ O SMPC, em articulação com a Autoridade de Saúde do município, deverá avaliar a necessidade de acompanhamento especial nos locais mais críticos, especialmente no que se refere à prestação de cuidados médicos aos indivíduos com dificuldades de deslocação.</p>	<p>§ O SMPC em articulação com a Autoridade de Saúde do município, deverá avaliar a necessidade de acompanhamento especial nos locais mais críticos, como lares de terceira idade ou casas isoladas habitadas por idosos, etc..</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	TERRAMOTOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
GARANTIR A EFICIÊNCIA DAS ACÇÕES DE AUXÍLIO MÉDICO (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Caso a magnitude do evento assim o exija (elevada probabilidade de feridos ligeiros e/ou desalojados) deverá ser constituído na proximidade da zona afectada um posto médico avançado (coordenado pelo INEM). Este terá por finalidade receber a população atingida, fazer a triagem das suas necessidades (médicas, agasalhos, alimentação, etc.) e encaminhá-la para os locais mais adequados (hospitais, centro de saúde ou centros de acolhimento de deslocados).</p>		
GARANTIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO AFECTADA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Caberá à CMO (através do SMPC), em articulação com a Autoridade de Saúde do município, fazer chegar à população afectada (quer a que se encontra nas zonas afectadas, quer a que se encontra nos centros de acolhimento temporário) bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos.</p>	<p>§ Caberá à CMO (através do SMPC), em articulação com a Autoridade de Saúde do município fazer, fazer chegar à população afectada bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos (por população afectada entende-se a população residente nos locais afectados e a que eventualmente tenha sido transferida para centros de acolhimento temporário).</p>	<p>§ A ocorrência de seca prolongada pode levar a falhas no abastecimento de água, sendo que caberá à Câmara Municipal, em colaboração com os BVO, garantir a distribuição de água pela população e instalações pecuárias.</p>
INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO	<p>§ O SDT deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente, preparar comunicados aos órgãos de comunicação social, preparar informação relativa aos cuidados a serem adoptados pela população e disponibilizar informação relativamente ao estado e localização de feridos e deslocados (ver Parte III e modelos de comunicados do Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da Câmara Municipal).</p>		<p>§ O SDT deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente: preparar comunicados aos órgãos de comunicação social e preparar informação relativa aos cuidados a serem adoptados pela população (consultar Parte III e modelos de comunicados do Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da CMO).</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	TERRAMOTOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
INSPECCIONAR ZONAS IDENTIFICADAS COMO DE MAIOR RISCO	<p>§ Assim que seja possível (ou seja, exista disponibilidade de meios), deverá fazer-se deslocar um elemento do SMPC para os locais previamente identificados como sendo de maior risco de modo a melhorar a percepção da extensão territorial do concelho que foi afectada pelo evento.</p> <p>§ Identificar e alertar os elementos que compõem a CMPC para a existência de vias de circulação afectadas por escombros ou rupturas em condutas de água.</p>	<p>§ Caso se preveja o agravamento da situação, verificar se para além das zonas afectadas existem outras que mereçam especial atenção (zonas ainda não afectadas mas que poderão vir a sê-lo nas próximas horas).</p>	<p>§ Acompanhar o evoluir da situação nas zonas afectadas pela seca (zonas com abastecimento de água à população condicionado e áreas com animais).</p>
ANALISAR ESTRAGOS NAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	<p>§ Após avaliadas as zonas que sofreram danos, e assim que se encontrarem meios disponíveis na Câmara Municipal, fazer deslocar elementos para o terreno tendo em vista identificar zonas onde se verificaram rupturas em condutas de água ou de esgotos.</p> <p>§ Avaliar extensão das zonas onde o abastecimento de água, electricidade e a rede telefónica se encontram condicionados.</p> <p>§ Contactar as entidades responsáveis pela manutenção das redes viária e de abastecimento de água, esgotos, electricidade e comunicações, nomeadamente, Estradas de Portugal, DOSU, EDP, Operadoras de telecomunicações e Águas do Centro (consultar lista de contactos disponível no Ponto 1).</p>	<p>§ Assim que o nível das águas se encontre regularizado a Câmara Municipal deverá fazer deslocar elementos para as zonas afectadas de modo a avaliar a extensão dos danos causados pelas inundações/cheias.</p> <p>§ Contactar as entidades responsáveis pela manutenção das redes viária e de abastecimento de água, esgotos, electricidade e comunicações, nomeadamente, Estradas de Portugal, DOSU, EDP, Operadoras de telecomunicações e Águas do Centro (consultar lista de contactos disponível no Ponto 1).</p>	Não se aplica
ACTIVAÇÃO DE BOLSA DE VOLUNTARIADO	<p>§ Avaliar a necessidade de activar bolsa de voluntariado de modo a se apoiarem as diferentes acções de emergência (recepção de dádvas, distribuição de bens e serviços de estafeta, etc.).</p>		<p>§ Avaliar a necessidade de activar bolsa de voluntariado de modo a se apoiarem o acompanhamento da população mais vulnerável (idosos em casas isoladas, lares de 3.ª idade, etc.).</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	TERRAMOTOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
DESACTIVAÇÃO DO PMEPCO OU DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<p>§ Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares, o regresso da população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, o regresso de animais para o seu local de origem, o controlo de rupturas em condutas de água, a estabilização primária de infra-estruturas em risco de derrocada ou o seu isolamento, caberá à CMPC desactivar o PMEPCO.</p> <p>§ A desactivação do PMEPCO deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua acção de acordo com as necessidades indicadas pelo(s) COS.</p> <p>§ Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ A desactivação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas da DOSU e do SDT.</p>	<p>§ Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o regresso da eventual população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, o regresso de animais para o seu local de origem, o controlo de rupturas em condutas de água, a estabilização primária de infra-estruturas em risco de derrocada ou o seu isolamento, caberá à CMPC desactivar o PMEPCO.</p> <p>§ A desactivação do PMEPCO deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua acção de acordo com as necessidades indicadas pelo(s) COS.</p> <p>§ Caberá ao Presidente da Câmara indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal. A desactivação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas da DOSU e do SDT.</p>	<p>§ Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o o regresso da população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, o regresso de animais para o seu local de origem, o controlo de rupturas em condutas de água, caberá à CMPC desactivar o PMEPCO.</p> <p>§ A desactivação do PMEPCO deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua acção de acordo com as necessidades indicadas pelo(s) COS.</p> <p>§ Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ A desactivação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas da DOSU e do SDT.</p>

Tabela 59. Ventos fortes, tornados e ciclones violentos, movimentos de massa, onda de calor ou vaga de frio e nevões

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	MOVIMENTOS DE MASSA	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO	<p>§ Na iminência ou ocorrência de ventos fortes (ver ponto 2.3 da Parte IV - Secção I), o Presidente da Câmara Municipal deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal ou, caso a situação assim o justifique, a CMPC deverá activar o PMEPCO, de acordo com o previsto no ponto 7.2 da Parte I do presente Plano.</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a activação em regime de prevenção de equipas da DOSU, BVO, GNR e do SDT (ver parte III).</p> <p>§ Adicionalmente, a activação do PMEPCO por parte da CMPC compreenderá a passagem para o estado de prontidão (permanente) da DOSU e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal).</p> <p>§ A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de Castelo Branco de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação actualizada da situação.</p>	<p>§ Na iminência ou ocorrência de deslizamento de terras (ver ponto 2.3 da Parte IV - Secção I), o Presidente da Câmara Municipal deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal ou, caso a situação assim o justifique, a CMPC deverá activar o PMEPCO, de acordo com o previsto no ponto 7.2 da Parte I do presente Plano.</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a activação em regime de prevenção de equipas das entidades que compõem a CMPC, da DOSU e do SDT (ver parte III)..</p> <p>§ Adicionalmente, a activação do PMEPCO por parte da CMPC compreenderá a passagem para o estado de prontidão (permanente) da DOSU e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal).</p> <p>§ A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de Castelo Branco de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação actualizada da situação.</p>	<p>§ Nas situações em que se verifique, ou se preveja que venha a ocorrer num curto espaço de tempo uma onda de calor ou vaga de frio, o Presidente da Câmara Municipal deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a activação em regime de prevenção de equipas das entidades que compõem a CMPC e das Juntas de Freguesia (acompanhamento da população mais vulnerável e colocação em estado de prontidão dos meios próprios). O SDT deverá igualmente encontrar-se em estado de prevenção.</p> <p>§ As ondas de calor e as vagas de frio apresentam potencial para gerar um elevado número de mortos na população mais idosa, pelo que caso se verifique que a onda de calor ou vaga de frio se prolongará no tempo, dever-se-á activar o PMEPCO (ver ponto 7.2 da Parte I do presente plano).</p>	<p>§ Caso se preveja a ocorrência de regime especialmente intenso de queda de neve (ver ponto 2.3 da Parte IV - Secção I), ou esta tenha já causado restrições significativas à circulação rodoviária, o presidente da Câmara Municipal deverá declarar, consoante o grau previsto ou verificado da gravidade do evento (ver Ponto 7.2 da Parte I), a situação de alerta de âmbito municipal, ou convocar a CMPC para se poder activar o PMEPCO.</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a activação em regime de prevenção de equipas dos BVO, GNR e da DOSU.</p> <p>§ Adicionalmente, a activação do PMEPCO por parte da CMPC compreenderá a a passagem para o estado de prontidão (permanente) das equipas da DOSU, e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela CMO).</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	MOVIMENTOS DE MASSA	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO			<p>§ Activação do PMEPCO compreenderá a activação do estado de prontidão (permanente) do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal).</p> <p>§ A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de Castelo Branco de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação actualizada da situação.</p>	<p>§ A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de Castelo Branco de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação actualizada da situação.</p>
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS ENTIDADES DE PROTECÇÃO CIVIL DO CONCELHO E INFORMAÇÃO DE QUE O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DECLAROU A SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL OU QUE SOLICITA A ACTIVAÇÃO DO PMEPCO	<p>§ Após a activação imediata de equipas em estado de prevenção ou prontidão (consoante se tenha declarado a situação de alerta de âmbito municipal ou pretenda activar o PMEPCO) o Presidente da CMO deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC.</p> <p>§ Ao contactar as entidades que compõem a CMPC deverá ainda averiguar-se se a sua capacidade operacional foi ou não comprometida pelo evento e, caso o tenha sido, em que medida.</p> <p>§ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações.</p>		<p>§ Este tipo de evento não deverá afectar a capacidade operacional das entidades com responsabilidades na área da protecção civil, pelo que o contacto que a Câmara Municipal estabelecerá com as mesmas será apenas para indicar a reunião extraordinária da CMPC devido ao Presidente ter declarado a situação de alerta de âmbito municipal (ou, em casos extremos, ter indicado a necessidade de se activar o Plano).</p>	<p>§ Após a activação imediata de equipas em estado de prevenção ou prontidão (consoante se tenha declarado a situação de alerta de âmbito municipal ou pretenda activar o PMEPCO) o Director do PMEPCO deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC.</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	MOVIMENTOS DE MASSA	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS ENTIDADES DE PROTECÇÃO CIVIL DO CONCELHO E INFORMAÇÃO DE QUE O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DECLAROU A SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL OU QUE SOLICITA A ACTIVAÇÃO DO PMEPCO			<p>§ Nos casos em que a onda de calor ou vaga de frio tenha justificado a declaração de situação de alerta de âmbito municipal a CMPC deverá reunir e concertar estratégias de prevenção envolvendo as entidades previstas para a área de intervenção relativa a serviços médicos (cuja actividade deverá decorrer de acordo com o previsto no Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas do Ministério da Saúde).</p> <p>§ Nas situações que tenham justificado a activação do PMEPCO, as entidades responsáveis pelos serviços médicos (as quais deverão nortear a sua actuação de acordo com o previsto no PCTEA do Ministério da Saúde), as responsáveis pelos procedimentos de evacuação e, eventualmente, a bolsa de voluntariado, deverão desencadear as medidas necessárias a garantir o bem-estar da população mais susceptível (cuidados de saúde e transporte para locais climatizados).</p>	<p>§ Ao contactar as entidades que compõem a CMPC deverá ainda averiguar-se se a sua capacidade operacional foi ou não comprometida pelo evento e, caso tenha sido, em que medida.</p>
GARANTIR ARTICULAÇÃO COM O NÍVEL DISTRITAL	§ Entrar e permanecer em contacto com o CDOS recorrendo aos meios de comunicação disponíveis no local de reunião da CMPC (ver Ponto 3 da Parte III).			

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	MOVIMENTOS DE MASSA	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
ALERTAR ENTIDADES DE APOIO	<p>§ Alertar entidades que poderão prestar apoio nas acções de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir ser necessário (ver lista de contactos Secção III da Parte IV). As principais entidades a alertar são: Estradas de Portugal, EDP, Operadoras de telecomunicações, serviços de segurança (públicos e privados), Instituto Nacional de Medicina Legal, IPSS do concelho, instituições e/ou empresas responsáveis por transportes e comunicações, rádios locais, e Escuteiros.</p>		Não se aplica	<p>§ Alertar (quando considerado necessário) entidades que poderão prestar apoio nas acções de emergência a desencadear, para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de contactos).</p> <p>§ As entidades cujo estado de prevenção poderá ser útil são: Estradas de Portugal, instituições e/ou empresas proprietárias de limpa-neves e/ou maquinaria agrícola (as máquinas de distribuição de adubo poderão espalhar sal), maquinaria pesada (retroescavadoras e bulldozers), grandes distribuidores (pedir para reservarem o seu stock de sal para possível utilização nas vias do concelho), IPSS do concelho, instituições ou empresas responsáveis por viaturas de transporte, rádios locais e Escuteiros.</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	MOVIMENTOS DE MASSA	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
AVALIAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍTIMAS E/OU DANOS MATERIAIS E AMBIENTAIS	<p>§ Contactar as forças presentes no terreno e fazer uma avaliação preliminar da existência de feridos ou mortos e a extensão dos danos já sofridos pelas infra-estruturas.</p>		<p>§ Contactar as entidades de saúde do concelho, BVO, e juntas de freguesia, de modo a avaliar o impacto que a ocorrência está a ter na população mais sensível.</p>	<p>§ Contactar as forças presentes no terreno e fazer uma avaliação preliminar da existência de feridos (quedas e exposição prolongada ao frio) e a extensão dos danos sofridos pelas infra-estruturas (distribuição de electricidade, água e saneamento).</p> <p>§ Fazer deslocar equipas do SMPC para o terreno de modo a avaliar quais as dificuldades sentidas pela população. Verificar ainda a necessidade de se proceder à disponibilização de água para pessoas e animais.</p>
ACTIVAÇÃO DE MEIOS MATERIAIS E HUMANOS	<p>§ Activar de imediato meios de remoção de destroços como retroescavadoras e bulldozers, os quais deverão ser enviadas para as zonas sinistradas.</p> <p>§ Após a realização da avaliação preliminar dos danos materiais e humanos nas zonas de maior impacto, avaliar conjuntamente com o(s) Comandante(s) das Operações de Socorro a necessidade de se activarem meios adicionais a serem estacionados na Zona de Apoio do teatro de operações. Ponderar o envio de meios materiais e humanos para a Zona de Concentração de Reserva do teatro de operações (meios não necessários no momento mas que se preveja alguma probabilidade de poderem vir a ser úteis, i.e., pré-posicionamento de meios). Consultar meios e recursos presentes no Ponto 1.</p>		<p>§ Avaliar se existe a necessidade de accionar meios adicionais, para além dos já existentes na Câmara Municipal, BVO, IPSS, Santa Casa da Misericórdia (Oleiros e Álvaro) e Cruz Vermelha Portuguesa.</p>	<p>§ Activar de imediato meios de desobstrução de vias como retroescavadoras e bulldozers, limpa-neves, tractores agrícolas com espalhadores de adubo (alternativa a espalhadores de sal), e enviá-los para as principais vias de acesso ao concelho que se encontram condicionadas ou que apresentem forte probabilidade de vir a sê-lo (ou seja, pré-posicionamento de meios).</p> <p>§ Recolher sal em empresas distribuidoras de sal.</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	MOVIMENTOS DE MASSA	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
ACTIVAÇÃO DE MEIOS MATERIAIS E HUMANOS				<p>§ A pós efectuada a avaliação preliminar dos danos materiais e humanos nas zonas de maior impacto, avaliar conjuntamente com os agentes de protecção civil presentes no(s) local(is) a necessidade de se activarem meios adicionais (consultar lista de meios e recursos).</p>
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Cabe ao(s) COS indicar ao COM a necessidade de se proceder à evacuação da zona sob sua responsabilidade, despoltando o COM, posteriormente, os necessários procedimentos em coordenação com a CMPC.</p> <p>§ Na Parte III do presente Plano indica-se a metodologia de evacuação prevista para o concelho (incluindo locais a recorrer para acolhimento das populações).</p> <p>§ Decidir qual o centro de acolhimento a activar, tendo como alternativa unidades hoteleiras e infra-estruturas públicas como as escolas e pavilhões desportivos indicados no Ponto 1.</p> <p>§ As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confecção das refeições a distribuir pelos desalojados.</p> <p>§ Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente plano (consultar Parte III).</p> <p>§ A informação recolhida deverá ser imediatamente disponibilizada ao SDT (consultar Parte III).</p>			<p>§ Fazer deslocar elementos do SMPC ao(s) local(is) afectado(s) de modo a estes avaliarem a necessidade de se proceder à evacuação da população mais susceptível (idosos). O SMPC poderá recorrer para esta tarefa ao apoio técnico das Instituições de solidariedade social que operam no concelho.</p> <p>§ Na Parte III do presente Plano indica-se a metodologia de evacuação prevista para o concelho.</p> <p>§ Decidir qual o centro de acolhimento a activar, tendo como alternativa unidades hoteleiras e infra-estruturas públicas como, as escolas e pavilhões desportivos (ver lista de meios).</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	MOVIMENTOS DE MASSA	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO (apenas associado à activação do PMEPCO)				<p>§ A decisão de se evacuar uma zona do concelho devido a nevões deverá ser tomada em sede de CMPC.</p> <p>§ As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confecção das refeições a disponibilizar à população afectada.</p> <p>§ Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente Plano (Secção III da Parte IV). A informação recolhida deverá ser imediatamente enviada ao SDT (ver Parte III).</p>
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE ACTIVAÇÃO DE MEIOS ADICIONAIS DE MORTUÁRIA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Avaliar no terreno, face ao número potencial de vítimas mortais, a necessidade de se transportar os cadáveres para um dos locais temporários de reunião de mortos previstos na Parte III do Plano, como pavilhões ou áreas refrigeradas.</p> <p>§ Esta acção é da responsabilidade do Ministério Público.</p> <p>§ Seguir os procedimentos de mortuária definidos na Parte III.</p>		<p>§ O tipo de evento em questão não apresenta potencial para gerar um número de mortos elevado o suficiente para esgotar a capacidade de recepção de mortos das casas mortuárias do concelho.</p>	
GARANTIR A CONSTITUIÇÃO DE PERÍMETROS DE SEGURANÇA	<p>§ Garantir que os diferentes sectores do(s) teatro(s) de operações se encontram definidos e que as Zonas de Sinistro e de apoio se encontram vedadas (o controlo do acesso aos sectores do teatro de operações será da responsabilidade das forças de segurança do concelho, isto é, da GNR).</p>		Não se aplica	

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	MOVIMENTOS DE MASSA	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
GARANTIR O CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO NOS ITINERÁRIOS DE EMERGÊNCIA (apenas associado à activação do PMEPCO)	§ Garantir que os diferentes sectores do(s) teatro(s) de operações se encontram definidos e que as Zonas de Sinistro e de apoio se encontram vedadas (o controlo do acesso aos sectores do teatro de operações será da responsabilidade das forças de segurança do concelho).		Não se aplica	§ As forças de segurança deverão condicionar a circulação de viaturas nas vias fortemente afectadas pela queda de neve.
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA (apenas associado à activação do PMEPCO)	§ Evitar pilhagens fazendo circular também pelas zonas menos afectadas forças de segurança pública e/ou elementos de serviços de segurança públicos ou privadas ou mesmo elementos do SMPC (as zonas mais afectadas terão já elementos das forças de segurança). § Para além das zonas residenciais mais isoladas, ter também como um dos alvos privilegiados de acções de vigilância as zonas comerciais.		Não se aplica	§ As forças de segurança deverão promover a calma nas populações isoladas e nos automobilistas retidos em vias de circulação. As forças de segurança poderão apoiar-se nesta tarefa no BVO e no SMPC.
GARANTIR A EFICIÊNCIA DAS ACÇÕES DE AUXÍLIO MÉDICO (apenas associado à activação do PMEPCO)	§ Em função do cenário verificado nos diversos locais afectados, o INEM e a Autoridade de Saúde do município deverão determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades. § Caso a magnitude do evento assim o exija (elevada probabilidade de feridos ligeiros e/ou deslocados) deverá ser constituído na proximidade da zona afectada um posto médico avançado (coordenado pelo INEM). Este terá por finalidade receber a população atingida, fazer a triagem das suas necessidades (médicas, agasalhos, alimentação, etc.) e encaminhá-la para os locais mais adequados (hospitais, centros de saúde ou centros de acolhimento de deslocados). § A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a actividade médica como alimentos, agasalhos, viaturas de transporte, etc.		§ O SMPC, em articulação com a Autoridade de Saúde do município, deverá avaliar a necessidade de acompanhamento especial nos locais mais críticos, como lares de terceira idade ou casas isoladas habitadas por idosos ou indivíduos com dificuldades de deslocação. § Deverá ponderar-se recorrer ao auxílio das IPSS presentes no concelho.	

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	MOVIMENTOS DE MASSA	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
GARANTIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO AFECTADA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Caberá à CMO (SMPC), em articulação com a Autoridade de Saúde do município, fazer chegar à população afectada (quer a que se encontra nas zonas afectadas, quer a que se encontra nas Zonas de Concentração Local, isto é, em centros de acolhimento) bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos.</p>		<p>§ Caberá ao SMPC coordenar-se com a Autoridade de Saúde do município de modo a disponibilizar pela população mais sensível, presente no(s) local(is) de acolhimento, bens de primeira necessidade e medicamentos.</p>	<p>§ Caberá ao SMPC coordenar-se com a Autoridade de Saúde do município de modo a fazer chegar à população afectada (quer a que se encontra nas zonas afectadas, quer a que se encontra nos centros de acolhimento) bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos.</p>
INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO	<p>§ O SDT deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente, preparar comunicados aos órgãos de comunicação social, preparar informação relativa aos cuidados a serem adoptados pela população e disponibilizar informação relativamente ao estado e localização de feridos e deslocados (ver Parte III e modelos de comunicados do Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da Câmara Municipal).</p>		<p>§ O SDT deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente, preparar comunicados aos órgãos de comunicação social e preparar informação relativa aos cuidados a serem adoptados pela população e disponibilizar informação relativamente ao estado e localização da população deslocada (ver Parte III; Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da Câmara Municipal).</p>	
INSPECCIONAR ZONAS IDENTIFICADAS COMO DE MAIOR RISCO	<p>§ Assim que seja possível (ou seja, exista disponibilidade de meios), deverá fazer-se deslocar um elemento do SMPC para os locais previamente identificados como sendo de maior risco, de modo a melhorar a percepção da extensão territorial do concelho que foi afectada pelo evento.</p> <p>§ Identificar e alertar os elementos que compõem a CMPC para a existência de vias de circulação afectadas por escombros ou rupturas em condutas de água.</p>		<p>§ Acompanhar o evoluir da situação nos lares de terceira idade e nas zonas contendo maior concentração de população idosa e/ou doentes acamados.</p>	<p>§ Acompanhar o evoluir da situação nas zonas afectadas pela queda de neve (zonas com acesso condicionado e/ou com falhas no abastecimento de água à população e áreas com animais).</p> <p>§ Caso se preveja o agravamento da situação, verificar se para além das zonas afectadas existem outras que mereçam especial atenção (zonas ainda não afectadas mas que poderão vir a sê-lo nas próximas horas)</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	MOVIMENTOS DE MASSA	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
ANALISAR ESTRAGOS NAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	<p>§ Após se ter avaliado as zonas que sofreram danos, e assim que se encontrarem meios disponíveis na Câmara Municipal, fazer circular pelo concelho elementos tendo em vista identificar zonas onde se verificaram danos em edificações, queda de postes de energia, iluminação e telecomunicações, árvores, painéis publicitários, etc.</p> <p>§ Avaliar a extensão das zonas onde o abastecimento de electricidade e a rede telefónica se encontram condicionados.</p> <p>§ Contactar as entidades responsáveis pela manutenção das redes viária e de abastecimento de electricidade e pelas comunicações, nomeadamente, Estradas de Portugal, EDP, Operadoras de telecomunicações, etc. (consultar lista de contactos).</p> <p>§ Activar equipas da DOSU e entidades privadas de apoio, de modo a se proceder ao corte de árvores caídas e desobstruções na rede viária.</p>	<p>§ Após terem sido avaliadas as zonas que sofreram danos, e assim que se encontrarem meios disponíveis na Câmara Municipal, fazer circular pelo concelho elementos tendo em vista identificar zonas onde se verificaram danos em edificações, obstruções da rede viária e/ou danos em postes de energia, iluminação e telecomunicações, etc.</p> <p>§ Avaliar a extensão das zonas onde o abastecimento de electricidade e a rede telefónica e, eventualmente, o funcionamento da rede de saneamento básico se encontram condicionados.</p> <p>§ Contactar as entidades responsáveis pela manutenção das redes de abastecimento de electricidade, telecomunicações, distribuição de água e rede de esgotos, nomeadamente EDP, Operadoras de telecomunicações, Águas do Centro, etc. (consultar lista de contactos).</p> <p>§ Activar equipas da DOSU e entidades privadas de apoio, de modo a se proceder à estabilização de infra-estruturas e desobstrução de vias.</p>	Não se aplica	<p>§ Após avaliadas as zonas que foram mais afectadas pela queda de neve e operacionalizados os meios de resposta, deverá fazer-se deslocar para o terreno elementos dos serviços técnicos da Câmara Municipal tendo em vista identificar os locais onde ocorreram rupturas em condutas de água.</p> <p>§ Avaliar extensão das zonas onde o abastecimento de água, electricidade e a rede telefónica se encontram condicionados.</p> <p>§ Contactar as entidades responsáveis pela manutenção das redes viárias, de abastecimento de água, electricidade e comunicações, nomeadamente Estradas de Portugal, DOSU, EDP, Operadoras de telecomunicações, Águas do Centro (consultar lista de contactos).</p>
ACTIVAÇÃO DE BOLSA DE VOLUNTARIADO	§ Avaliar a necessidade de activar bolsa de voluntariado de modo a se apoiarem as diferentes acções de emergência (recepção de dádivas, distribuição de bens e serviços de estafeta, etc.).			

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	MOVIMENTOS DE MASSA	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
DESACTIVAÇÃO DO PMEPCO OU DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<p>§ Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares, o regresso da população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, a estabilização primária de infra-estruturas em risco de derrocada ou o seu isolamento, caberá à CMPC desactivar o PMEPCO.</p> <p>§ A desactivação do PMEPCO deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua acção de acordo com as necessidades indicadas pelo(s) COS.</p> <p>§ Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ A desactivação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas da DOSU e do SDT.</p>		<p>§ Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá a diminuição (ou o aumento) das temperaturas e o regresso da população às suas residências, caberá à CMPC desactivar o PMEPCO.</p> <p>§ A desactivação do PMEPCO deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (o SMPC deverá ficar em estado de prevenção de modo a avaliar a necessidade de se apoiar a população em perigo).</p> <p>§ Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ A desactivação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas da DOSU e do SDT.</p>	<p>§ Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o regresso da eventual população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, o regresso de animais para o seu local de origem, o controlo de rupturas em condutas de água e o restabelecimento da circulação viária nas principais vias de acesso, caberá à CMPC desactivar o PMEPCO.</p> <p>§ A desactivação do PMEPCO deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua acção de acordo com as necessidades indicadas pelos agentes de protecção civil que ainda se encontrem no terreno).</p> <p>§ Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ A desactivação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas da DOSU e do SDT.</p>

11.2 Procedimentos a seguir na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe associado a riscos humanos

Tabela 60. Incêndios urbanos, acidentes industriais, acidentes em infra-estruturas hidráulicas e colapso/estragos avultados em edifícios

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS			
	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES INDUSTRIAIS	ACIDENTES EM INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS	COLAPSO/ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO	<p>§ Após a ocorrência de um incêndio urbano o presidente da Câmara Municipal deverá avaliar a necessidade de declarar a situação de alerta de âmbito municipal (ver ponto 7.2 da Parte I do presente Plano).</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a activação em regime de prevenção de equipas da DOSU (maquinaria de obras públicas e limpeza) e do SDT.</p> <p>§ Caso a gravidade da situação assim o exija, caberá à CMPC activar o PMEPCO.</p>	<p>§ Após a ocorrência de um acidente industrial, o presidente da Câmara Municipal deverá avaliar a necessidade de declarar a situação de alerta de âmbito municipal (ver ponto 7.2 da Parte I).</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a activação em regime de prevenção de equipas dos BVO, da DOSU (maquinaria de obras públicas e limpeza), e do SDT.</p> <p>§ Caso a gravidade da situação assim o exija, caberá à CMPC activar o PMEPCO.</p>	<p>§ Caso se preveja a possibilidade de ocorrência de cheias provocadas por diques e represas, ou se constate já a sua ocorrência, o presidente da Câmara Municipal deverá declarar, consoante o grau de gravidade previsto ou verificado do evento (ver ponto 7.2 da Parte I), a situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a activação em regime de prevenção de equipas dos BVO da DOSU, e (maquinaria de obras públicas e limpeza e com motobombas ou bombas eléctricas) e do SDT.</p> <p>§ Caso a gravidade da situação assim o exija, caberá à CMPC activar o PMEPCO.</p>	<p>§ Nas situações em que se tenha registado estragos avultados em edifícios (por exemplo devido a uma explosão com origem numa fuga de gás) ou à sua derrocada parcial ou total, o Presidente da Câmara Municipal deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal, de acordo com o grau de gravidade estimado ou verificado (ver ponto 7.2 da Parte I).</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a activação em regime de prevenção de equipas dos BVO da DOSU (maquinaria de obras públicas e limpeza), e do SDT.</p> <p>§ Caso a gravidade da situação assim o exija, caberá à CMPC activar o PMEPCO.</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS			
	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES INDUSTRIAIS	ACIDENTES EM INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS	COLAPSO/ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO	<p>§ A activação do PMEPCO por parte da CMPC compreenderá, para além do previsto para as situações de alerta de âmbito municipal, a passagem para o estado de prontidão (permanente) de equipas dos BVO, da DOSU (maquinaria de obras públicas e limpeza) e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal).</p> <p>§ A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de Castelo Branco de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação actualizada da situação.</p>			
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS ENTIDADES DE PROTECÇÃO CIVIL DO CONCELHO E INFORMAÇÃO DE QUE O PRESIDENTE DA CÂMARA DECLAROU A SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL OU QUE SOLICITA A ACTIVAÇÃO DO PMEPCO	<p>§ Após a activação imediata de equipas em estado de prontidão, o Presidente da CMO deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC.</p> <p>§ Ao contactar as entidades que compõem a CMPC deverá ainda averiguar-se se a sua capacidade operacional foi ou não comprometida pelo evento e se sim, em que medida.</p> <p>§ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações.</p>	<p>§ Após a activação imediata de equipas em estado de prontidão, o Presidente da CMO deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC.</p> <p>§ Dada a localização das indústrias, não serão de esperar danos nas entidades que compõem a CMPC, pelo que o contacto a estabelecer com as mesmas terá por finalidade apenas indicar que o Presidente da Câmara Municipal declarou a situação de alerta de âmbito municipal ou que o mesmo propõe a activação do PMEPCO, o que levará a uma reunião extraordinária da CMPC (em ambos os casos).</p> <p>§ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações.</p>	<p>§ Após a activação imediata de equipas em estado de prontidão, o Presidente da CMO deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC.</p> <p>§ Ao contactar as entidades que compõem a CMPC deverá ainda averiguar-se se a sua capacidade operacional foi ou não comprometida pelo evento e se sim, em que medida.</p> <p>§ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações.</p>	

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS			
	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES INDUSTRIAIS	ACIDENTES EM INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS	COLAPSO/ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS
GARANTIR ARTICULAÇÃO COM O NÍVEL DISTRITAL	§ Entrar e permanecer em contacto com o CDOS recorrendo aos meios de comunicação disponíveis no local de reunião da CMPC (ver Ponto 3 da Parte III).			
ALERTAR ENTIDADES DE APOIO	§ Alertar entidades que poderão prestar apoio nas acções de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de contactos). As principais entidades a alertar são: LNEC, Instituto Nacional de Medicina Legal, IPSS do concelho e rádios locais.	§ Alertar entidades que poderão prestar apoio nas acções de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de contactos). As principais entidades a alertar são: LNEC, Instituto Nacional de Medicina Legal, IPSS do concelho e rádios locais.	§ Alertar entidades que poderão prestar apoio nas acções de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de contactos). As principais entidades a alertar são: APA, CCDR, LNEC, Instituto Nacional de Medicina Legal, IPSS do concelho,, instituições e/ou empresas responsáveis por transportes e comunicações, rádios locais, Escuteiros.	§ Alertar entidades que poderão prestar apoio nas acções de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de contactos). As principais entidades a alertar são: LNEC, Instituto Nacional de Medicina Legal, IPSS do concelho e rádios locais.
AVALIAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍTIMAS E/OU DANOS MATERIAIS E AMBIENTAIS	§ Contactar as forças presentes no terreno e fazer uma avaliação preliminar da existência de feridos ou mortos, a extensão dos danos sofridos pelas infra-estruturas, animais afectados e danos no meio ambiente.			
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE MEIOS MATERIAIS E HUMANOS	§ Após efectuada a avaliação preliminar dos danos materiais e humanos nas zonas de maior impacto, avaliar conjuntamente com o(s) Comandante(s) das Operações de Socorro a necessidade de se activarem meios adicionais a serem estacionados na Zona de Apoio do teatro de operações. Ponderar, juntamente com o COS e COM, o envio de meios materiais e humanos para a Zona de Concentração de Reserva do teatro de operações (meios não necessários no momento mas que se preveja alguma probabilidade de poderem vir a ser úteis, i.e., pré-posicionamento de meios). Consultar listagem de meios e recursos.			

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS			
	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES INDUSTRIAIS	ACIDENTES EM INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS	COLAPSO/ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ O COM deverá deslocar-se ao(s) local(is) afectado(s) de modo a avaliar a necessidade de proceder à evacuação do(s) mesmo(s).</p> <p>§ Cabe ao(s) COS indicar ao COM a necessidade de se proceder à evacuação da zona sob sua responsabilidade, despoltando o COM posteriormente os necessários procedimentos em coordenação com a CMPC.</p> <p>§ Na Parte III do presente Plano indica-se a metodologia de evacuação prevista para o concelho (incluindo tipos de locais a recorrer para acolhimento das populações).</p> <p>§ Decidir qual o centro de acolhimento a activar, tendo como alternativa unidades hoteleiras e infra-estruturas públicas como as escolas e pavilhões desportivos indicados no Ponto 1.</p> <p>§ As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confecção das refeições a distribuir pelos desalojados.</p> <p>§ Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente plano (consultar Parte III).</p> <p>§ A informação recolhida deverá ser imediatamente disponibilizada ao SDT (consultar Parte III).</p>			
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE ACTIVAÇÃO DE MEIOS ADICIONAIS DE MORTUÁRIA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Averiguar no terreno a necessidade de transportar as vítimas mortais para um dos locais temporários de reunião de mortos previstos na Parte III do Plano (isto caso se preveja que será esgotada a capacidade das morgues dos hospitais e das casas mortuárias dos cemitérios e agências funerárias)..</p> <p>§ Esta acção é da responsabilidade do Ministério Público.</p> <p>§ Seguir os procedimentos previstos na Parte III.</p>			
GARANTIR A CONSTITUIÇÃO DE PERÍMETROS DE SEGURANÇA	<p>§ Garantir que os diferentes sectores do(s) teatro(s) de operações se encontram definidos e que as Zonas de Sinistro e de apoio se encontram vedadas (o controlo do acesso aos sectores do teatro de operações será da responsabilidade das forças de segurança do concelho).</p>			

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS			
	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES INDUSTRIAIS	ACIDENTES EM INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS	COLAPSO/ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS
GARANTIR O CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO NOS ITINERÁRIOS DE EMERGÊNCIA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Garantir que os itinerários de emergência definidos se encontram desobstruídos de trânsito.</p> <p>§ O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho.</p> <p>§ Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se accionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.).</p>	<p>§ Avaliar a necessidade de se condicionar a circulação nas principais vias acessos ao local do sinistro.</p> <p>§ O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho.</p> <p>§ Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se accionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.).</p>	<p>§ Garantir que os itinerários de emergência definidos se encontram desobstruídos de trânsito.</p> <p>§ O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho.</p> <p>§ Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se accionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.).</p>	
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Garantir que o normal patrulhamento do concelho pelas forças de segurança não é comprometido.</p>		<p>§ Evitar pilhagens fazendo circular também pelas zonas menos afectadas forças de segurança pública e/ou elementos de serviços de segurança públicos ou privadas ou mesmo elementos do SMPC (as zonas mais afectadas terão já elementos das forças de segurança).</p> <p>§ Para além das zonas residenciais mais isoladas ter também como um dos alvos privilegiados de acções de vigilância as zonas comerciais.</p>	<p>§ Garantir que o normal patrulhamento do concelho pelas forças de segurança não é comprometido.</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS			
	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES INDUSTRIAIS	ACIDENTES EM INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS	COLAPSO/ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS
GARANTIR A EFICIÊNCIA DAS ACÇÕES DE AUXÍLIO MÉDICO (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Em função do cenário verificado nos diversos locais afectados, o INEM e a Autoridade de Saúde do município deverão determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades.</p>	<p>§ Em função do cenário verificado nos diversos locais afectados, o INEM e a Autoridade de Saúde do município deverão determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades.</p>	<p>§ Em função do cenário verificado nos diversos locais afectados, o INEM e a Autoridade de Saúde do município deverão determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades.</p>	<p>§ Em função do cenário verificado nos diversos locais afectados, o INEM e a Autoridade de Saúde do município deverão determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades.</p>
	<p>§ Caso a magnitude do evento assim o exija (elevada probabilidade de feridos ligeiros e/ou deslocados) deverá ser constituído na proximidade da zona afectada um posto médico avançado (coordenado pelo INEM). Este terá por finalidade receber a população atingida, fazer a triagem das suas necessidades (médicas, agasalhos, alimentação, etc.) e encaminhá-la para os locais mais adequados (hospitais, centros de saúde ou centros de acolhimento de deslocados).</p>	<p>§ A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM para requerer todos os meios necessários para a sua actividade, bem como auxiliar no aviso às populações residentes na proximidade do local afectado (informação presencial porta-a-porta ou utilização de viaturas possuindo megafone).</p>	<p>§ Caso a magnitude do evento assim o exija (elevada probabilidade de feridos ligeiros e/ou deslocados) deverá ser constituído na proximidade da zona afectada um posto médico avançado (coordenado pelo INEM). Este terá por finalidade receber a população atingida, fazer a triagem das suas necessidades (médicas, agasalhos, alimentação, etc.) e encaminhá-la para os locais mais adequados (hospitais, centros de saúde ou centros de acolhimento de deslocados).</p>	<p>§ A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a actividade médica como alimentos, agasalhos, viaturas de transporte, etc.</p>
	<p>§ A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a actividade médica como alimentos, agasalhos, viaturas de transporte, etc.</p>		<p>§ A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a actividade médica como alimentos, agasalhos, viaturas de transporte, etc.</p>	

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS			
	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES INDUSTRIAIS	ACIDENTES EM INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS	COLAPSO/ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS
GARANTIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO AFECTADA (apenas associado à activação do PMEPCO)	§ Caberá à CMO (SMPC), em articulação com a Autoridade de Saúde do município, fazer chegar à população afectada (quer a que se encontra nas zonas afectadas, quer a que se encontra nas Zonas de Concentração Local, isto é, em centros de acolhimento) bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos.			
INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO	§ O SDT deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente, preparar comunicados aos órgãos de comunicação social, preparar informação relativa aos cuidados a serem adoptados pela população e disponibilizar informação relativamente ao estado e localização de feridos e deslocados (ver Parte III e modelos de comunicados do Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da Câmara Municipal).			
INSPECCIONAR ZONAS IDENTIFICADAS COMO DE MAIOR RISCO	§ A natureza muito localizada deste tipo de evento não obriga a que se percorram outras áreas do concelho para avaliar eventuais estragos.		§ Caso se preveja o agravamento da situação, verificar se para além das zonas afectadas existem outras que mereçam especial atenção (zonas ainda não afectadas mas que poderão vir a sê-lo nas próximas horas).	§ A natureza muito localizada deste tipo de evento não obriga a que se percorram outras áreas do concelho para avaliar eventuais estragos.
ANALISAR ESTRAGOS NAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	§ Avaliadas as zonas que sofreram danos fazer deslocar elementos da CMO para o terreno tendo em vista identificar locais onde se verificaram estragos em postes de electricidade, de iluminação, telecomunicações, etc. § Contactar as entidades responsáveis pela manutenção das redes de electricidade e comunicações, nomeadamente, EDP, Operadoras de telecomunicações, etc. (consultar lista de contactos presente no Ponto 1 do Plano).		§ Assim que o nível das águas se encontre regularizado a Câmara Municipal deverá fazer deslocar elementos para as zonas afectadas de modo a avaliar a extensão dos danos causados pelas cheias.	§ Avaliadas as zonas que sofreram danos a CMO devera fazer deslocar elementos para o terreno tendo em vista identificar locais onde se verificaram estragos em postes de electricidade, iluminação, telecomunicações e na rede de abastecimento de água, saneamento básico.

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS			
	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES INDUSTRIAIS	ACIDENTES EM INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS	COLAPSO/ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS
ANALISAR ESTRAGOS NAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS			§ Contactar as entidades responsáveis pela manutenção das redes de abastecimento de água, saneamento básico, electricidade e comunicações, caso estas tenham sido afectadas (EDP, Operadoras de telecomunicações, Águas do Centro, etc.; consultar lista de contactos presente no Ponto 1 do Plano).	§ Contactar as entidades responsáveis pela manutenção das redes de electricidade, comunicações, abastecimento de água, gás e saneamento básico, nomeadamente, EDP, Operadoras de telecomunicações, Águas do Centro, etc. (consultar lista de contactos presente no Ponto 1 do Plano).
ACTIVAÇÃO DE BOLSA DE VOLUNTARIADO	§ Avaliar a necessidade de activar bolsa de voluntariado de modo a se apoiarem as diferentes acções de emergência (recepção de dádvas, distribuição de bens e serviços de estafeta, etc.).			
DESACTIVAÇÃO DO PMEPCO OU SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<p>§ Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares, o regresso da população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, o controlo de rupturas em condutas de água, a estabilização primária de infra-estruturas em risco de derrocada ou o seu isolamento, caberá à CMPC desactivar o PMEPCO.</p> <p>§ A desactivação do PMEPCO deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua acção de acordo com as necessidades indicadas pelo COS).</p> <p>§ Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ A desactivação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas da DOSU e do SDT.</p>			

Tabela 61. Acidentes viários ou aéreos e transporte de mercadorias perigosas

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS	
	ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO	<p>§ A ocorrência de acidentes viários ou aéreos podem encontrar-se associados a determinadas condições meteorológicas, pelo que a declaração da situação de alerta de âmbito municipal pode ser efectuada mesmo antes de se terem verificado acidentes.</p> <p>§ Caso tenha ocorrido um acidente aéreo deverá imediatamente avisar-se o CDOS o qual informará por sua vez o CNOS. Caberá ao CNOS coordenar as acções de todas as entidades necessárias às acções de intervenção e articular-se com o Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Aéreo.</p> <p>§ Dependendo da gravidade prevista ou verificada da ocorrência caberá ao Presidente da Câmara Municipal declarar a situação de alerta de âmbito municipal (o que obriga à reunião da CMPC).</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a activação em regime de prevenção de equipas da DOSU (maquinaria de obras públicas e limpeza), o mesmo devendo acontecer com a GNR e BVO. A situação de alerta de âmbito municipal deverá ainda levar à activação do SDT (ver Parte III).</p> <p>§ Caso a gravidade da ocorrência assim o justifique, caberá à CMPC activar o PMEPCO (ver Ponto 7.2 da Parte I do Plano).</p> <p>§ Adicionalmente, a activação do PMEPCO compreenderá a passagem para o estado de prontidão (permanente) de equipas da DOSU e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal).</p> <p>§ A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de Castelo Branco de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação actualizada da situação.</p>	<p>§ Assim como acontece com acidentes viários, aéreos, também os acidentes envolvendo o transporte de mercadorias perigosas poderá encontra-se associado a condições meteorológicas adversas, as quais, dado o potencial que apresentam para originar acidentes graves ou catástrofes, justificarão à partida um maior nível de prontidão por parte das entidades integrantes do SIOPS.</p> <p>§ Caso tenha ocorrido no concelho um acidente envolvendo o transporte de substâncias perigosas, o Presidente da Câmara Municipal deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal (o que obriga à reunião da CMPC).</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a activação em regime de prevenção de equipas da DOSU (maquinaria de obras públicas e limpeza), o mesmo devendo acontecer com a GNR e BVO. A situação de alerta de âmbito municipal deverá ainda levar à activação do SDT (ver Parte III).</p> <p>§ Caso os danos gerados ou previstos assim o justifiquem (ver Ponto 7 da Parte I), o presidente deverá accionar reunião extraordinária da CMPC de modo a se activar o PMEPCO.</p> <p>§ Adicionalmente, a activação do PMEPCO por parte da CMPC compreenderá a passagem para o estado de prontidão (permanente) de equipas da DOSU e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal).</p> <p>§ A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de Castelo Branco de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação actualizada da situação.</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS	
	ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS ENTIDADES DE PROTECÇÃO CIVIL DO CONCELHO E INFORMAÇÃO DE QUE O PRESIDENTE DA CMO DECLAROU A SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL OU QUE SOLICITA A ACTIVAÇÃO DO PMEPCO	<p>§ Este tipo de evento não deverá afectar a capacidade operacional das entidades com responsabilidades na área da protecção civil, pelo que o contacto que a Câmara Municipal estabelecerá com as mesmas será apenas para indicar a reunião extraordinária da CMPC devido ao Presidente da Câmara Municipal ter declarado a situação de alerta de âmbito municipal ou mesmo solicitar a activação do PMEPCO.</p> <p>§ Nos casos em que o acidente tenha justificado a declaração de situação de alerta de âmbito municipal ou a activação do PMEPC, a CMPC deverá reunir e avaliar qual a melhor estratégia a seguir para mitigar o efeito do acidente, nomeadamente ao nível dos cuidados de saúde e meios materiais.</p> <p>§ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações.</p>	
GARANTIR ARTICULAÇÃO COM O NÍVEL DISTRITAL	<p>§ Entrar e permanecer em contacto com o CDOS recorrendo aos meios de comunicação disponíveis no local de reunião da CMPC (ver Ponto 3 da Parte III).</p>	
ALERTAR ENTIDADES DE APOIO	<p>§ Alertar entidades que poderão prestar apoio nas acções de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de contactos presente no Ponto 1 do Plano). As principais entidades a alertar são: Estradas de Portugal, Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto Nacional de Medicina Legal, empresas proprietárias de gruas e rádios regionais e locais (o Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Aéreo será contactado pelo CNOS).</p>	
AVALIAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍTIMAS E/OU DANOS MATERIAIS E AMBIENTAIS	<p>§ Contactar o COS e fazer uma avaliação preliminar da existência de feridos ou mortos, a extensão dos danos sofridos pelas infra-estruturas, animais afectados e danos no meio ambiente.</p>	
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE MEIOS MATERIAIS E HUMANOS	<p>§ Após efectuada a avaliação preliminar dos danos materiais e humanos nas zonas de maior impacto, avaliar conjuntamente com o(s) Comandante(s) das Operações de Socorro a necessidade de se activarem meios adicionais a serem estacionados na Zona de Apoio do teatro de operações.</p> <p>§ Ponderar juntamente com o COM e COS o envio de meios materiais e humanos para a Zona de Concentração de Reserva do teatro de operações (meios não necessários no momento mas que se preveja alguma probabilidade de poderem vir a ser úteis, i.e., pré-posicionamento de meios). Consultar listagem de meios e recursos.</p>	

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS	
	ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Cabe ao(s) COS indicar ao COM a necessidade de se proceder à evacuação da zona sob sua responsabilidade, despoltando o COM, posteriormente, os necessários procedimentos em coordenação com a CMPC.</p> <p>§ Na Parte III do presente Plano indica-se a metodologia de evacuação prevista para o concelho (incluindo tipos de locais a recorrer para acolhimento das populações).</p> <p>§ Decidir qual o centro de acolhimento a activar, tendo como alternativa unidades hoteleiras e infra-estruturas públicas como as escolas e pavilhões desportivos indicados no Ponto 1.</p> <p>§ As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confecção das refeições a distribuir pelos desalojados.</p> <p>§ Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente plano (consultar Parte III).</p> <p>§ A informação recolhida deverá ser imediatamente disponibilizada ao SDT (consultar Parte III).</p>	
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE ACTIVAÇÃO DE MEIOS ADICIONAIS DE MORTUÁRIA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Averiguar no terreno a necessidade de transportar as vítimas mortais para um dos locais temporários de reunião de mortos previstos na Parte III do Plano (isto caso se preveja que será esgotada a capacidade das morgues e casas mortuárias dos hospitais, cemitérios e agências funerárias).</p> <p>§ Esta acção é da responsabilidade do Ministério Público.</p> <p>§ Seguir os procedimentos de mortuaria definidos na Parte III.</p>	
GARANTIR A CONSTITUIÇÃO DE PERÍMETROS DE SEGURANÇA	Garantir que os diferentes sectores do(s) teatro(s) de operações se encontram definidos e que as Zonas de Sinistro e de apoio se encontram vedadas (o controlo do acesso aos sectores do teatro de operações será da responsabilidade das forças de segurança do concelho).	
GARANTIR O CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO NOS ITINERÁRIOS DE EMERGÊNCIA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Avaliar a necessidade de se condicionar a circulação nos itinerários definidos como sendo de emergência.</p> <p>§ Garantir que os itinerários de emergência definidos se encontram desobstruídos de trânsito.</p> <p>§ O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho.</p> <p>§ Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se accionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.).</p>	

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS	
	ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Garantir que o normal patrulhamento do concelho pelas forças de segurança não é comprometido.</p> <p>§ Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se accionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.).</p>	
GARANTIR A EFICIÊNCIA DAS ACÇÕES DE AUXÍLIO MÉDICO (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Em função do cenário verificado nos locais afectados, o INEM e a Autoridade de Saúde do município deverão determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades.</p> <p>§ Caso a magnitude do evento assim o exija (elevada probabilidade de feridos ligeiros e/ou deslocados) deverá ser constituído na proximidade da zona afectada um posto médico avançado (coordenado pelo INEM). Este terá por finalidade receber a população atingida, fazer a triagem das suas necessidades (médicas, agasalhos, alimentação, etc.) e encaminhá-la para os locais mais adequados (hospitais, centros de saúde ou centros de acolhimento de deslocados).</p> <p>§ A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a actividade médica como alimentos, agasalhos, viaturas de transporte, etc.</p> <p>§ Caberá à CMO (SMPC), em articulação com a Autoridade de Saúde do município, fazer chegar à população afectada (quer a que se encontra nas zonas afectadas, quer a que se encontra nas Zonas de Concentração Local, isto é, em centros de acolhimento) bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos.</p>	
INFORMAÇÃO A POPULAÇÃO	<p>§ O SDT deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente, preparar comunicados aos órgãos de comunicação social, preparar informação relativa aos cuidados a serem adoptados pela população e disponibilizar informação relativamente ao estado e localização de feridos e deslocados (ver Parte III e modelos de comunicados do Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da Câmara Municipal).</p>	
INSPECCIONAR ZONAS IDENTIFICADAS COMO DE MAIOR RISCO	<p>§ A natureza muito localizada deste tipo de evento não obriga a que se percorram outras áreas do concelho para avaliar eventuais estragos</p>	
ANALISAR ESTRAGOS NAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	<p>§ Após avaliadas as zonas que sofreram danos a CMO deverá fazer deslocar elementos para o terreno tendo em vista identificar locais onde se verificaram estragos em vias de circulação, postes de electricidade, de iluminação, telecomunicações, etc.</p> <p>§ Contactar as entidades responsáveis pela manutenção das redes viárias, de electricidade e comunicações, nomeadamente, Estradas de Portugal, EDP e Operadoras de telecomunicações (consultar lista de contactos presente no Ponto 1 do Plano).</p>	
ACTIVAÇÃO DE BOLSA DE VOLUNTARIADO	<p>§ Avaliar a necessidade de activar bolsa de voluntariado de modo a se apoiarem as diferentes acções de emergência (recepção de dádivas, distribuição de bens e serviços de estafeta, etc.).</p>	

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS	
	ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS
DESACTIVAÇÃO DO PMEPCO OU DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<p>§ Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares, o regresso da população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, o controlo de rupturas em condutas de água, a estabilização primária de infra-estruturas em risco de derrocada ou o seu isolamento e o restabelecimento da circulação viária, caberá à CMPC desactivar o PMEPCO.</p> <p>§ A desactivação do PMEPCO deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua acção de acordo com as necessidades indicadas pelo COS).</p> <p>§ Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ A desactivação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas da da DOSU e do SDT.</p>	<p>§ Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares, o regresso da população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, a contenção da progressão da substância perigosa, o isolamento das zonas afectadas e o restabelecimento da circulação viária, caberá à CMPC desactivar o PMEPCO.</p> <p>§ A desactivação do PMEPCO deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua acção de acordo com as necessidades indicadas pelo COS).</p> <p>§ Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ A desactivação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas da DOSU e do SDT.</p>

Tabela 62. Concentrações humanas, terrorismo e contaminação da rede pública de abastecimento de água

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS		
	CONCENTRAÇÕES HUMANAS	TERRORISMO ¹³	CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO	<p>§ Caso determinado evento, que reúna um grande número de pessoas, possua potencial para gerar um elevado número de feridos e até mesmo deslocados, o Presidente da Câmara Municipal deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal (ver ponto 7.2 da Parte I do presente Plano).</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a colocação em regime de prevenção dos BVO, do SMPC e do SDT.</p> <p>§ Não é de esperar que os eventos que ocorrem no concelho possam gerar desastros graves o suficiente para gerar o tipo de resposta associado à activação do PMEPCO por parte da CMPC.</p> <p>§ A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de Castelo Branco de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação actualizada da situação.</p>	<p>§ Os actos terroristas são de muito difícil previsão, pelo que se considera que, a acontecer, deverá originar de imediato a activação do PMEPCO por parte da CMPC.</p> <p>§ A activação do PMEPCO por parte da CMPC compreende, ao nível da estrutura municipal, a imediata activação de equipas da DOSU (maquinaria de obras públicas e limpeza) as quais deverão encontrar-se permanentemente em estado de prontidão para imediata intervenção caso venha a ser considerado necessário, o mesmo acontecendo com a GNR e BVO. Em paralelo deverá encontrar-se em estado de prontidão o SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal) e o SDT.</p> <p>§ A <u>Lei de Segurança Interna</u> (Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto) prevê que, em caso de ataques terroristas, a intervenção conjunta e combinada de diferentes forças e serviços de segurança e, eventualmente, do SIOPS, se encontram na dependência operacional do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.</p>	<p>§ Nas situações em que se tenha registado contaminação na rede hidrográfica ou da água de abastecimento público (por exemplo devido a uma descarga ou a degradação associada a situação de seca) o Presidente da Câmara deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal (isto é, não se prevê que este tipo de risco possa ter um impacto tal que justifique um nível de intervenção compatível com a activação do PMEPCO; ver ponto 7.2 da Parte I do presente plano).</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a activação em regime de prevenção de equipas dos BVO da DOSU, do SDT e das Águas do Centro.</p> <p>§ A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de Castelo Branco de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação actualizada da situação.</p>

¹³ O sistema municipal de protecção civil previsto no PMEPC? coloca-se à disposição do comando operacional (definido no artigo 19.º da Lei de Segurança Interna). Importa também salientar que uma vez que o PMEPC? se encontra de acordo com o estabelecido no SIOPS e na Directiva Operacional Nacional n.º 1/2010 (DON1) não conflitará com o determinado na Lei de Segurança Interna.

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS		
	CONCENTRAÇÕES HUMANAS	TERRORISMO ¹³	CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO		<p>§ O Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna tem poderes de planeamento e atribuição de missões ou tarefas que requeiram a intervenção conjugada de diferentes forças e serviços de segurança e de controlo da respectiva execução, de acordo com o Plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e dos serviços de segurança.</p> <p>§ A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de Castelo Branco de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação actualizada da situação.</p>	
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS ENTIDADES DE PROTECÇÃO CIVIL DO CONCELHO E INFORMAÇÃO DE QUE O PRESIDENTE DA CÂMARA DECLAROU A SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL OU QUE SOLICITA A ACTIVAÇÃO DO PMEPCO	<p>§ Após a activação imediata de equipas em estado de prevenção, o Presidente da CMO deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC.</p> <p>§ Dada à natureza do tipo de eventos em causa não serão de esperar danos nas entidades que compõem a CMPC, pelo que o contacto a estabelecer com as mesmas terá por finalidade apenas indicar que o Presidente da Câmara Municipal declarou a situação de alerta de âmbito municipal ou que o mesmo solicita a activação do PMEPCO, o que levará a uma reunião extraordinária da CMPC.</p> <p>§ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações.</p>	<p>§ Após a activação imediata de equipas em estado de prontidão, o Presidente da CMO deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC.</p> <p>§ Ao contactar as entidades que compõem a CMPC; deverá ainda averiguar-se se a sua capacidade operacional foi ou não comprometida pelo evento e, se sim, em que medida.</p> <p>§ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações.</p> <p>§ Dada a natureza do tipo de evento, a CMPC apoiará o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.</p>	<p>§ Nas situações em que se verifique a ocorrência de riscos sanitários, que justifiquem a declaração da situação de alerta de âmbito municipal, a Câmara Municipal deverá reunir-se com os elementos que compõem a CMPC de modo a delinearem as acções a desenvolver e os meios a empenhar (nomeadamente, contactar entidades de apoio como APA, e definir as informações a difundir através dos órgãos de comunicação social e outros canais disponíveis como o sítio da Internet da Câmara Municipal).</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS		
	CONCENTRAÇÕES HUMANAS	TERRORISMO ¹³	CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS ENTIDADES DE PROTECÇÃO CIVIL DO CONCELHO E INFORMAÇÃO DE QUE O PRESIDENTE DA CÂMARA DECLAROU A SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL OU QUE SOLICITA A ACTIVAÇÃO DO PMEPCO	<p>§ Os agentes de protecção civil e o SMPC deverão reunirem-se previamente à ocorrência do(s) evento(s) de modo a avaliar as estratégias a seguirem, nomeadamente no que respeita ao pré-posicionamento de meios (postos médicos avançados e ambulâncias), condicionamento da circulação nas principais vias de acesso, estratégias de evacuação do espaço em caso de necessidade, etc.</p>		
GARANTIR ARTICULAÇÃO COM O NÍVEL DISTRITAL	<p>§ Entrar e permanecer em contacto com o CDOS recorrendo aos meios de comunicação disponíveis no local de reunião da CMPC (ver Ponto 3 da Parte III).</p>		
ALERTAR ENTIDADES DE APOIO	<p>§ Em princípio as entidades a intervir em caso de emergência serão as que integram a CMPC.</p>	<p>§ Alertar entidades que poderão prestar apoio nas acções de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de contactos presente no Ponto 1 do Plano). As principais entidades a alertar são: Estradas de Portugal, EDP, Operadoras de telecomunicações, LNEC, Instituto Nacional de Medicina Legal, IPSS do concelho e rádios regionais e locais.</p>	<p>§ Alertar entidades que poderão prestar apoio nas acções de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de contactos). As principais entidades a alertar são: APA, Águas do Centro e empresas de análise da qualidade da água.</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS		
	CONCENTRAÇÕES HUMANAS	TERRORISMO ¹³	CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
AVALIAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍTIMAS E/OU DANOS MATERIAIS E AMBIENTAIS	§ Contactar as forças presentes no terreno e fazer uma avaliação preliminar da existência de feridos ou mortos, a extensão dos danos sofridos pelas infra-estruturas, animais afectados e danos no meio ambiente.		§ Contactar as forças presentes no terreno e fazer uma avaliação preliminar da existência de hospitalizações, a extensão dos danos sofridos, impacto em animais e no meio ambiente.
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE MEIOS MATERIAIS E HUMANOS	<p>§ Após efectuada a avaliação preliminar dos danos materiais e humanos nas zonas de maior impacto, avaliar conjuntamente com o COS a necessidade de se activarem meios adicionais a serem estacionados na Zona de Apoio do teatro de operações.</p> <p>§ Ponderar, juntamente com o COS, o envio de meios materiais e humanos para a Zona de Concentração de Reserva do teatro de operações (meios não necessários no momento mas que se preveja alguma probabilidade de poderem vir a ser úteis, i.e., pré-posicionamento de meios). Consultar listagem de meios e recursos.</p>		§ Após efectuada a avaliação preliminar dos danos causados na população, animais e meio ambiente, avaliar a necessidade de se disponibilizarem meios adicionais aos agentes que se encontram no terreno (consultar meios e recursos presentes nesta secção do Plano).
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO (apenas associado à activação do PMEPCO)	§ O tipo de evacuação que poderá estar associado a este tipo de evento compreenderá apenas a retirada da população do local de modo a controlar da melhor forma a situação. Esta deslocação da população não compreenderá, portanto, a activação de centros de acolhimento para população deslocada.	<p>§ O COM deverá deslocar-se ao(s) local(is) afectado(s) de modo a avaliar a necessidade de proceder à evacuação do(s) mesmo(s).</p> <p>§ Cabe ao(s) COS indicar ao COM a necessidade de se proceder à evacuação da zona sob sua responsabilidade, despoltando o COM posteriormente os necessários procedimentos em coordenação com a CMPC.</p> <p>§ Na Parte III do presente Plano indica-se a metodologia de evacuação prevista para o concelho (incluindo tipos de locais a recorrer para acolhimento das populações).</p> <p>§ Decidir qual o centro de acolhimento a activar, tendo como alternativa unidades hoteleiras e infra-estruturas públicas como as escolas e pavilhões desportivos indicados no Ponto 1.</p> <p>§ As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confecção das refeições a distribuir pelos desalojados.</p> <p>§ Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente plano (consultar Parte III).</p> <p>§ A informação recolhida deverá ser imediatamente disponibilizada ao SDT (consultar Parte III).</p>	

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS		
	CONCENTRAÇÕES HUMANAS	TERRORISMO ¹³	CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE ACTIVAÇÃO DE MEIOS ADICIONAIS DE MORTUÁRIA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Como já indicado, não se prevê que este tipo de evento possa gerar um número de fatalidades que justifique meios adicionais de mortuária.</p>	<p>§ Averiguar no terreno a necessidade de transportar as vítimas mortais para um dos locais temporários de reunião de mortos previstos na Parte III do Plano (isto caso se preveja que será esgotada a capacidade das morgues e casas mortuárias dos hospitais, cemitérios e agências funerárias).</p> <p>§ Esta acção é da responsabilidade do Ministério Público.</p> <p>§ Seguir os procedimentos previstos na Parte III.</p>	<p>§ O tipo de evento em questão não apresenta potencial para gerar um número de mortos elevado o suficiente para esgotar a capacidade de recepção de mortos das morgues e casas mortuárias do concelho.</p>
GARANTIR A CONSTITUIÇÃO DE PERÍMETROS DE SEGURANÇA	<p>Garantir que os diferentes sectores do(s) teatro(s) de operações se encontram definidos e que as Zonas de Sinistro e de apoio se encontram vedadas (o controlo do acesso aos sectores do teatro de operações será da responsabilidade das forças de segurança do concelho).</p>		<p>§ Criar faixas de protecção em torno dos locais que se encontram contaminados ou que poderão ser focos de contaminação.</p>
GARANTIR O CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO NOS ITINERÁRIOS DE EMERGÊNCIA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Garantir que os itinerários de emergência definidos se encontram desobstruídos de trânsito.</p> <p>§ O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho.</p> <p>§ Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se accionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.).</p>		<p>§ O tipo de evento não justificará, em princípio, este tipo de medida.</p>
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Evitar pilhagens fazendo circular também pelas zonas menos afectadas forças de segurança pública e/ou elementos de serviços de segurança pública ou privada ou mesmo elementos do SMPC (as zonas mais afectadas terão já elementos das forças de segurança).</p> <p>§ Para além das zonas residenciais mais isoladas ter também como um dos alvos privilegiados de acções de vigilância as zonas comerciais.</p>		<p>§ O tipo de evento em causa não deverá suscitar problemas nesta área.</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS		
	CONCENTRAÇÕES HUMANAS	TERRORISMO ¹³	CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
GARANTIR A EFICIÊNCIA DAS ACÇÕES DE AUXÍLIO MÉDICO (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Embora este tipo de evento não deva levar a activação do PMEPCO, será no entanto útil que o INEM e a autoridade de saúde determinem e coordenem os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades.</p> <p>§ Caso a magnitude do evento assim o exija (elevada probabilidade de feridos ligeiros) deverá ser constituído na proximidade da zona afectada um posto médico avançado (coordenado pelo INEM). Este terá por finalidade receber a população atingida e encaminhá-la para os locais mais adequados (hospitais, centros de saúde ou residências).</p> <p>§ A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a actividade médica como alimentos, viaturas de transporte, etc.</p>	<p>§ Em função do cenário verificado nos diversos locais afectados, o INEM e a Autoridade de Saúde do município deverão determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades.</p> <p>§ Caso a magnitude do evento assim o exija (elevada probabilidade de feridos ligeiros e/ou deslocados) deverá ser constituído na proximidade da zona afectada um posto médico avançado (coordenado pelo INEM). Este terá por finalidade receber a população atingida, fazer a triagem das suas necessidades (médicas, agasalhos, alimentação, etc.) e encaminhá-la para os locais mais adequados (hospitais, centros de saúde ou centros de acolhimento de deslocados).</p> <p>§ A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a actividade médica como alimentos, agasalhos, viaturas de transporte, etc.</p>	<p>§ Em função do cenário verificado nos diversos locais afectados, a Autoridade de Saúde do município deverá determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades.</p> <p>§ A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a sua actividade médica.</p>
GARANTIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO AFECTADA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Em princípio, só nas situações em que os elementos de saúde no terreno assim o indiquem, deverá o SMPC activar bens básicos a distribuir pela população presente no local.</p>	<p>§ Caberá à CMO (SMPC), em articulação com a Autoridade de Saúde do município, fazer chegar à população afectada (quer a que se encontra nas zonas afectadas, quer a que se encontra nas Zonas de Concentração Local, isto é, em centros de acolhimento) bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos.</p>	<p>§ O tipo de evento em causa não deverá dar origem a este tipo de acção.</p>

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS		
	CONCENTRAÇÕES HUMANAS	TERRORISMO ¹³	CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
INFORMAÇÃO A POPULAÇÃO	§ O SDT deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente, preparar comunicados aos órgãos de comunicação social, preparar informação relativa aos cuidados a serem adoptados pela população (ver Parte III e modelos de comunicados do Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da Câmara Municipal).	§ O SDT deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente, preparar comunicados aos órgãos de comunicação social, preparar informação relativa aos cuidados a serem adoptados pela população e disponibilizar informação relativamente ao estado e localização de feridos e deslocados (ver Parte III e modelos de comunicados do Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da Câmara Municipal).	§ O SDT deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente, preparar comunicados aos órgãos de comunicação social, preparar informação relativa aos cuidados a serem adoptados pela população (ver Parte III e modelos de comunicados do Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da Câmara Municipal).
INSPECCIONAR ZONAS IDENTIFICADAS COMO DE MAIOR RISCO	§ A natureza muito localizada deste tipo de evento não obriga a que se percorram outras áreas do concelho para avaliar eventuais estragos.		§ Acompanhar o evoluir da situação ao longo do curso de água afectado, condicionando o acesso em zonas afectadas (ter em especial atenção praias fluviais).
ANALISAR ESTRAGOS NAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	§ Em princípio as infra-estruturas básicas não deverão sofrer danos caso surjam alterações da ordem pública.	<p>§ Após avaliadas as zonas que sofreram danos a CMO deverá fazer deslocar elementos para o terreno tendo em vista identificar locais onde se verificaram estragos em postes de electricidade, de iluminação, telecomunicações, etc.</p> <p>§ Contactar as entidades responsáveis pela manutenção das redes viárias e de electricidade e comunicações, nomeadamente, Estradas de Portugal, EDP e Operadoras de telecomunicações (consultar lista de contactos presente nesta secção do Plano).</p>	§ O tipo de evento em causa não deverá causar danos nas infra-estruturas básicas do concelho.

PROCEDIMENTOS	RISCOS HUMANOS		
	CONCENTRAÇÕES HUMANAS	TERRORISMO ¹³	CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
ACTIVAÇÃO DE BOLSA DE VOLUNTARIADO	<p>§ Avaliar a necessidade de activar bolsa de voluntariado de modo a se apoiarem as diferentes acções de emergência (recepção de dádvas, distribuição de bens e serviços de estafeta, etc.).</p>		<p>§ A activação de bolsa de voluntariado apenas fará sentido caso se verifique o condicionamento do abastecimento de água, podendo nestas situações pedir-se a acção de voluntariado no acompanhamento da população idosa e na distribuição de garrações de água pela mesma.</p>
DESACTIVAÇÃO DO PMEPCO OU DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<p>§ Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares e o regresso da população às suas residências, caberá ao presidente da Câmara Municipal declarar o fim da situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ A desactivação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas do SDT.</p>	<p>§ Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares, o regresso da população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, o controlo de rupturas em condutas de água, a estabilização primária de infra-estruturas em risco de derrocada ou o seu isolamento, caberá à CMPC desactivar o PMEPCO.</p> <p>§ A desactivação do PMEPCO deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua acção de acordo com as necessidades indicadas pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança e COS).</p> <p>§ Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ A desactivação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas da DOSU e do SDT.</p>	<p>§ Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares, regularização do abastecimento de água e do acesso às zonas afectadas, caberá ao presidente da Câmara Municipal declarar o fim da situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ A desactivação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas da DOSU e do SDT.</p>

Tabela 63. Incêndios florestais

PROCEDIMENTOS	RISCO NATURAL
	INCÊNDIOS FLORESTAIS
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO	<p>§ O dispositivo de defesa da floresta contra incêndios encontra-se definido no POM (actualizado anualmente) onde, para além dos meios operacionais, se indicam quais os Locais Estratégicos de Estacionamento onde se deverão posicionar meios de primeira intervenção nas situações em que o índice de risco temporal de incêndio seja elevado ou máximo.</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal só deverá ser declarada pelo Presidente da Câmara Municipal nas situações em que os incêndios tenham causado, ou se preveja que possam causar alguns danos e hospitalizações (cinco ou mais hospitalizações; ver Ponto 7.1 da Parte I).</p> <p>§ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a activação em regime de prevenção de equipas dos BVO e de outras entidades que possuam motobombas, camiões cisterna e tractores (ver listagem de meios desta secção do Plano), bem como do SMPC da DOSU e do SDT.</p> <p>§ A activação do PMEPCO (competência da CMPC) só deverá ocorrer caso os incêndios florestais tenham já provocado ou apresentem potencial para gerar vítimas e deslocados (ver ponto 7.2 da Parte I do presente plano).</p> <p>§ Adicionalmente aos procedimentos previstos para as situações de alerta de âmbito municipal, a activação do PMEPCO compreenderá a passagem para o estado de prontidão (permanente) de equipas da DOSU e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal).</p> <p>§ A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de Castelo Branco de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação actualizada da situação.</p>
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS ENTIDADES DE PROTECÇÃO CIVIL DO CONCELHO E INFORMAÇÃO DE QUE O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DECLAROU A SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL OU QUE SOLICITA A ACTIVAÇÃO DO PMEPCO	<p>§ Este tipo de evento não deverá afectar a capacidade operacional das entidades com responsabilidades na área da protecção civil, pelo que o contacto que a Câmara Municipal estabelecerá com as mesmas será apenas para indicar a reunião extraordinária da CMPC devido ao Presidente ter declarado a situação de alerta de âmbito municipal ou mesmo ter indicado a necessidade de se activar o Plano.</p> <p>§ Nos casos em que os incêndios tenham justificado a declaração de situação de alerta de âmbito municipal ou a activação do PMEPC, a CMPC deverá reunir e concertar estratégias de mitigação a implementar.</p>
GARANTIR ARTICULAÇÃO COM O NÍVEL DISTRITAL	<p>§ Entrar e permanecer em contacto com o CDOS recorrendo aos meios de comunicação disponíveis no local de reunião da CMPC (ver Ponto 3 da Parte III).</p>
ALERTAR ENTIDADES DE APOIO	<p>§ O dispositivo operacional de DFCI encontra-se previsto já no PMDFCI (cuja componente operacional é actualizada todos os anos através do POM) e na Directiva Operacional Nacional actualizada anualmente.</p>

PROCEDIMENTOS	RISCO NATURAL
	INCÊNDIOS FLORESTAIS
AVALIAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍTIMAS E/OU DANOS MATERIAIS E AMBIENTAIS	§ Contactar o(s) Comandante(s) das Operações de Socorro e fazer uma avaliação preliminar da existência de feridos ou mortos e a extensão dos danos já sofridos pelas infra-estruturas.
ACTIVAÇÃO DE MEIOS MATERIAIS E HUMANOS	§ Após a realização da avaliação preliminar dos danos materiais e humanos nas zonas de maior impacto, avaliar conjuntamente com o(s) Comandante(s) das Operações de Socorro a necessidade de se activarem meios adicionais a serem estacionados na Zona de Apoio do teatro de operações. Ponderar juntamente com o COS o envio de meios materiais e humanos para a Zona de Concentração de Reserva do teatro de operações (consultar meios e recursos presentes no Ponto 1).
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Cabe ao(s) COS indicar ao COM a necessidade de se proceder à evacuação da zona sob sua responsabilidade, despoltando o COM, posteriormente, os necessários procedimentos em coordenação com a CMPC.</p> <p>§ Na Parte III do presente Plano indica-se a metodologia de evacuação prevista para o concelho (incluindo tipos de locais a recorrer para acolhimento das populações).</p> <p>§ Decidir qual o centro de acolhimento a activar, tendo como alternativa unidades hoteleiras e infra-estruturas públicas como as escolas e pavilhões desportivos indicados no Ponto 1.</p> <p>§ As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confecção das refeições a distribuir pelos desalojados.</p> <p>§ Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente plano (consultar Parte III).</p> <p>§ A informação recolhida deverá ser imediatamente disponibilizada ao SDT (consultar Parte III).</p>
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE ACTIVAÇÃO DE MEIOS ADICIONAIS DE MORTUÁRIA (apenas associado à activação do PMEPCO)	§ O tipo de evento em questão não apresenta potencial para gerar um número de mortos elevado o suficiente para esgotar a capacidade de recepção de mortos das casas mortuárias do concelho.
GARANTIR A CONSTITUIÇÃO DE PERÍMETROS DE SEGURANÇA	§ Garantir que os diferentes sectores do(s) teatro(s) de operações se encontram definidos e que as Zonas de Sinistro e de apoio se encontram vedadas (o controlo do acesso aos sectores do teatro de operações será da responsabilidade das forças de segurança do concelho).
GARANTIR O CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO NOS ITINERÁRIOS DE EMERGÊNCIA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Avaliar a necessidade de se condicionar a circulação nas vias de acesso à(s) área(s) afectada(s) pelo(s) incêndio(s).</p> <p>§ O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho.</p> <p>§ Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se accionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.).</p>
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA (apenas associado à activação do PMEPCO)	§ Garantir que o normal patrulhamento do concelho pelas forças de segurança não é comprometido.

PROCEDIMENTOS	RISCO NATURAL
	INCÊNDIOS FLORESTAIS
GARANTIR A EFICIÊNCIA DAS ACÇÕES DE AUXÍLIO MÉDICO (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ A Autoridade de Saúde do município em articulação com o COM deverá avaliar a necessidade de acompanhamento especial nos locais mais críticos, especialmente no que se refere à prestação de cuidados médicos às populações mais afectadas pelos fumos provocados pelo(s) incêndio(s).</p> <p>§ A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a actividade médica como alimentos, agasalhos, viaturas de transporte, etc.</p>
GARANTIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO AFECTADA (apenas associado à activação do PMEPCO)	<p>§ Caberá à CMO (SMPC), em articulação com a Autoridade de Saúde do município, fazer chegar à população afectada (quer a que se encontra nas zonas afectadas, quer a que se encontra nas Zonas de Concentração Local, isto é, em centros de acolhimento) bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos.</p>
INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO	<p>§ O SDT deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente, preparar comunicados aos órgãos de comunicação social, preparar informação relativa aos cuidados a serem adoptados pela população e disponibilizar informação relativamente ao estado e localização de feridos e deslocados (ver Parte III e modelos de comunicados do Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da Câmara Municipal).</p>
INSPECCIONAR ZONAS IDENTIFICADAS COMO DE MAIOR RISCO	<p>§ Caso se preveja o agravamento da situação, verificar se para além das zonas afectadas existem outras que mereçam especial atenção (zonas ainda não afectadas mas que poderão vir a sê-lo nas próximas horas).</p>
ANALISAR ESTRAGOS NAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	<p>§ Assim que o(s) incêndio(s) se encontre(m) controlado(s), a Câmara Municipal deverá fazer deslocar elementos para as zonas afectadas de modo a avaliar a extensão dos danos causados.</p> <p>§ Contactar as entidades responsáveis pela manutenção das redes de distribuição de electricidade e de telecomunicações para que se dê início aos trabalhos de reparação.</p>
ACTIVAÇÃO DE BOLSA DE VOLUNTARIADO	<p>§ Avaliar a necessidade de activar bolsa de voluntariado de modo a se apoiarem as diferentes acções de emergência (recepção de dádivas, distribuição de bens e serviços de estafeta, etc.).</p>
DESACTIVAÇÃO DO PMEPCO OU DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<p>§ Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares, o regresso da população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, a estabilização primária de infra-estruturas em risco de derrocada ou o seu isolamento, caberá à CMPC desactivar o PMEPCO.</p> <p>§ A desactivação do PMEPCO deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua acção de acordo com as necessidades indicadas pelo(s) COS)</p> <p>§ Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>§ A desactivação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas da da DOSU e do SDT.</p>

11.3 Acções de reabilitação

Tabela 64. Acções de reabilitação a desenvolver e entidades envolvidas

ACÇÕES DE REABILITAÇÃO			
TIPO DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS A CONSIDERAR	ENTIDADES ENVOLVIDAS	RESPONSABILIDADES
ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURAS	§ Identificar infra-estruturas que apresentam danos estruturais e estabelecer as que deverão ser alvo prioritário de intervenção.	§ SMPC § Técnicos da Câmara Municipal (Divisão de Obras e Serviços Urbanos - DOSU) § Corpo de Bombeiros Voluntários de Oleiros	§ Percorrer a área do concelho e fazer o rigoroso levantamento de todas as infra-estruturas que apresentam danos.
	§ Estabilizar as infra-estruturas que apresentam indícios de danos estruturais recorrendo a estruturas metálicas de suporte.	§ DOSU § Empresas de construção civil que poderão prestar apoio nesta tarefa (ver lista de contactos presente no Ponto 1) § Forças Armadas	§ Intervencionar, de acordo com as normas técnicas adequadas, as infra-estruturas afectas de modo a impedir riscos de derrocada ou de contaminação.
	§ Contactar o LNEC e solicitar o envio de técnicos visando a análise da estabilidade das infra-estruturas afectadas.	§ LNEC	§ Vistoriar a integridade estrutural das infra-estruturas afectadas e das que se encontram nas imediações.
	§ A Câmara Municipal deverá esclarecer a população através das rádios locais e do seu sítio da Internet relativamente às contas de solidariedade oficiais. As contas oficiais serão apenas aquelas que forem publicitadas na página de Internet da CMO (evitar a possibilidade de aproveitamentos individuais da onda de solidariedade associada ao evento).	§ Câmara Municipal de Oleiros	§ Divulgar de forma célere no sítio da Câmara Municipal o número das contas de solidariedade para apoio às vítimas.
ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURAS	§ Avaliar se alguma instituição bancária se encontra disponível para conceder à população afectada crédito em condições mais vantajosas que as praticadas normalmente no mercado.	§ Câmara Municipal de Oleiros	§ Contactar as principais entidades bancárias da região de modo a avaliar a possibilidade de concederem crédito em condições vantajosas para a população afectada.

ACÇÕES DE REABILITAÇÃO			
TIPO DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS A CONSIDERAR	ENTIDADES ENVOLVIDAS	RESPONSABILIDADES
REPARAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO	§ Avaliar zonas afectadas e estabelecer os locais de acção prioritária.	§ SMPC § DOSU § APA	§ Percorrer a área do concelho e fazer o rigoroso levantamento de todas as zonas que apresentam danos .
	§ Reparar condutas danificadas.	§ Água, Saneamento e Abastecimento da DOSU § Empresas de construção civil que poderão prestar apoio nesta tarefa (lista de contactos - Ponto 1)	§ Reparar as condutas segundo os procedimentos técnicos adequados.
REPARAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE	§ Avaliar zonas afectadas e estabelecer os locais de acção prioritária.	§ SMPC § DOSU	§ Percorrer a área do concelho e fazer o rigoroso levantamento de todas as zonas que apresentam falhas no abastecimento de electricidade.
	§ Reparar postes e cabos danificados.	§ EDP § DOSU	§ Reparar os postes e cabos eléctricos segundo os procedimentos técnicos adequados.
REPARAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO FIXA E MÓVEL	§ Avaliar zonas/postes afectadas(os) e definir locais de acção prioritária.	§ SMPC § DOSU	§ Percorrer a área do concelho e fazer o rigoroso levantamento de todas as zonas onde a rede fixa e móvel de comunicações se encontra afectada.
	§ Proceder à reparação de postes, cabos e antenas de telecomunicações danificados.	§ Entidades responsáveis pelas infra-estruturas fixas e móveis de telecomunicações	§ Reparar os postes, cabos e antenas segundo os procedimentos técnicos adequados.
DESOBSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE VIAS DE CIRCULAÇÃO	§ Avaliar localização de estradas obstruídas ou danificadas e definir prioridades de intervenção.	§ SMPC § DOSU	§ Percorrer a área do concelho e fazer o rigoroso levantamento de todas as zonas onde a rede viária se encontra condicionada.
	§ Proceder à desobstrução das vias de circulação e à regularização do piso, caso este tenha sido afectado.	§ DOSU § Estradas de Portugal § Forças Armadas	§ Reparar as vias de circulação e estabilizar as zonas envolventes de elevado declive segundo as adequadas normas técnicas.
	§ Estabilização de margens e taludes.	§ DOSU § Estradas de Portugal § LNEC § LNEG	

ACÇÕES DE REABILITAÇÃO			
TIPO DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS A CONSIDERAR	ENTIDADES ENVOLVIDAS	RESPONSABILIDADES
DESOBSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE VIAS DE CIRCULAÇÃO	§ Promover a reunião entre os cidadãos cujos veículos foram afectados pelo evento.	§ SMPC	§ Assegurar que os proprietários das viaturas atingidos por escombros são ressarcidos dos seus prejuízos, de acordo com o tipo de seguro que contrataram.
PROMOVER A ESTABILIZAÇÃO E REABILITAÇÃO DAS ÁREAS FLORESTAIS	§ Impedir fenómenos de erosão e garantir a manutenção das características dos locais afectados (manter a biodiversidade e impedir a proliferação de espécies invasoras)	§ ICNF – Direcção Regional de Florestas do Centro § Câmara Municipal de Oleiros	§ Evitar fenómenos de erosão e de degradação ambiental.
	§ Promover o voluntariado para acções de recuperação das áreas afectadas	§ ICNF – Direcção Regional de Florestas do Centro § Câmara Municipal de Oleiros § Agrupamento 1080 CNE Oleiros	§ Garantir que as acções de voluntariado se processam de forma coordenada e de acordo com as correctas normas técnicas.
REABILITAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS DO CONCELHO	§ Avaliar se algum serviço essencial do concelho (escolas, creches, centros de saúde, de segurança social, etc.) se encontra condicionado e determinar a razão do constrangimento.	§ SMPC	§ Fazer o levantamento de todas as necessidades operacionais dos serviços sociais do concelho e avaliar como a CMO, através dos seus vários serviços, poderá auxiliar no retorno ao seu normal funcionamento.
	§ Auxiliar e, caso necessário, indicar local alternativo de funcionamento.	§ CMPC	§ Procurar disponibilizar instalações temporárias para os serviços cujas instalações próprias sofreram danos avultados necessitando por isso de um longo período de recuperação.
RETORNO DO PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO E CULTURAL REMOVIDO TEMPORARIAMENTE	§ Estabilizar edifícios de interesse histórico.	§ LNEC § DOSU § IGESPAR § Empresas de construção civil que poderão prestar apoio nesta tarefa (ver lista de contactos presente no Ponto 1)	§ Intervencionar, de acordo com as normas técnicas adequadas, as infra-estruturas afectadas de modo a impedir riscos de derrocada ou degradação.

ACÇÕES DE REABILITAÇÃO			
TIPO DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS A CONSIDERAR	ENTIDADES ENVOLVIDAS	RESPONSABILIDADES
RETORNO DO PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO E CULTURAL REMOVIDO TEMPORARIAMENTE	§ Apenas proceder ao transporte dos bens patrimoniais e arquivísticos para os seus locais de origem após a integridade dos mesmos ter sido analisada e se ter procedido à sua estabilização, registo e acondicionamento (ver informação da Tabela 65).	§ Funcionários da instituição cultural em causa § Corpo de Bombeiros Voluntários de Oleiros § SMPC	§ Proceder ao correcto transporte do património cultural presente no edifício afectado para um local de armazenamento temporário. § Manipular de forma tecnicamente correcta os bens a transportar/proteger (ver informação contida na Tabela 65).
	§ O local de destino dos bens patrimonial e arquivístico deverá encontrar-se completamente seco e limpo.	§ Funcionários da instituição cultural em causa § SMPC	§ Determinar qual o local que apresenta as melhores condições para acolher o património a proteger/recuperar.
	§ Manter actualizado o registo dos documentos e bens patrimoniais transportados do local de origem	§ Pessoal da instituição cultural cujos bens tiveram de ser transportados para local de armazenamento temporário.	§ Garantir que todas as peças e documentos removidos do(s) local(is) afectados foram registados e que os mesmos retornarão às entidades detentoras dos mesmos.
REGRESSO DA POPULAÇÃO E ANIMAIS DESLOCADOS	§ Disponibilizar meios de transporte para a população e animais deslocados.	§ Câmara Municipal de Oleiros § Empresas de transporte no concelho § Corpo de Bombeiros Voluntários de Oleiros § Forças Armadas	§ Caberá à CMO, apoiada no SMPC, garantir a disponibilização de transporte para a população deslocada para centros de acolhimento (i.e., zonas de concentração local). § À CMO caberá ainda disponibilizar meios para transportar os animais que tenham sido deslocados.
	§ Garantir a actualização do registo de pessoas e de animais transportados.	§ SMPC	§ Registar, a partir do universo da população deslocada para locais de acolhimento i.e. zonas de concentração local), quais os indivíduos cujo transporte de retorno às suas residências foi garantido pela Câmara Municipal. § Registar os animais cujo retorno ao local de origem foi garantido pela Câmara Municipal.

ACÇÕES DE REABILITAÇÃO			
TIPO DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS A CONSIDERAR	ENTIDADES ENVOLVIDAS	RESPONSABILIDADES
CONTROLAR ACESSOS A ZONAS SINISTRADAS, GARANTIR A SEGURANÇA DAS POPULAÇÕES E REGULAR O TRÂNSITO	§ Impedir o acesso a zonas sinistradas onde subsista risco para a segurança pública ou ainda se desenrolem acções de protecção civil.	§ GNR	§ Controlar acessos em locais considerados de risco ou de interdição pública.
	§ Impedir a ocorrência de furtos e de desacatos.	§ GNR	§ Garantir a manutenção da ordem pública.
	§ Definir locais alternativos de circulação rodoviária tendo em conta os locais vedados ao trânsito e sinalização luminosa afectada	§ GNR	§ Condicionar o trânsito nos locais onde se desenrolem acções de reabilitação, bem como nas restantes áreas do concelho onde se preveja poder vir a ocorrer constrangimentos.
PRESTAR APOIO PSICOSSOCIAL E FINANCEIRO À POPULAÇÃO AFECTADA	§ Convocar psicólogos, padres, assistentes sociais e pessoal auxiliar para apoio imediato às famílias das vítimas; § Garantir o apoio psicológico dos elementos das equipas de intervenção.	§ INEM (Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise) § Divisão de Acção Social e Cultural (DASC) da CMO § SMPC § ISS – Centro Distrital de Castelo Branco	§ Caberá ao INEM desencadear no âmbito da sua estrutura, os necessários procedimentos para prestar apoio psicossocial. § Ao SMPC caberá garantir todos os meios solicitados pelo INEM e articular-se com as paróquias e Serviço de Segurança Social no sentido destas prestarem igualmente o seu contributo. § O ISS poderá prestar apoio económico à população afectada através de prestações pecuniárias.
QUANTIFICAÇÃO DOS PREJUÍZOS MATERIAIS E HUMANOS SOFRIDOS	§ Fazer levantamento exaustivo de todos os danos associados ao evento que gerou a emergência.	§ SMPC	§ Garantir que ficam registados todos os danos associados ao evento de modo a esta informação poder ser analisada pela CMPC e se estudarem novas estratégias de actuação a incluir no PMEPCO.

Tabela 65. Acondicionamento e recuperação do património cultural e arquivístico afectado

PROCEDIMENTOS GERAIS	
	<p>§ Definir por local o responsável pela recuperação (geralmente o director da instituição afectada ou um seu delegado). Este ficará responsável por contactar especialistas em recuperação do material afectado.</p> <p>§ Não entrar no edifício até que o mesmo tenha sido dado como seguro.</p> <p>§ Ao entrar no edifício fazê-lo de preferência com pessoal técnico especialista na recuperação do tipo de material afectado.</p> <p>§ Ao entrar no edifício deverá fotografar-se o estado do material a recuperar.</p> <p>§ O responsável pela recuperação deverá definir se o edifício ficará aberto ou fechado, de modo a que o pessoal possa participar nas tarefas de recuperação.</p> <p>§ O responsável pela recuperação deverá garantir que se encontra contactável por telefone ou equipamento de rádio.</p> <p>§ O responsável pela recuperação deverá indicar o local para onde os bens culturais ou arquivísticos deverão ser transportados. Nesta tarefa poderá requerer o auxílio do SMPC.</p> <p>§ O responsável pela recuperação deverá assegurar as necessárias instalações sanitárias para os vários elementos que se encontram a trabalhar no edifício afectado. Nesta tarefa poderá requerer o auxílio do SMPC.</p> <p>§ Caso os bens tenham sido afectados por grandes quantidades de água, a temperatura do edifício afectado deverá ser reduzida para temperaturas inferiores a 18°C, a humidade relativa deverá ser controlada recorrendo, se necessário, a desumidificadores e o ar deverá ser posto a circular podendo mesmo recorrer-se a ventilação forçada. Remover tapetes e cortinas húmidas.</p> <p>§ Deverão ser requisitados geradores de electricidade.</p> <p>§ O responsável pela recuperação deverá constituir equipas de recuperação que ficarão responsáveis por preparar o acondicionamento dos materiais a transportar, seu registo, numeração das embalagens.</p> <p>§ Deverão ser efectuadas reuniões no início e no final de cada dia para se definir, respectivamente, os objectivos e estratégias, e controlar os resultados operacionais.</p> <p>§ As gavetas e prateleiras onde o material se encontrava arrumado/arquivado, apenas deverão ser reparadas após os bens terem sido removidos do local.</p>
TIPO DE BEM	PROCEDIMENTOS DE ACONDICIONAMENTO DOS BENS AFECTADOS
PRECAUÇÕES GERAIS PARA TODO O TIPO DE BENS	<p>§ Usar extrema precaução ao manipular documentos húmidos.</p> <p>§ As embalagens a serem usadas para remoção dos materiais deverão ser cheias apenas até três quartos do seu volume.</p> <p>§ Não empilhar as caixas contendo o material recolhido.</p>

TIPO DE BEM	PROCEDIMENTOS DE ACONDICIONAMENTO DOS BENS AFECTADOS
PAPEL	<ul style="list-style-type: none"> § Remover primeiramente documentos que se encontrem no chão. § Não tentar separar folhas isoladas. § Separar os vários documentos com material absorvente. § Documentos que debotam deverão ser rapidamente secos (secagem forçada) ou congelados e posteriormente secos (48 horas no máximo). § Grandes documentos como mapas deverão ser, caso não se encontrem enrolados, colocados em plataformas lisas, como por exemplo folhas de contraplacado, e cobertos por película de polietileno. Mapas enrolados deverão ser congelados ou entregues a pessoal especializado para proceder no local ao seu desenrolar e correcto acondicionamento.
LIVROS	<ul style="list-style-type: none"> § Remover primeiramente os livros que se encontrem no chão. § Colocar os livros molhados de forma invertida sobre uma superfície absorvente e ligeiramente abertos. § Colocar toalhetes de papel entre algumas das páginas dos livros de modo a estas incorporarem parte da humidade. § Livros contendo papel revestido com material brilhante (papel couché) que se encontram totalmente molhados deverão ser congelados, acondicionados, e posteriormente secos de forma adequada. O restante tipo de livros também deverá ser congelado se se encontrarem muito afectados (até 48 horas após o sinistro). § Se os livros se encontrarem bastante sujos, os mesmos deverão ser lavados e posteriormente congelados. Lavar apenas livros que se encontrem abertos ou que debotam. A lavagem deverá ser feita em água corrente, com o livro fechado e removendo-se os detritos com uma esponja. § Nas publicações de elevado valor histórico deverá ponderar-se tratamento profissional que inclui a lavagem de cada uma das folhas do livro, voltar a cosê-las e reencadernar. Só assim garantirá uma aproximação ao estado original.
PINTURAS	<ul style="list-style-type: none"> § Imediatamente proceder à sua secagem ao ar. § Transportar horizontalmente se possível e garantir que nada entra em contacto com a superfície. § A ordem de recolha deverá ser: primeiro os mais valiosos, seguindo-se os menos afectados, ligeiramente afectados e por últimos os muito afectados.

TIPO DE BEM	PROCEDIMENTOS DE ACONDICIONAMENTO DOS BENS AFECTADOS
MATERIAL VÍDEO	<p>§ Acondicionar as cassetes verticalmente sobre caixas de ovos ou cartões (usar caixas plásticas ou de cartão no acondicionamento).</p> <p>§ Secar ao ar.</p> <p>§ Encher a caixa do filme (película fotográfica) com água, selá-la, acondicioná-la com plástico ou cartão e enviar para uma entidade de processamento de filmes para limpeza e secagem (o processo não deverá demorar mais de 72 horas).</p>
MATERIAL FOTOGRÁFICO	<p>§ Dar prioridade a fotografias reveladas pelo método "Collodion" e secá-las imediatamente ao ar (imersão e congelamento destruirão a emulsão). Fazer o mesmo com fotografias do género "daguerreotype".</p>
OUTROS	<p>§ As películas à base de celulose de nitrato deverão ser congeladas uma vez que são solúveis.</p> <p>§ Outro tipo de fotografias deverão ser conservadas em contentores com água fresca até se decidir qual o melhor processo de restauro (secar ou congelar). O tempo entre a imersão e o tratamento das fotografias deverá ser tão curto quanto possível.</p> <p>§ Depois de se proteger os elementos mais frágeis, a preferência a estabelecer na recuperação deverá ser, de acordo com a sua vulnerabilidade: fotografias a cores, impressões, negativos e por último transparências.</p>

11.4 Triagem de feridos

Caso se verifique a necessidade de se proceder a triagem de feridos, as equipas de saúde seguirão o modelo START (*Simple Triage and Rapid Treatment*). Este método compreende a atribuição de 4 níveis de prioridade à população afectada:

Prioridade baixa	Tratamento atrasado/ os feridos podem esperar até 3 horas até receberem os primeiros tratamentos
Prioridade intermédia	Tratamento urgente/ os feridos apresentam sinais e sintomas que indicam que podem esperar até 1 hora até receberem os primeiros tratamentos e transporte
Prioridade imediata	Tratamento e transporte imediatos/ o ferido apresenta risco de vida eminente
Prioridade nula	A vítima encontra-se cadáver/ não é necessária intervenção médica

No local afectado a primeira etapa consiste em indicar às pessoas que conseguem andar para se deslocarem para uma área adjacente. Os que derem resposta a este pedido não apresentarão provavelmente ferimentos que possam colocar em risco a sua vida num curto espaço de tempo. Caso algum ferido se queixe de dores ao tentar deslocar-se, não se deve forçar a sua. Os feridos que se deslocarem para a zona “segura” são o que correspondem à prioridade baixa. Os feridos que permanecerem são os que devem ser alvo de atenção no imediato.

Os elementos que se encontrem a proceder à triagem de doentes deverão, após definidos os doentes de baixa prioridade, mover-se de forma sistemática pela área contendo vítimas, parando ao lado de cada pessoa que encontrem e procedendo a uma rápida avaliação do seu estado clínico e marcando-os de acordo com o seu estado (cor amarela, vermelha ou preta). Caso verifique ser necessário o avaliador deverá igualmente facilitar o correcto posicionamento das vias respiratórias do ferido. A avaliação de cada ferido não pode ultrapassar mais de um minuto.

A metodologia START baseia-se na observação de três parâmetros: respiração; circulação; estado mental.

1. RESPIRAÇÃO

Caso o ferido respire, há que determinar o seu ritmo respiratório. Feridos com ritmos respiratórios superiores a 30 por minuto serão marcados como de prioridade imediata (demonstram um dos primeiros sinais de entrada em choque e necessitam de cuidado imediato).

De igual modo, as vítimas que apresentem uma hemorragia externa evidente, e se encontrem a respirar, deverão ser marcadas como de prioridade imediata. Caso o ferido apresente um ritmo respiratório inferior a 30 por minuto, deverá passar-se à observação da sua capacidade de circulação sanguínea e de estado de consciência.

Nas situações em que os feridos não se encontrem a respirar, deverá desobstruir-se rapidamente a boca da vítima e proceder-se à manobra de Ruben, i.e., hiper-extensão da cabeça (*head tilt*) e elevação do maxilar (*jaw thrust*) de modo a abrir as vias respiratórias. Chama-se a atenção para o facto de em cenários de acidente grave ou catástrofe que resultem em elevado número de vítimas se ter muitas vezes de se ignorar as directrizes relativas aos cuidados com lesões cervicais, de modo a se poder desobstruir as vias respiratórias dos feridos. Após a desobstrução das vias respiratórias, caso a vítima comece a respirar, a mesma deverá ser colocada de modo a permanecer a respirar e ser marcada como de prioridade imediata. As vítimas que apresentem dificuldades em manter abertas as vias respiratórias deverão igualmente ser marcadas como de prioridade imediata, o mesmo se passando com as vítimas relativamente às quais se tem dúvidas relativamente a esta matéria. Caso as vítimas não respirem nem retomem a respiração após técnicas simples de desobstrução das vias respiratórias, as mesmas deverão ser marcadas como de prioridade nula.

2. CIRCULAÇÃO

Após a avaliação das capacidades respiratórias das vítimas, o passo seguinte consistirá em avaliar a eficiência da circulação sanguínea. O melhor método de campo para avaliar a circulação sanguínea (isto é, verificar se o coração é capaz de fazer circular adequadamente o sangue) é a avaliação do pulso radial. Esta avaliação poderá não ser fácil. O pulso radial pode ser avaliado através do pulso (do lado da palma da mão) entre a linha mediana e o rádio (osso do braço que se localiza imediatamente atrás do polegar). Para medir o pulso radial deverá colocar-se os dedos indicador e médio na depressão entre o pulso e o dedo polegar e rodar até à zona onde se encontra a palma da mão. Caso o pulso se encontre ausente ou irregular o ferido deverá ser marcado como de prioridade imediata.

Caso o pulso se encontre presente e sem irregularidades, deverá passar-se à fase final de observação (estado de consciência). Poderá igualmente recorrer-se ao teste de enchimento capilar para verificar a eficiência da circulação no indivíduo ferido. Este teste consiste em pressionar a base da unha até esta apresentar uma coloração esbranquiçada, soltando-se posteriormente a mesma e contar o tempo até que a zona pressionada volte a obter a tonalidade normal. O teste deverá ser realizado de preferência com a mão acima do peito. Caso a zona pressionada demore mais de dois segundos até voltar a obter uma coloração rosada, o indivíduo deverá ser marcado como de prioridade imediata. Se a coloração normal retornar em menos de dois segundos, deverá passar-se para o teste do estado mental do ferido.

3. ESTADO MENTAL

O último teste a usar na triagem de doentes é o da avaliação do estado mental do ferido. Esta observação será conduzida nos feridos que apresentem respiração adequada e boa circulação sanguínea. Há, portanto, que testar o estado mental do ferido fazendo-o seguir uma solicitação simples como: “abra os olhos”, “feche os olhos”, “aperte a minha mão”. Os feridos que consigam responder adequadamente a estas solicitações deverão ser marcados como de prioridade intermédia. Um ferido que não responda a solicitações deverá ser marcada como de prioridade imediata.

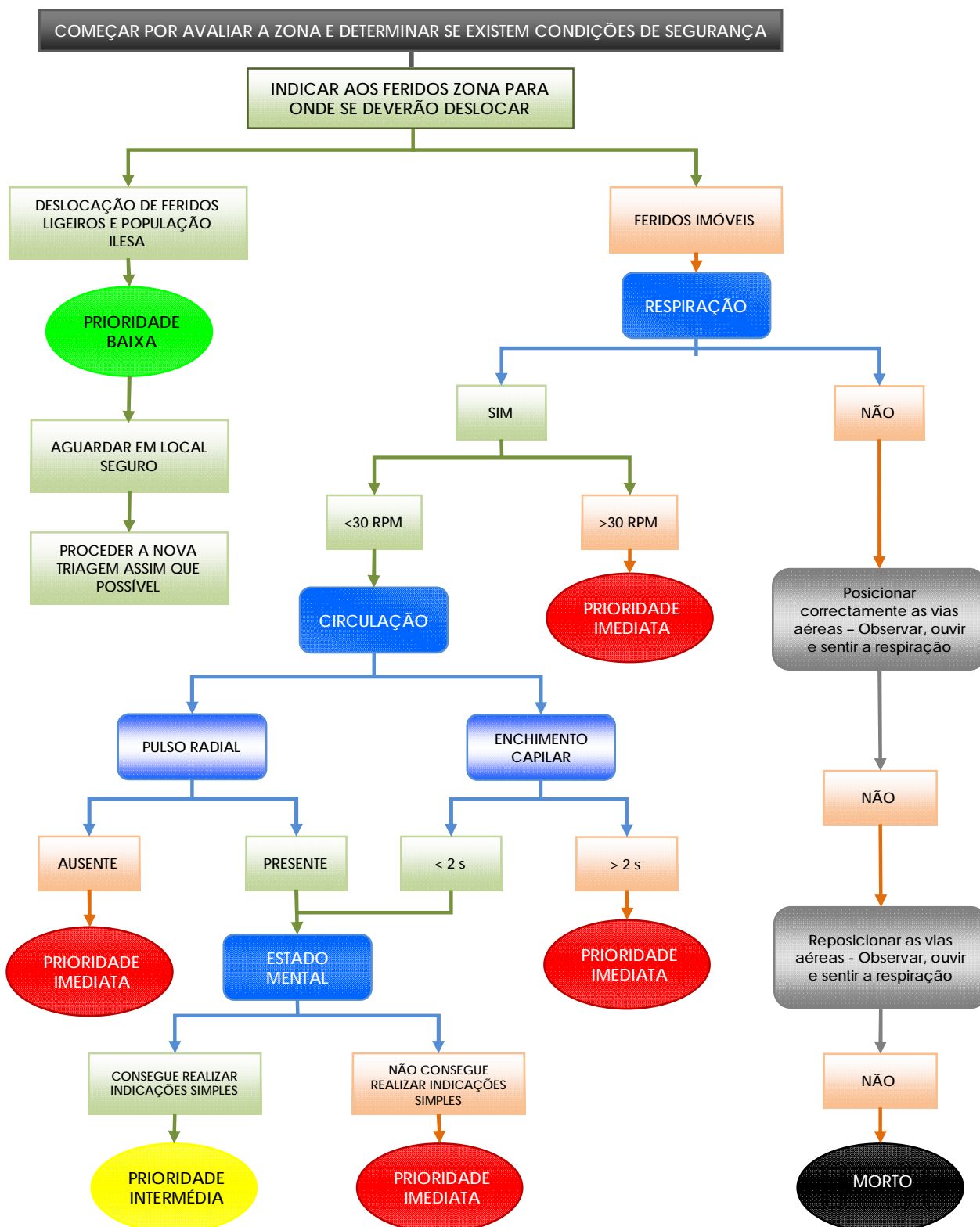
À medida que mais pessoal de saúde cheguem ao local, os feridos irão ser reavaliados, estabilizados, tratados e transportados para unidades hospitalares. Há que ter presente que a condição dos feridos não permanece constante, podendo o processo de choque continuar. Neste sentido, à medida que o tempo e os meios o permitam, deverá reavaliar-se os feridos de modo a determinar se o seu estado se alterou ao ponto de terem de ser marcados como de prioridade imediata.

As pessoas credenciadas que entretanto cheguem ao local do sinistro deverão reportar a sua presença ao director das operações médicas. À medida que for chegando mais pessoal médico, os vários elementos deverão reportar de forma rigorosa ao director das operações médicas o resultado da sua actividade. As informações a prestar deverão consistir essencialmente em:

- § Número de vítimas observadas na sua área de intervenção;
- § Número de vítimas marcadas segundo os quatro níveis;
- § Assistência adicional que necessita;
- § Outra informação importante.

Caso se suspeite que a zona se encontre afectada por substâncias perigosas ou que seja manifestamente inseguro actuar na zona afectada, o pessoal médico deverá permanecer afastado. A sua actividade de triagem deverá decorrer apenas caso tenham o equipamento de segurança necessário ou a zona não apresente risco eminente. A Figura 2 representa esquematicamente os procedimentos a serem seguidos na triagem de vítimas.

Na Figura 2 apresenta-se resumidamente, e em forma de esquema, os procedimentos de apoio médico e de transporte de vítimas a ser seguido em caso de activação do PMEPCO. No capítulo relativo ao inventário de meios e recursos (Secção III - Parte IV), apresenta-se a listagem completa de todas as entidades de serviços médicos e transporte de vítimas existentes no concelho de Oleiros.



Fonte: Adaptado de Community Emergency Response Team - Los Angeles (2010)

Figura 2. Método START de triagem de vítimas

11.5 Comunicações

Tabela 66. Frequências REPC para o distrito de Castelo Branco (banda alta VHF)

TIPO	CANAL	DISTRITO DE CASTELO BRANCO	Tx	Rx	TpTx	TpRx
Equipamentos móveis e portáteis de comando (<i>semi-duplex</i>)	051	PC de Alvéolos	168.8500	173.4500	151.4	151.4
	052	PC de Alvéolos	168.8625	173.4625	173.8	173.8

Tabela 67. Frequências ROB para o distrito de Castelo Branco

TIPO	CANAL	DISTRITO DE CASTELO BRANCO/ NÍVEL		Tx	Rx	TpTx	TpRx
Equipamentos móveis e portáteis de comando e dos veículos operacionais (<i>semi-duplex</i>)	051	B Cab. Rainha		168.4875	173.0875	151.4	-
	052	B Gardunha		168.5375	173.1375	151.4	-
Equipamentos móveis e portáteis de comando e dos veículos operacionais (<i>simplex</i>)	201	Manobra	M 01	152.5875	152.5875	110.9	110.9
	202		M 02	152.6000	152.6000	110.9	110.9
	203		M 03	152.6125	152.6125	110.9	110.9
	204		M 04	152.6250	152.6250	110.9	110.9
	205		M 05	152.6750	152.6750	110.9	110.9
	206		M 06	152.6875	152.6875	110.9	110.9
	207		M 07	152.7000	152.7000	110.9	110.9
	208	Comando	C 01	152.7125	152.7125	110.9	110.9
	209		C 02	152.7250	152.7250	110.9	110.9
	210		C 03	152.7375	152.7375	110.9	110.9
	211	Táctica	T 01	152.9250	152.9250	110.9	110.9
	212		T 02	152.9375	152.9375	110.9	110.9
	213		T 03	152.9500	152.9500	110.9	110.9
	214		T 04	152.9625	152.9625	110.9	110.9
	215		T 05	152.9750	152.9750	110.9	110.9
	216	Táctica antiga	TA 01	168,5	168,5	-	-
	217		TA 02	168,525	168,525	-	-
	218		TA 03	168,55	168,55	-	-
	219		TA 04	168,575	168,575	-	-

11.6 Faseamento do Sistema de Gestão de Operações

A Norma Operacional Permanente (NOP) 1401/2012, de 13 de Abril define que o SGO compreende quatro níveis de desenvolvimento do modelo de gestão das operações, tendo por base os meios envolvidos, normalizando operacionalmente este faseamento. As fases quatro fases previstas apresentam complexidade crescente e compreenderão um número diferenciado de sectores, equipas e células do Posto de Comando Operacional. Na Tabela 68 apresenta-se a Matriz de Referência da Evolução do Sistema de Gestão de Operações definido na NOP 1401/2012, de 13 de Abril.

Tabela 68. Matriz de referência da evolução do Sistema de Gestão de Operações

FASES DO SGO	COMANDO	CÉLULAS DO PCO OBRIGATÓRIAS	N.º MÁXIMO DE EQUIPAS	SETORIZAÇÃO	FERRAMENTA DE SUPORTE DO SGO
FASE I	Mais graduado no TO	Nenhuma	6	Não obrigatória	Guia de Comando e Controlo
FASE II	Oficial Bombeiro	Operações	18	Até 3 sectores	VCOT
FASE III	Comandante de Corpo de Bombeiros	Operações Logística Planeamento	54	Até 6 sectores	VCOC
FASE IV	Estrutura de Comando da ANPC	Operações Logística Planeamento	216	Até 6 sectores	VPCC

Legenda: VCOT – Veículo de Comando Operacional e Tático; VCOC – Veículo de Comando e Comunicações; VPCC – Veículo de Planeamento, Comando e Comunicações.